



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

MARIANA PEREIRA DA SILVA

**O AMARGO GOSTO DA FOME NO DOCE:**  
UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DE  
UMA COMUNIDADE CABOCLA, NO TERRITÓRIO NÚCLEO  
RIO DOCE – HERANÇA DE UMA GUERRA EM TROMBUDO  
DO CONTESTADO – SC

MARIANA PEREIRA DA SILVA

**O AMARGO GOSTO DA FOME NO DOCE:**  
UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DE  
UMA COMUNIDADE CABOCLA, NO TERRITÓRIO NÚCLEO  
RIO DOCE – HERANÇA DE UMA GUERRA EM TROMBUDO  
DO CONTESTADO – SC

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do Título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga

Londrina  
2019

# MARIANA PEREIRA DA SILVA



Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do Título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga

Londrina  
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Silva, Mariana Pereira da.

O AMARGO GOSTO DA FOME NO DOCE: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DE UMA COMUNIDADE CABOCLA, NO TERRITÓRIO NÚCLEO RIO DOCE – HERANÇA DE UMA GUERRA EM TROMBUDO DO CONTESTADO – SC / Mariana Pereira da Silva. - Londrina, 2019.  
134 f. : il.

Orientador: Nilson Cesar Fraga.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2019.

Inclui bibliografia.

1. Geografia da Fome. Guerra do Contestado. Núcleo Rio Doce - Tese. I. Fraga, Nilson Cesar. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

MARIANA PEREIRA DA SILVA

**O AMARGO GOSTO DA FOME NO DOCE:**

UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DE UMA  
COMUNIDADE CABOCLA, NO TERRITÓRIO NÚCLEO RIO DOCE –  
HERANÇA DE UMA GUERRA EM TROMBUDO DO CONTESTADO –  
SC

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Departamento de Geografia da Universidade  
Estadual de Londrina, como requisito para a  
obtenção do Título de mestre Geografia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Profa. Dra. Carla Holanda da Silva  
Universidade Estadual do Norte do Paraná –  
UENP

---

Prof. Dr. João Roberto Mendes  
Universidade Tuiuti do Paraná – UTP

Londrina, 18 de março de 2019.

À minha família!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo apoio e incentivo aos estudos. Em especial aos meus pais Silvana e Dorival, que me inspiraram em alguns momentos no decorrer da pesquisa, já que pertenço a uma família humilde.

Agradeço aos meus sobrinhos Ana Laura, Alice e José Henrique, que são as razões de não desistir da luta por uma sociedade mais igualitária, por um mundo melhor.

Agradeço ao Euler por ter me “aguentado” em momentos de desesperos, de medos e angústias, de ansiedades, de alegrias, de conquistas, de descobertas. Obrigada pelo incentivo e não me permitir desistir.

Agradeço ao meu orientador Nilson Cesar Fraga, pelas orientações e “des”orientações, por me inserir no mundo caboclo em um momento de transição de pesquisa. Obrigada por me mandar lutar como uma cabocla!

Agradeço a CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela bolsa, pois sem esta não seria possível a realização desta pesquisa.

Agradeço ao Carlos Nedi e sua família, meu padrinho nas águas do Monge, por me levar ao mundo caboclo e me ensinar tanto, foi fundamental para a realização da pesquisa e para a minha vida.

Agradeço aos meus amigos e colegas do GEOTMAC, em especial a Andressa Sensato e o Eduardo Almeida, pelas conversas, discussões geográficas, risadas e desabafos.

Agradeço a Juliana Casagrande, Tatiana Fiuza e Gabriela Iassia pelas conversas e risadas no decorrer do curso.

Agradeço aos moradores do bairro Núcleo Rio Doce, por conversarem e desabafarem sobre as suas batalhas diárias, por me permitirem entrar em suas casas e mostrar seus relatos na pesquisa. Obrigada!

Agradeço a Chaiane da Silva por me acompanhar nas visitas as casas de alguns moradores e por me mostrar a simplicidade de suas conversas e de suas vidas. Agradeço ao Adair Mattos, Cristiane Scussiato e Nilcéia Hanna, por concederem as entrevistas.

Agradeço a banca Carla Holanda da Silva e João Roberto Mendes, por realizarem a leitura do trabalho e colaborar para a sua construção.

Quando vim da minha terra,  
se é que vim da minha terra  
(não estou morto por lá?),  
a correnteza do rio  
me sussurrou vagamente  
que eu havia de quedar  
lá donde me despedia.  
Os morros, empalidecidos  
no entrecerrar-se da tarde,  
pareciam me dizer  
que não se pode voltar,  
porque tudo é consequência  
de um certo nascer ali.  
Quando vim, se é que vim  
de algum para outro lugar,  
o mundo girava, alheio  
à minha baça pessoa,  
e no seu giro entrevi  
que não se vai nem se volta  
de sítio algum a nenhum.  
Que carregamos as coisas,  
moldura da nossa vida,  
rígida cerca de arame,  
na mais anônima célula,  
e um chão, um riso, uma voz  
ressoam incessantemente  
em nossas fundas paredes.  
Novas coisas, sucedendo-se,  
iludem a nossa fome  
de primitivo alimento.  
As descobertas são máscaras  
do mais obscuro real,  
essa ferida alastrada  
na pele de nossas almas.  
Quando vim da minha terra,  
não vim, perdi-me no espaço,  
na ilusão de ter saído.  
Ai de mim, nunca saí.  
Lá estou eu, enterrado  
por baixo de falas mansas,  
por baixo de negras sombras,  
por baixo de lavras de ouro,  
por baixo de gerações,  
por baixo, eu sei, de mim mesmo,  
este vivente enganado,  
enganoso.

A ilusão do migrante – Carlos Drummond de Andrade

SILVA, Mariana Pereira. **O amargo gosto da fome no Doce**: uma análise das condições socioeconômicas de uma comunidade cabocla, no território Núcleo Rio Doce – herança de uma guerra em Trombudo do Contestado – SC. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

## RESUMO

As abordagens sobre a fome tornaram-se para alguns um assunto repetitivo, mas é preciso observar a sua complexidade, pois como bem aborda Josué de Castro, é um fenômeno criado pelo ser humano não é algo natural, portanto, se torna um problema social, econômico, político, ambiental e cultural. Desta forma o principal objetivo da dissertação tornou-se analisar os aspectos socioeconômicos para a elucidação da fome no território do bairro Núcleo Rio Doce localizado no município de Trombudo do Contestado no Estado de Santa Catarina. O município é um dos principais territórios das batalhas da Guerra do Contestado, guerra que teve início com a disputa de territórios entre o Estado do Paraná e Santa Catarina e se findou com batalhas entre a República Federativa do Brasil e os caboclos, causando uma carnificina. A guerra deixou muitas heranças positivas como a cultura, a bondade cabocla, a fé no Monge, e as heranças negativas como um possível esquecimento pelas forças do poder público, que marca algumas cidades da Região do Contestado com a pobreza e fome. A pobreza por sua vez leva a não somente a falta de renda, mas também a falta de capacidades como Amartya Sen aborda. A pobreza extrema leva o indivíduo a fome. A fome pode ser classificada como estrutural, que parte da ausência constante de alimentos, onde enfraquece o corpo humano, deixando sem imunidade exposto a adquirir outras doenças, uma forma silenciosa, a que poucos conhecem, e que pode deixar sequelas e aos poucos levar o indivíduo a morte. E a fome conjuntural, que envolve a destruição brutal de um território, exemplo são as guerras e as catástrofes naturais. Para detectar a fome no o bairro Núcleo Rio Doce além dos dados municipais, utilizou-se de entrevistas com os moradores e funcionários da prefeitura, apoiando no método indutivo, identificou-se a fome estrutural, que procede não pela falta de alimentos, mas sim pela má distribuição de renda, deixando não apenas um bairro numa situação socioeconômica desigual, mas uma Nação toda, onde poucos tem muito e muitos tem pouco.

**Palavras-chave:** Fome. Saúde. Território. Guerra.

SILVA, Mariana Pereira. **The bitter taste of hunger in the Doce**: an analysis of the socioeconomic conditions of a cabocla community, in the territory Rio Doce Nucleus - inheritance of a war in Trombudo do Contestado - SC. 127 p. Dissertation (Master's degree in Geography) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

## **ABSTRACT**

The approaches to hunger have become for some a repetitive subject, but it is necessary to observe its complexity, because as well it approaches Josué de Castro, is a phenomenon created by the human being is not something natural, therefore it becomes a social, economic problem, political, environmental and cultural. In this way the main objective of the dissertation became to analyze the socioeconomic aspects for the elucidation of hunger in the territory of the Núcleo Rio Doce neighborhood located in the municipality of Trombudo do Contestado in the State of Santa Catarina. The municipality is one of the main territories of the battles of the Contestado War, which began with the territorial dispute between the State of Paraná and Santa Catarina and ended with battles between the Federative Republic of Brazil and the caboclos, causing a carnage. The war left many positive legacies such as culture, cabocla kindness, faith in the Monk, and negative legacies as a possible oblivion by the forces of the public power, which marks some cities of the Contestado Region with poverty and hunger. Poverty in turn leads to not only the lack of income but also the lack of skills as Amartya Sen addresses. Extreme poverty leads to hunger. Hunger can be classified as structural, which starts from the constant absence of food, where it weakens the human body, leaving no immunity exposed to acquiring other diseases, a silent form, to which few know, and which can leave sequels and gradually carry the to death. And the conjunctural hunger, which involves the brutal destruction of a territory, such as wars and natural catastrophes. In order to detect hunger in the Núcleo Rio Doce neighborhood, in addition to the municipal data, interviews were conducted with residents and city officials, supporting the inductive method and identifying structural hunger, which is not due to lack of food, but rather by the poor distribution of income, leaving a neighborhood unequal in an unequal socioeconomic situation, but a whole Nation, where few have many and many have little.

**Keywords:** Hunger. Cheers. Territory. War.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 01:</b>	José Maria e os Doze Pares de França .....	21
<b>FIGURA 02:</b>	Bairro Núcleo Rio Doce.....	28
<b>FIGURA 03:</b>	Caboclos, com o comando de Maria Rosa .....	45
<b>FIGURA 04:</b>	Serra da Boa Esperança.....	64
<b>FIGURA 05:</b>	Cemitério da Serra da Boa Esperança.....	66
<b>FIGURA 06:</b>	Crematório de Perdizinhas localizado em Trombudo do Contestado/SC.....	67
<b>FIGURA 07:</b>	Imagens do município de Trombudo do Contestado em diferentes épocas.....	71
<b>FIGURA 08:</b>	Pirâmide Etária do município de Trombudo do Contestado (Lebon Régis) .....	76
<b>FIGURA 09:</b>	Rua do bairro Núcleo Rio Doce .....	80
<b>FIGURA 10:</b>	Histórico de valores repassados às famílias beneficiárias do PBF no município de Lebon Régis nos últimos 12 meses .....	85
<b>FIGURA 11:</b>	Plantação de pinus, atrás do cemitério de Perdizinhas.....	88
<b>FIGURA 12:</b>	Portal da antiga instalação Serralheria Kollross, localizada na Serra da Boa Esperança.....	89
<b>FIGURA 13:</b>	Pessoas famintas, na Vila de Canoinhas.....	90
<b>FIGURA 14:</b>	Terraplanagem do terreno do bairro Núcleo Rio Doce .....	92
<b>FIGURA 15:</b>	Primeiras casas construídas no bairro Núcleo Rio Doce .....	93
<b>FIGURA 16:</b>	Habitações do bairro Núcleo Rio Doce, no município de Trombudo do Contestado .....	95
<b>FIGURA 17:</b>	Rua principal do bairro Núcleo Rio Doce .....	96
<b>FIGURA 18:</b>	Residência no bairro Núcleo Rio Doce .....	102
<b>FIGURA 19:</b>	Igrejas Protestantes no bairro Núcleo Rio Doce .....	107

## LISTA DE MAPAS

<b>MAPA 01:</b>	Localização Geográfica da Região do Contestado .....	48
<b>MAPA 02:</b>	Localização Geográfica do Município de Trombudo do Contestado.....	62

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 01:</b> Doenças causadas por carências alimentares.....	40
<b>TABELA 02:</b> População de 1960 até 2010, separados por área urbana e área rural.....	74
<b>TABELA 03:</b> Vulnerabilidade social da população Lebon-regense.....	78
<b>TABELA 04:</b> Lavouras que se destacaram no município de Lebon Régis.....	87

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AL	Assembleia Legislativa
AMARP	Associação dos Municípios do Alto Rio do Peixe APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Asbran	Associação brasileira de nutrição
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CadÚnico	Cadastro Único CREAS - Centro Especializado de Assistência Social
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
Doce	Núcleo Rio Doce
ENDEF	Estudo Nacional de Despesa Familiar
FAO	Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDMS	Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NRD	Núcleo Rio Doce
PAA	Programa de aquisição de alimentos
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PEA	População Economicamente Ativa
PEI	População Economicamente Inativa PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROF	Professor(a)
PR	Paraná
SA	Segurança Alimentar
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação

SC	Santa Catarina
Sesc	Serviço Social do Comércio
S.P	Sem página

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>2</b>	<b>TERRITÓRIO, POBREZA, FOME E SAÚDE</b> .....	21
2.1	PROCESSOS TERRITORIAIS: DAS MATERIALIDADES AS IMATERIALIDADES .....	22
2.2	A POBREZA NO TERRITÓRIO COMO CONSTRUÇÃO E HERANÇA .....	26
2.3	A FOME: NO CORPO TERRITORIAL E NO CORPO “FÍSICO” .....	32
<b>3</b>	<b>O CONTESTADO: A TERRA, A GUERRA O MUNDO CABOCLO</b> .....	45
3.1	FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO CONTESTADO .....	46
3.2	TROMBUDO, DA VIDA AO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS .....	61
3.3	QUEM “É LEBON RÉGIS”: A AMARGA GEOGRAFIA DA FOME COMO HERANÇA .....	72
<b>4</b>	<b>O AMARGO DA FOME NO BAIRRO NÚCLEO RIO DOCE DO TROMBUDO</b> .....	90
4.1	QUE DOCE É ESSE .....	91
4.2	A TERRA, A CASA E O PÃO .....	99
4.3	O DOCE SENTIDO: O TERRITÓRIO ESTIGMATIZADO .....	105
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	111
	<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	116
	<b>APÊNDICE</b> .....	123
APÊNDICE A –	Roteiro para as questões realizadas aos moradores do bairro Núcleo Rio Doce .....	123
APÊNDICE B –	Roteiro de questões aplicadas para a Secretaria de Assistência Social .....	124
APÊNDICE C –	Roteiro de questões aplicadas para a Enfermeira do Bairro Núcleo Rio Doce .....	125
APÊNDICE D –	Roteiro de questões aplicadas para o funcionário da Prefeitura .....	126

<b>ANEXOS</b>	.....	127
ANEXO A –	Lei de criação do bairro Núcleo Rio Doce.....	127
ANEXO B –	Exemplar de Ficha de Cadastro para terrenos ocupados da prefeitura.....	128
ANEXO C –	Autorização de Adair Mattos.....	129
ANEXO D –	Autorização de Cristiane Antunes Scussiato .....	130
ANEXO E –	Autorização de Nilcéa do Vale Rocha Hanna.....	131
ANEXO F –	Autorização de Webber de Moraes .....	132
ANEXO G –	Autorização de Valdir Ribeiro de França .....	133
ANEXO H –	Autorização de Carlos Nedi Veiga da Silva .....	134

## 1 INTRODUÇÃO

Abordar a fome não é uma tarefa simples, pois se trata de algo que ainda é um tabu para a sociedade. Josué de Castro foi um dos pioneiros neste assunto e escolheu a geografia para explicar a fome. Segundo o autor *“só a geografia, que considera a terra como um todo, e que ensina, a saber, ver os fenômenos que passam em sua superfície, a observá-los, agrupá-los e classificá-los, tendo em vista a localização, extensão, coordenação e causalidade, podem orientar o espírito humano na análise do vasto problema da alimentação, como um fenômeno ligado, através de influências recíprocas, à ação do homem, do solo, do clima, da vegetação e do horizonte de trabalho”* (CASTRO, 1937, p. 25-26).

O município de Trombudo do Contestado/SC (Lebon Régis) é onde está localizado o bairro Núcleo Rio Doce, sendo o território e o recorte espacial principal desta pesquisa. Devido ao contexto histórico, o município receberá a nomenclatura de Trombudo do Contestado, só sendo denominado de Lebon Régis quando forem utilizados dados elaborados por órgãos governamentais. Optou-se por essa nomenclatura, pois o militar Gustavo Lebon Régis foi uma figura que marcou e ainda marca negativamente a imagem e os sentimentos de alguns caboclos, já que foi um dos militares que planejou a morte de centenas de caboclos durante a Guerra do Contestado. Portanto, não tem mérito de receber em homenagem, o nome de um município que foi um dos principais territórios palco da guerra.

Atualmente, Trombudo do Contestado luta contra a pobreza e a fome. O bairro Núcleo Rio Doce (NRD) é o bairro mais carente do município, não havendo saneamento básico e nem abastecimento de água em todas as residências (o que será comprovado no decorrer da pesquisa). Parte da população sofre as consequências do desemprego e do preconceito gerado por residirem no bairro NRD, o que faz desse espaço, um território estigmatizado pelo restante da população do município.

Para isso, o objetivo principal desta pesquisa é analisar os aspectos socioeconômicos para elucidação da fome no território Núcleo Rio Doce, em Trombudo do Contestado, SC (oficialmente município de Lebon Régis). Os objetivos secundários são conhecer a influência da Guerra do Contestado no

município; e entender os processos de desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialização no bairro Núcleo Rio Doce.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, se aderiu ao materialismo histórico, buscando explicações por meio da história, além de utilizar-se de fatores práticos, tecnológicos (materiais) e o modo de produção. Engels (1981, p. 54) disserta que:

A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz, e pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na ideia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época de que se trata (ENGELS, 1981, p. 54).

Ao voltar ao passado para entender a atualidade do espaço, Santos (2007, p. 14) aborda que “o momento passado está morto como *tempo*, não porém como *espaço*; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como indispensável à realização social”.

Apoiou-se também no método indutivo, em que Lakatos e Marconi (2007, p. 86) definem como:

A indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

Para explicar a fome no bairro Núcleo Rio Doce, baseou-se em buscas do contexto histórico do município e o seu papel na Guerra do Contestado, foram feitas consultas em órgãos estatais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome - MDS, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA,

Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação - SAGI e levantamentos nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, entre outros.

Foram realizadas entrevistas com alguns moradores do bairro para que eles pudessem expressar as barreiras encontradas para combater a pobreza e para não serem tratados com tanto estigma; com a enfermeira Cristiane Antunes Scussiato, chefe da Unidade de Saúde do bairro Núcleo Rio Doce, para que se pudesse compreender as condições de saúde da população do bairro; com Adair Mattos, funcionário da prefeitura, para relatar o contexto histórico do bairro, as condições sociais, econômicas e de infraestrutura; com Nilcéa do Vale Rocha Hanna da assistência social, para informar o auxílio no combate à pobreza dos moradores; com um (a) funcionário<sup>1</sup> (a) da escola do bairro, que apresentou relatos da vida de algumas crianças que passam por problemas que emergem das condições socioeconômicas; e também entrevistas com Walter Alves de Moraes<sup>2</sup>, Valdir Ribeiro de França, Gilberto Kollross e Carlos Silva para entender e assimilar a construção e a origem do município de Trombudo do Contestado antes, durante e depois da Guerra do Contestado. Essas entrevistas foram realizadas com o intuito de atingir o objetivo principal da pesquisa.

Este trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “Território, pobreza e fome”, foi destinado para o aporte teórico, discutindo os três principais conceitos da pesquisa – território, pobreza e fome. O capítulo foi dividido em três subcapítulos. O primeiro subcapítulo, “Processos territoriais: das materialidades as imaterialidades”, foi destinado à compreensão do conceito de território, bem como os conceitos de desterritorialização, reterritorialização e a multiterritorialidade, com destaque para os autores: Claude Raffestin (1993), Rogério Haesbaert (2002, 2004, 2006), Marcelo Lopes de Souza (2001), Marco Aurélio Saquet (2004) e Paul Claval (1999). No segundo subcapítulo, “A pobreza no território como construção e herança”, tratou-se do conceito de pobreza, utilizando os conceitos de Amartya Sen (2010), Milton Santos (2013), Romão (1993) e Monteiro (1995). E no terceiro subcapítulo, “A fome teórica e a fome retórica: no corpo territorial e no corpo “físico””, explanou-se sobre o conceito de fome, considerado o conceito chave

---

<sup>1</sup> Optou-se por não expor a sua identidade, dando-lhe o nome fictício de Jozelina.

<sup>2</sup> Foi sua última entrevista, pois o senhor Walter veio a falecer no dia 22 de outubro de 2018.

da pesquisa. Este subcapítulo foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica baseados em autores como Josué de Castro (1953, 1984), Jean Ziegler (2013), Melhem Adas (1988), Ricardo Abramovay (1985), Varo Duarte (1985), Martín Caparrós (2016) e Monteiro (2003).

O segundo capítulo nomeado “O contestado: a terra, a guerra o mundo caboclo” tem como objetivo abordar os principais acontecimentos da Guerra do Contestado e a sua influência no território pesquisado depois de um século de seu acontecimento. Este capítulo foi dividido em três subcapítulos. No primeiro subcapítulo, “Formação socioespacial do Contestado”, abordou-se uma explicação dos acontecimentos da Guerra do Contestado que tiveram impacto no território atual de Trombudo do Contestado, sendo embasado principalmente em Nilson Cesar Fraga (2010, 2012, 2017, 2018), Nilson Thomé (1983), Marli Auras (2001) e Maurício Vinhas de Queiroz (1981). No segundo subcapítulo “Trombudo, da vida ao município de Lebon Régis” dissertou-se sobre Trombudo do Contestado/SC e sua participação na Guerra do Contestado, apontando relatos dos moradores mais antigos. Para finalizar, no terceiro subcapítulo, “Quem “é Lebon Régis”: a amarga Geografia da Fome como herança”, discutiu-se sobre os dados socioeconômicos do município, tratando-se do reflexo da guerra, o esquecimento do poder público e o descaso do governo para com seu povo.

No terceiro capítulo tratou-se do território pesquisado, o bairro Núcleo Rio Doce, em que se intitula “O amargo Doce do Trombudo”. Neste capítulo foram enfatizados os três conceitos do primeiro capítulo e mostrou-se como o histórico de um povo reflete na vivência atual, tentando romper a invisibilidade dos caboclos e principalmente o tema da fome. Este capítulo também foi dividido em três subcapítulos. No primeiro, “Que Doce é esse”, foi percorrido sobre a formação inicial do bairro, como, quando e por que foi criado. No segundo subcapítulo, “A terra, a casa e o pão”, tratou-se de entrevistas realizadas com uma parcela de moradores do bairro NRD, para mostrar a situação de moradia e emprego no município e revelar a fome entre os moradores. No terceiro subcapítulo, “O Doce sentido: o território estigmatizado”, abordou-se a visão da população com relação aos moradores do bairro Núcleo Rio Doce, como essas pessoas são classificadas e julgadas por feitos de uma parcela mínima de moradores.

## 2 TERRITÓRIO, POBREZA E FOME

FIGURA 01: José Maria e os Doze Pares de França



FONTE: Hassis, 2014.

Dentre todos os direitos humanos, o direito à alimentação é, seguramente, o mais constante e maciçamente violado em nosso planeta. A fome assemelha-se ao crime organizado (Jean Ziegler em *Destruição em massa: Geopolítica da Fome*, 2013 p. 31).

Este capítulo tem por objetivo apresentar uma discussão teórica com os principais conceitos para a dissertação. A princípio, desenvolveu-se o conceito de território, tratando-se do território vivido, onde não se tem apenas o material, mas o imaterial, o sentimento, em conjunto com o poder, que é uma das características de um território. É no território que acontecem as relações humanas, logo se viu a necessidade de conceituar os processos de desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialidade, conceitos abordados por Rogério Haesbaert (2002, 2004, 2006), já que são processos que ocorrem com certa frequência no decorrer do tempo no território do Doce. Neste mesmo território, as pessoas vivem a pobreza, seja pela renda, seja pela capacidade, sejam por ambos. Aqui se optou pelos conceitos de Amartya Sen (2010). E por fim, a fome foi conceituada a partir de leituras de autores como Josué de Castro (1953, 1984) e Jean Ziegler (2013).

## 2.1 PROCESSOS TERRITORIAIS: DAS MATERIALIDADES ÀS IMATERIALIDADES

Compreender a pobreza e a fome é algo complexo e doloroso que carece de muitos estudos e análises. Não há como discutir a pobreza e a fome sem antes abordar o território, uma vez que “é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 1999, p. 7). Para tanto, este subcapítulo tem como objetivo compreender os conceitos de território, de desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialidade, já que são processos que ocorreram no contexto histórico da construção da comunidade do Núcleo Rio Doce – Trombudo do Contestado/SC.

O território é considerado uma das categorias de análise da ciência geográfica. Ele é o espaço apropriado por grupos humanos que se utilizam dos seus recursos e estabelecem características culturais, dentre outras, estando inseridas, assim, as relações sociais, de poder e os conflitos que os envolvem. Porém o território é posterior ao espaço, que segundo Raffestin, a dinâmica do território para com o espaço é diferente:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Portanto, quando uma pessoa ou grupo de pessoas se apoderam de determinado espaço, e ali desenvolvem todas as suas relações, está ocorrendo a transformação do espaço em um território, que nas palavras do autor supracitado, o indivíduo se territorializa. Para Raffestin (1993, p. 50), o espaço é a “prisão original”, e o território é a prisão que os homens constroem para si.

Souza (2001) salienta que o território é um espaço definido e delimitado a partir das relações de poder, pois o poder não se restringe ao Estado, também não se confunde com violência e dominação. Sendo assim, o conceito de território deve abarcar mais que o território do Estado-Nação.

Haesbaert (2004) aborda quatro vertentes do território, sendo a primeira a vertente natural, a segunda, vertente política, a terceira a vertente cultural e a última, vertente econômica. Sendo a vertente política a mais difundida, pois através dela é que se evidencia a apropriação do território por fronteiras, uma vez que o espaço é delimitado e controlado por um poder político de um Estado.

1. Natural: seja no sentido de sua vinculação com o comportamento dos animais, (o território restringido ao mundo animal ou entendido dentro de um comportamento “natural” dos homens), seja na relação sociedade com a natureza (o território humano definido a partir da relação com a dinâmica – ou mesmo o “poder” – natural do mundo) (HAESBAERT, 2004, p. 40).

2. Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizada): a mais difundida, em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político de Estado (HAESBAERT, 2004, p. 40).

3. Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto em relação ao seu espaço vivido (HAESBAERT, 2004, p. 40).

4. Econômica: é a menos difundida. Enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, abordando o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo (HAESBAERT, 2004, p. 40).

O bairro Núcleo Rio Doce e o município em que está situado – Trombudo do Contestado – exercem uma construção social, em que as relações dos indivíduos desde a chegada dos primeiros habitantes, perpassando pelo contexto histórico, onde o município foi um dos principais locais da Guerra do Contestado, integram as quatro vertentes de território de Rogério Haesbaert. Para a população, é neste território que se faz o cotidiano, seja trabalhando, estudando, cuidando dos filhos, observando a paisagem pela janela, tomando o chimarrão, fazendo as rezas para o monge José Maria, buscando assistência para ter o pão de cada dia quando os meios de produção não são suficientes para atender a todos, estando assim, a mercê do poder público.

Pode-se dizer também que a dimensão do conceito de território chega ao campo do simbolismo, representando o poder e a identidade. Para Claval (1999, p. 16), a questão do território e a identidade estão indissociavelmente ligadas: a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades.

Território é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural (BOLIGIAN; ALMEIDA, 2003, p. 241).

Pode-se dizer então, que o território vai além da perspectiva material, abrangendo um aspecto de poder, de identidade, de cultura e de símbolos.

As forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, com/no espaço geográfico, centrado e emanado na/da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais (SAQUET, 2004, p. 28).

A criação do território é entendida como territorialização. Em Trombudo do Contestado se deu primeiramente pela ocupação indígena, em seguida por migrantes, tanto de Santa Catarina quanto do Paraná, e se acentuou no decorrer da Guerra do Contestado. A saída do indivíduo do território se entende por desterritorialização, seja ela em qualquer escala temporal. A recriação do território se explica pelos processos de reterritorialização. As diversidades territoriais que formam novas geografias se definem como multiterritorialidades.

Não há como ocorrer uma desterritorialização sem estar embasada em um desses aspectos:

Dependendo da ênfase a um ou outro de seus aspectos, uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), “técnico-informacional” (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-cultural). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distancia, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida (HAESBAERT, 2002, p. 132).

Concomitante a uma desterritorialização há a reterritorialização, pois quando um indivíduo sai de um território, ele precisa ir para outro, carregando consigo todas as características culturais, econômicas, políticas e naturais do território em que saiu, juntando com novas características territoriais de outros indivíduos do novo território.

[...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade” (Haesbaert, 2004, p. 344).

No bairro Núcleo Rio Doce em Trombudo do Contestado/SC é visível os processos de desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialidade, no

sentido de que os moradores estão em uma constante busca por sobrevivência, como pode ser observado na fala de dos (as) moradores (as): “tô trabalhaiano pra lá de Taquara Verde, porque aqui não tem serviço. Vou na segunda e vorto na sexta, dá 90km, trabaio derrubano pinus”. Outro (a) morador (a) disse: “Eu era de Pato Branco, vim morar pra cá né”. Essas pessoas se deslocam até o município de Trombudo do Contestado em busca de empregos. Quando conseguem um emprego é algo temporário, e quando esse emprego termina, eles precisam buscar empregos em outros locais. O desemprego, a pobreza e a fome levam a desterritorialização dos moradores do Doce.

Um território pode ficar vazio ou cheio devido ao alimento, sendo que a sua falta, pode levar a guerras. Esse mesmo alimento que nutri, quando falta, mata. O próximo subcapítulo traz uma abordagem sobre a pobreza no território do Doce e a influência da pobreza no processo de desterritorialização.

## 2.2 A POBREZA NO TERRITÓRIO COMO CONSTRUÇÃO E HERANÇA

Inicialmente, a pobreza é entendida enquanto uma situação de privação ou insegurança, envolvendo saúde, educação, escolaridade e a alimentação. Ela existe em todos os lugares do mundo, diferenciando-se na sua intensidade e na sua definição conceitual.

Para Amartya Sen (2010), a pobreza corresponde à privação de liberdade consecutiva de um déficit de capacidades no que se refere à saúde, à educação, à moradia, às normas sociais e às instituições políticas.

Às vezes a ausência de liberdade substantiva relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico (SEN, 2010, p. 17).

Na concepção de Sen (2010), um indivíduo pobre não tem liberdade, pois a liberdade parte do momento em que o sujeito possui as possibilidades de ter um bom estudo, uma boa saúde, uma boa alimentação, ou seja, ter o mínimo para o seu bem estar. Assim sendo, a pobreza vem para tirar essa liberdade do indivíduo de se alimentar, de se vestir, entre outros.

A pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. A perspectiva da pobreza como privação das capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades da pessoa (SEN, 2010, p. 120).

A Região do Contestado é marcada pela pobreza. Segundo Nossa e Junior (2012, s/p), essa região é uma ilha da pobreza:

[...] pela análise dos números de repasses de verbas públicas, a região do Contestado deverá continuar uma ilha de pobreza no Sul do Brasil. Ao longo de 2011, o governo priorizou nas suas ações de melhoria dos índices de desenvolvimento humano as grandes cidades e os municípios médios e pequenos do Vale do Itajaí, do Sul e Extremo Oeste de Santa Catarina, onde o percentual de miséria não passa de um dígito. Já os municípios do Contestado, que registram mais de 40% da população na faixa de indigência e pobreza, foram relegados a segundo plano.

Enquanto no bairro Núcleo Rio Doce, pode se dizer que a liberdade da população está sendo privada, em função de boa parte da população não possuir os serviços de saneamento básico (os dados foram desenvolvidos no terceiro e quarto capítulos), contendo um alto índice de desemprego, e conseqüentemente um baixo nível de renda e uma inadequação de capacidade, como pode ser visualizado na figura 02 uma residência localizada no bairro e ao fundo o posto de saúde.

**FIGURA 02:** Bairro Núcleo Rio Doce.



**FONTE:** Pereira, 2018.

Amartya Sen (2010) desenvolve os termos de pobreza por baixo nível de renda e pobreza por inadequação de capacidade. O primeiro se refere à questão monetária, enquanto o segundo se refere quando o indivíduo tem privações que são “intrinsecamente importantes” para viver, como se alimentar.

Embora seja importante distinguir conceitualmente a noção de pobreza como inadequação de capacidade da noção de pobreza como baixo nível de renda, essas duas perspectivas não podem deixar de estar vinculadas, uma vez que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades. E, como maiores capacidades para viver sua vida tenderiam, em geral, a aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada, também esperaríamos uma relação na qual um aumento de capacidade conduzisse a um maior poder de auferir renda, e não o inverso (SEN, 2010, p. 124).

Pois bem, ambas as noções de pobreza estão associadas uma à outra, pois, uma vez que o indivíduo consegue maior capacidade, ele conseguirá um meio para adquirir renda (como um emprego), e conseqüentemente, conseguirá aumentar suas capacidades.

Para a identificação da pobreza, alguns autores defendem dois critérios, que são chamados de subjetivos e objetivos. Os critérios subjetivos são os que se referem ao sentimento da pessoa com relação às necessidades mínimas para viver. Os objetivos, que será o mais explanado, se referem à situação daquele indivíduo, sua renda, tamanho da família, saneamento básico. Esse critério define a pobreza como sendo relativa ou absoluta.

A conceituação da pobreza sob o prisma relativo enfatiza a ideia de comparação situacional do indivíduo em termos da posição que ocupa na sociedade com respeito a seus semelhantes. Nota-se que a percepção da pobreza como conceito relativo se aproxima bastante da desigualdade na distribuição de renda. A pobreza é interpretada em relação ao padrão de vida vigente na sociedade: os pobres são os que se situam na camada inferior da distribuição de renda em comparação com os membros melhor aquinhoados da sociedade nessa distribuição.

Já a percepção da pobreza como um conceito absoluto implica o estabelecimento de padrões mínimos de necessidade, ou níveis de subsistência, abaixo dos quais as pessoas são consideradas pobres. O padrão de vida mínimo (em termos de requisitos nutricionais, moradia, vestuário etc.) em geral é avaliado a preços de mercado e a renda necessária para custeá-lo é calculada (ROMÃO, 1993, p. 63).

Com base em Sen (2010), um exemplo de pobreza relativa é quando o indivíduo tem o que precisa para sanar suas necessidades, entretanto, há outros indivíduos que tem além do que é necessário para manter as mesmas necessidades do indivíduo anterior. Sendo assim, a concepção e percepção de pobreza é algo relativo de acordo com cada sociedade (país, estado, município, comunidades), pois, o indivíduo que é considerado pobre nos Estados Unidos pode ser que não seja considerado pobre num país como o Brasil.

Ainda embasado em Sen (2010), um exemplo de pobreza absoluta (a mais desenvolvida no Brasil) é quando o indivíduo não tem o que precisa para sanar suas necessidades básicas, que é o caso de uma parcela da população

que vive no bairro Núcleo Rio Doce, em que esses indivíduos vivem de “bicos” e com o auxílio de programas governamentais, tais como o Bolsa Família.

A pobreza absoluta é ter menos do que um mínimo objetivamente definido e a pobreza relativa é ter menos do que outros na sociedade. Definida nestes termos, a pobreza estaria (está) ligada à exclusão social relativa e tem como referência a confrontação do nível de vida do indivíduo com o da sociedade onde vive. A pobreza é sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante (pobreza subjetiva) (INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA, s/a, p. 68).

É difícil encontrar emprego formal que tenha carteira assinada quando o município é pequeno, pois o desenvolvimento econômico normalmente gira em torno do comércio local e da agricultura, que é exatamente o que ocorre no município de Trombudo do Contestado.

O bairro Núcleo Rio Doce, que é o território em estudo, está numa localização afastada do restante da urbanização do município. Os moradores, em grande parte, estão desempregados e lutam para sobreviver a cada dia, porém estão desestimulados e desanimados com o que encontram e acabam desistindo de continuar a procura por emprego. Receber ajuda do governo nem sempre soluciona os problemas, tais como a fome, o desânimo, o desespero e a pobreza.

Isso torna perceptível nas falas dos moradores entrevistados, como este: “Emprego tá feio né, nós aqui tá difícil menina do céu. Olha o meu rapaz, tá aqui desempregado, já faz 5 meis, já andou por tudo, não consegue serviço”. Outro (a) morador (a): *“Emprego é difícil, sabe? Eu tô até com aquele IPTU atrasado. O prefeito e os vereadores precisa trazê mais empregos. Contrato por cinco, seis meses, e por dia, mais é difícil. As coisa tá cara, não tá sendo fácil né? Sê pega 200 pilas né, que nem eu pego 200 de bolsa família, não dá nada, falta as coisa pra compra”*.

Sen (2010) aborda o fato de que a perda da renda para um desempregado é o mínimo, pois pior que isso, são os efeitos que isso causará, tais como a morbidez, depressão, alcoolismo, dentre outros.

Se a perda de renda fosse tudo o que o desemprego acarreta, ela poderia ser, em grande medida, suprimida – para os indivíduos envolvidos – mediante o auxílio-renda (...). Se,

porém, o desemprego tem outros efeitos graves sobre a vida dos indivíduos, causando privações de outros tipos, a melhora graças ao auxílio-renda seria, nessa medida, limitada. Há provas abundantes que o desemprego tem efeitos abrangentes além da perda de renda, como dano psicológico, perda de motivação para o trabalho, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez (até mesmo das taxas de mortalidade), perturbação das relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social e acentuação de tensões raciais e das assimetrias entre sexos (SEN, 2010, p. 129 - 130).

Portanto, quando os indivíduos estão em estado de pobreza, seja ela por falta de renda, advinda pelo desemprego, pela falta de capacidade, pobreza absoluta ou relativa, pobreza objetiva ou subjetiva, eles são pobres que “não são socialmente marginais, e sim rejeitados; não são economicamente marginais, e sim explorados; não são politicamente marginais e sim reprimidos” (Gunder, 1966, p. 1, apud Milton Santos, 2013, p. 36).

No Brasil, para definir os pobres extremos e os pobres se aderiu, como quesito principal, à questão monetária, direcionando a uma linha de corte, que em alguns casos é utilizado a linha do Programa Brasil sem Miséria, em que é extremamente pobre quem sobrevive com 85,00 reais por mês, e pobre quem sobrevive com 170,00 reais por mês e a linha do Benefício de Prestação Continuada – BPC, definida como o rendimento domiciliar per capita abaixo de  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo.

“Essas linhas podem ser definidas por lei como o BPC na Lei n. 8.742, de 07.12.1993, atendendo ao princípio constitucional das pessoas viverem e envelhecerem com dignidade ou por decisões administrativas” (IBGE, 2017). Estabelecida como indicador global e calculado pelo Banco Mundial, em que o seu valor é de até 1,90 dólares por dia, convertendo o dólar em real, nos dias atuais daria em torno de uns 7 reais por dia. Entretanto, este indicador é pouco utilizado no Brasil (IBGE, 2017).

Quando o indivíduo precisa sobreviver com esses 85 reais ou 170 reais por mês, (dividindo em média os 30 dias do mês, consecutivamente dará 2,83 reais e 5,66 reais por dia), suas necessidades básicas, como saúde, alimentação adequada, educação de qualidade, boas condições de moradia, dentre outras, não serão supridas. Para Amartya Sen, deve-se ter enfoque sobre o “poder econômico e a liberdade substantiva dos indivíduos e famílias

para comprar alimento suficiente, e não apenas sobre quantidade de alimento disponível no país em questão”.

São pobres as pessoas que não suprem permanentemente necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, cuidados de saúde etc. Têm fome aqueles cuja alimentação diária não aporta a energia requerida para a manutenção do organismo e para o exercício das atividades ordinárias do ser humano. Sofrem de desnutrição os indivíduos cujos organismos manifestam sinais clínicos provenientes da inadequação quantitativa (energia) ou qualitativa (nutrientes) da dieta ou decorrentes de doenças que determinem o mau aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos (MONTEIRO, 1995, p. 195).

Portanto, o indivíduo em situação de pobreza terá grande possibilidade de estar também vivenciando a fome, sendo que a materialização da fome, ainda não é considerada uma doença. A pré-condição na categoria de ser humano é a alimentação e todos deveriam a ter em quantidade e principalmente em qualidade.

O próximo subcapítulo contextualizou o conceito da fome e suas diversas faces segundo geógrafos, médicos e pesquisadores que discutiram e abordaram o assunto.

### 2.3 A FOME: NO CORPO TERRITORIAL E NO CORPO “FÍSICO”

Abordar as questões alimentares dos caboclos do Contestado demanda-se de diferentes discussões, pois se trata de um território que adentra nas quatro vertentes discutidas por Rogerio Haesbaert - a natural, a política, a cultural, e a econômica – e dentro dessas vertentes existem contextos variáveis. A presente pesquisa tem como foco principal a vertente do território econômico, e as outras três como complemento, pois a fome é a expressão biológica dos males sociológicos, ligada às distorções econômicas, sendo geograficamente universal, como salienta Josué de Castro (1984). Consiste em algo criado e mantido pelo homem. “Não é possível admitir-se ser a fome um fenômeno natural, uma vez que ela é condicionada muito mais por fatores de natureza econômica do que pelos de natureza geográfica” (CASTRO, 1953, p. 371).

É notório que em um mesmo território, rico economicamente, exista indivíduos famintos, que não sabem se terão o alimento para a refeição ou se terão uma próxima refeição, não possuindo alimentos em quantidade e nem alimentos de qualidade. Este subcapítulo tem como objetivo principal fundamentar teoricamente os conceitos da fome, tanto no corpo territorial do Doce como no corpo “físico” do indivíduo.

Para que se possa compreender o significado da fome, é necessário diferenciar segurança alimentar de soberania alimentar, pois é comum que alguns profissionais da área da saúde utilizem o termo segurança alimentar ao invés de fome, sendo também um termo utilizado, em alguns momentos, como sinônimo de soberania alimentar.

A segurança alimentar está diretamente ligada ao direito do indivíduo a uma alimentação suficiente para viver com dignidade. Já a soberania alimentar é o direito de todos os povos de decidirem sobre as suas políticas agrícolas e alimentares.

Conforme a primeira Cúpula Mundial de Alimentação, de 1996:

Existe segurança alimentar quando todas as pessoas possuem em todos os momentos acesso físico e econômico, alimentos suficientes inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentares e suas preferências em relação aos mesmos a fim de levar uma vida ativa e saudável.

A Segurança alimentar diz a respeito do Estado cumprir um direito da população que está garantido por lei, em que na emenda Constitucional de nº 64 inclui-se a alimentação entre os direitos sociais, fixados no artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Porém, infelizmente, mesmo sendo um direito, não garante que os alimentos estarão disponíveis para todos.

Para que haja igualdade na questão alimentar, as organizações camponesas, indígenas e de pequenos agricultores defendem uma nova forma para o setor agroalimentar, algo mais igualitário e coletivo, que respeite a água, a terra, as sementes, as matas e o ar, ou seja, uma soberania alimentar.

Para Via Campesina (1996):

A soberania alimentar é o direito de cada nação de manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir os alimentos básicos das pessoas, respeitando a diversidade produtiva e cultural. Temos o direito de produzir nossa própria comida em

nosso próprio território de forma autônoma. A soberania alimentar é uma pré-condição para a segurança alimentar genuína (s.p.).

Ainda para Via Campesina, o importante para a Soberania Alimentar são as características nutricionais de cada alimento, conservando assim, não somente a saúde do indivíduo, mas também o espaço onde ele está inserido. A melhoria ocorre de ambas as partes, tanto de quem vende quanto de quem compra o alimento. O produtor não precisará utilizar agrotóxicos, e consequentemente não irá prejudicar a sua saúde e nem a do consumidor, sem falar da “bagagem” nutricional que um alimento bem cultivado carrega consigo.

O movimento de Slow Food<sup>3</sup> (alimentar-se devagar) surge com a ideia de que o ato de se alimentar deve ser considerado também um ato agrícola. O sentido dado à alimentação estabelece uma nova forma de recriar os laços com a terra, com o próximo, com a água, com a agricultura e com o território. Segundo Fraga (2018), não com essa nomenclatura e com os mesmos objetivos, mas algo semelhante ocorreu ao final da Guerra do Contestado, quando o povo caboclo foi preso pelo exército brasileiro ou se entregou motivado pela fome gerada pela guerra. Os caboclos foram amarrados e alimentados bem devagarinho para não morrerem no ato de alimentar-se depois de dias e dias passando fome perdidos ou fugidos nas matas. É certo que a maioria foi eliminada, sobretudo pela degola, depois de alimentado. Alimentar e depois matar era um ato de piedade e um ato cristão na época.

Desse modo, a Segurança Alimentar (SA) é definida como a garantia de acesso contínuo à quantidade e qualidade suficientes de alimentos obtidos por meio socialmente aceitável de forma a assegurar o bem-estar e a saúde dos indivíduos (United States Department of Agriculture, 2003). Sem uma AS, o indivíduo pode entrar no processo que o levará a fome.

Poucos autores utilizam a palavra fome com seu real significado. Ela se tornou uma palavra clichê devido ao seu uso indevido, que segundo Caparrós, (2016), “poetas de quarta, políticos de oitava e todo o tipo de idiotas a usaram tanto e com tanta displicência que deveria ser proibida. Em vez de ser proibida,

---

<sup>3</sup> Movimento fundado por Carlo Petrini em 1986, tornou-se uma associação sem fins lucrativos, e que se opõe as tendências de padronização dos alimentos no mundo, possuem como filosofia o lema: “O alimento equivale ao prazer, equivale à consciência, equivale à responsabilidade”.

foi neutralizada”, muitos a usam como forma de sarcasmo. Continua o autor, “como quando dizem “e o que querem, acabar com a fome no mundo?” – é uma frase feita, um lugar-comum, uma expressão quase sarcástica usada para sintetizar o risível de certas intensões”. O que todos devem saber é que muitos morrem de fome, daquela mais perigosa, a silenciosa, a que poucos conhecem, e a que muitos temem.

Eis as questões: o que é a fome? Por que muitos a temem?

Para a FAO (Food and Agriculture Organization - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), e Jean Ziegler, há destaque para dois tipos de fome: a fome estrutural e a fome conjuntural.

A fome estrutural é a falta constante de alimentos e a ausência diária de uma alimentação adequada. Ela é inerente às estruturas da sociedade, advém da estrutura da economia de um país. As pessoas morrem lentamente por causa do grande número de doenças que as assolam, provenientes da falta de vitaminas. Um exemplo dessas doenças é a anemia, e mais grave ainda é a kwashiorkor<sup>4</sup>.

A fome conjuntural é provocada pela ruína brutal em curto prazo de tempo de toda a infraestrutura econômica e social de uma sociedade. Esse tipo de fome é causado por catástrofes naturais tais como furacões, tsunamis, secas e até mesmo por guerras, pois são acontecimentos que inibem a possibilidade de plantar e colher.

Melhem Adas, geógrafo brasileiro, apresenta a fome como sendo energética/calórica ou parcial/específica e as define como:

[...] energética ou calórica, é entendida como a incapacidade de a ração alimentar diária ingerida por uma pessoa fornecer as calorias equivalentes à energia gasta pelo organismo nos trabalhos realizados, e a parcial ou específica que é usando além das calorias, a alimentação deve fornecer determinados elementos nutritivos – como proteínas, vitaminas e sais minerais – que cumpram a função de restaurar as células, os tecidos e os órgãos de todo o nosso organismo (ADAS, 1988, p. 08).

---

<sup>4</sup>Kwashiorkor é uma desnutrição proteico-energética em que há deficiência dietética de proteína, embora a ingestão calórica se mantenha adequada. As reservas de gordura e massa muscular, no início, não são afetadas, dando aspecto ilusório de nutrição adequada. Tem conexão com doenças agudas como traumatismo e sepse, bem como doenças crônicas, as quais envolvem respostas inflamatórias perante as quais aumentam a necessidade proteico-energética, quando o consumo se encontra limitado (Heimbürger DC, 2009, p. 450-4).

O organismo humano, para funcionar em perfeito estado, precisa das proteínas, das vitaminas e dos minerais. A ausência constante de qualquer uma dessas substâncias na alimentação determinará lesões orgânicas.

Josué de Castro (1984) aborda que há duas formas de morrer de fome: a primeira é não comendo nada e definhando de maneira vertiginosa até o fim; e a segunda forma é comer de maneira inadequada e entrar em um regime de carências ou deficiências específicas, capaz de provocar um estado que pode também conduzir à morte.

A falta de elementos nutritivos induz o indivíduo a uma subnutrição, podendo até ser mortal. A carência de moléculas indispensáveis causará o mau funcionamento do organismo do indivíduo. Nas crianças poderá causar um desenvolvimento defeituoso, já nos adultos, uma fraqueza parcial. Se o indivíduo não se alimenta corretamente, a probabilidade dele não ter ânimo para desenvolver as suas atividades do dia a dia será alta, diminuindo a durabilidade e qualidade da própria vida, afetando o seu psicológico, a sua capacidade de trabalhar, entre outros (CASTRO, 1984).

A fome mata porque ela enfraquece o indivíduo, deixando-o vulnerável para doenças que num organismo faminto, costumam ser fatais. Abramovay declara que:

A fome vai deixar certos traços e deformações na população biologicamente vulnerável, que serão absolutamente irreversíveis. Neste setor, e, sobretudo entre as crianças, a fome não faz apenas sofrer no imediato: ela rouba do indivíduo boa parte daquilo que seu potencial genético estava destinado a realizar. Por isso, é sobre as crianças que concentra o essencial das preocupações dos especialistas sobre o assunto (ABRAMOVAY, 1985, p. 17).

Quando o corpo humano não recebe os alimentos com as substâncias que precisa, ele perde suas defesas, facilitando a aderência de qualquer doença e afetando o indivíduo nas suas atividades diárias, como já dito anteriormente.

Uma das consequências orgânicas da desnutrição é a sua influência sobre o desenvolvimento mental do indivíduo. A fome retarda a ossificação, prejudica o sistema imunológico e impede o perfeito funcionamento intestinal.

Acredita-se que atinja também a inteligência de sua vítima (ABRAMOVAY, 1985, p. 23).

Neste momento, permite-se fazer uma aproximação ao “capital cultural<sup>5</sup>” de Bourdieu, pois como bem sabe, a sociedade é dividida em classes sociais. Segundo o autor, o ensino não é transmitido de forma igualitária para todos os alunos, pois as classes sociais mais favorecidas possuem uma herança – o capital cultural. Para ele, a cultura nessa sociedade se transforma em moeda.

A noção de capital cultural impôs, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o "sucesso escolar", ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classes (BOURDIEU, 2007, p. 73).

Em uma sala de aula onde há alunos de diferentes classes sociais, o aprendizado não será o mesmo por vários fatores. Um deles é a fome, e outro é a influência do meio que se adentra no capital cultural. Bourdieu (2007, p. 74), explica que “o rendimento escolar depende do capital cultural previamente investido pela família e que o rendimento econômico e social do certificado escolar depende do capital social - também herdado - que pode ser colocado a seu serviço”.

As desigualdades socioeconômicas refletem nas desigualdades escolares e culturais. A fome, que advém de um problema econômico, afeta o indivíduo como um todo. Para Abramovay, a inteligência humana se retarda por diversos fatores, e a fome é um deles, sendo que:

[...] diferentemente da ossificação, do sistema imunitário e do funcionamento intestinal, a inteligência depende não só de fatores orgânicos, mas também – numa medida tremendamente importante – de determinações emocionais e

---

<sup>5</sup> O capital cultural pode existir sob três formas: no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais - quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural - de que é, supostamente, a garantia - propriedades inteiramente originais (BOURDIEU, 2007, p. 74).

pedagógicas. Em outras palavras, o que vai interferir sobre a inteligência da criança não é apenas o que ela come, mas o conjunto de sua relação com o mundo que a cerca, os estímulos que lhe são oferecidos, o amor que recebe e a atenção que lhe é consagrada pelo ambiente doméstico (ABRAMOVAY, 1985, p. 23).

Do ponto de vista orgânico, vários especialistas afirmam que a desnutrição é responsável por prejuízos na formação cerebral. O próprio feto seria vítima da desnutrição materna, sendo que até o sétimo mês de vida forma-se de 10 a 12 bilhões de neurônios, fatores básicos da inteligência, consecutivamente a evolução é bloqueada pela desnutrição (ABRAMOVAY, 1985, p. 24).

Portanto, a fome se torna uma vergonha para toda a humanidade. Jean Ziegler, em seu livro “Destruição em massa: geopolítica da fome”, afirma que “uma criança que morre de fome, ela é assassinada”. Milhares de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, morrem de fome diariamente.

Cerca de milhões de pessoas vão dormir todas às noites, sem ter consumido os alimentos de que necessitam para manter a saúde de seu organismo. Dez milhões de crianças de menos de cinco anos morrem anualmente de fome ou de doenças dela decorrentes (ADAS, 1988. p. 05).

Pouca gente – muita gente – morre diariamente de fome; muitíssimas morrem de doenças ou infecções que são mortais porque seus corpos debilitados pela falta de alimentação não conseguem combatê-las; de doenças ou infecções que uma pessoa bem alimentada normalmente nem sequer perceberia (CAPARRÓS, 2016, p. 23).

São mortes que não aparecem nos noticiários ou jornais, e caso isso venha a acontecer será um escândalo, porque a população não está adepta a palavra fome, não no seu real significado, que para Caparrós (2016) não é aquela fome que se sente duas, três vezes ao dia, diariamente saciada, mas aquela que “é desesperadora para aqueles que não podem mitigá-la”. É fundamental dar existência à doença, ou melhor, se deve admitir que a fome é uma doença.

Nos termos mais técnicos voltados para a medicina, a fome é mais o estado nutricional do indivíduo, que acarretará em alguma doença tal como a anemia ou a obesidade. Para o médico Luiz José Varo Duarte (1985), “a fome

é só a ponta do iceberg do qual apenas uma pequena parte é visualizada, enquanto a grande parte da montanha fica submersa”.

Varo Duarte compara a fome a um iceberg, devido ao fato de que para o indivíduo estar passando fome é considerado que há uma carência em sua situação social. Sendo assim, o sujeito está vivendo em situação de pobreza ou até mesmo de miséria, portanto lhe falta condições financeiras para adquirir os alimentos que seu corpo necessita, deixando o seu sistema imunológico exposto, “abrindo as portas” para doenças que causam graves problemas. A fome não é apenas um problema biológico que incide da alimentação, mas sim um problema político, econômico e social que estão interligados um ao outro como em uma teia.

No caso de crianças, segundo Varo Duarte (1985), essa redução de energia no corpo pode levar a um retardo no crescimento, afetando o desenvolvimento mental e físico da criança. Já no adulto diminui sua capacidade de trabalhar, inibe a capacidade de reação a estímulos, deixando-o frustrado, depressivo, podendo conduzir o indivíduo até à violência, ao desespero e ao alcoolismo, frustrada fuga à injustiça social (VARO DUARTE, 1985, p. 13). O autor supracitado destaca também que a fome é a deficiência dos nutrientes necessários para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção das funções orgânicas do indivíduo, sejam elas mentais ou físicas (VARO DUARTE, 1985, p. 35).

Os nutrientes – as vitaminas, os sais minerais, os carboidratos, as proteínas, a gordura, a água, dentre outros – são essenciais para o desenvolvimento tanto físico quanto mental do ser humano, pois cada um é responsável por uma função, e a falta ou a constância de um desses nutrientes acarretará na desordem nutricional, ou seja, a fome.

[...] privado das proteínas que darão formação a sua estrutura óssea e as células nervosas do cérebro, esta criança apresentará deficiências que se exteriorizam por um baixo peso ao nascer, por um crescimento retardado, por um desenvolvimento mental precário, por uma diminuição das defesas orgânicas frente às infecções, por deficiente formação de imunoglobulinas.

Saber que sem aporte adequado de energia representado pela ingestão diária, adequada, quantitativa e qualitativa de alimentos fornecedores de hidratos de carbono (açúcares) e de lipídios (gorduras) assim como dos demais nutrientes,

vitaminas, sais minerais e água, necessários a metabolização dos princípios nutritivos, não poderá haver formação de ossos, músculos e demais tecidos orgânicos (VARO DUARTE, 1985, p. 34).

A tabela 01 apresenta algumas doenças que são consequência da fome, contendo o nome da doença, como identificá-las e quais alimentos podem preveni-las ou amenizá-las.

**TABELA 01:** Doenças causadas por carências alimentares.

<b>Enfermidades carências</b>	<b>O que são e como identificá-las</b>	<b>Alimentos que as previnem</b>
<i>Marasmo</i>	Carência grave de calorias. Principais sintomas: retardamento do crescimento, ausência de gordura subcutânea, atrofia dos músculos.	Leite de peito para infantes, cereais tais como arroz, trigo ou milho, raízes e tubérculos (batata, inhame ou mandioca).
<i>Kwashiorkor</i>	Carência proteica grave. Principais sintomas: inchaço (edema), apatia e irritabilidade, pele com aparências “esmaltada”, cabelos ralos, lisos e despigmentados.	Leite e queijo, carnes e peixe, ovos, legumes, tais como: vagens, ervilhas e lentilhas, tubérculos comestíveis.
<i>Bócio Endêmico</i>	Crescimento de volume da glândula tireoide devido à deficiência de iodo. Principais sintomas: deformação do pescoço, retardamento mental. Pode ocorrer em crianças nascidas de mães com bócio.	Alimento do mar, tais como peixe, crustáceos e algas. Sal e iodo.
<i>Anemia Ferropriva</i>	Insuficiência de pigmento vermelho (hemoglobina) no sangue (deficiência principal de ferro). Principais sintomas: palidez da pele e membranas mucosas, fadiga generalizada, falta de ar após esforços físicos, palpitações, perda de apetite (anorexia) e indigestão (dispepsia). Anemia ferropriva ocorre como resultado final do desequilíbrio no balanço entre a quantidade de ferro biodisponível absorvido na dieta e as necessidades do organismo, após o esgotamento das reservas de ferro e do ferro funcional circulante, momento em que as reservas de ferro do organismo são insuficientes para a síntese normal de componentes que dependem desse mineral.	Todos os tipos de carne, mas principalmente fígado. Frutas, especialmente cítricas, goiaba, manga, abacaxi, bagas, verduras e legumes verdes. As medidas profiláticas para o controle da anemia ferropriva devem ser abrangentes, incluindo a garantia de condições adequadas de vida: água tratada, rede de esgoto, coleta de lixo, moradia, alimentação adequada, vínculos afetivos preservados, acesso à educação e assistência à saúde.
<i>Hipovita-miose A</i>	Carência grave de vitamina A. Principais sintomas: sequidão dos olhos (xerose), cegueira noturna (nictalopia), ulcerações da córnea, conduzindo à cegueira.	Leite integral, manteiga e queijo, gema de ovo e fígado, legumes, especialmente cenouras e alimentos verdes. Frutas amarelas, tais como manga e mamão, óleo de palma de dendê.
<i>Cárie Dentária</i>	Enfermidade infecciosa de cavidade oral, motivada pela formação da placa dentária constituída de restos alimentares + substâncias ácidas + microrganismos = produz dissolução do esmalte dentário.	Alimentos ricos em proteínas, de baixa concentração de sacarose. Alimentação balanceada rica em cálcio. Fluoretação da água de consumo + higiene bucal.

**FONTE:** DUARTE, 1985. Tratado de pediatria, 2014. Adaptado pela autora.

É necessário conhecer a situação socioeconômica e cultural na qual o indivíduo está inserido, com o objetivo de conhecer o grau de recursos e conhecimentos disponíveis e sua influência no distúrbio nutricional (TRATADO DE PEDIATRIA, 2014, p. 1984).

No livro Tratado de Pediatria é abordada a fome oculta como sendo:

[...] os casos graves de desnutrição energético-proteica estão dando lugar a casos menos exuberantes, no que tange à gravidade de sinais e sintomas, mas igualmente importantes, que são os decorrentes da chamada “fome oculta”. Nessa situação, as deficiências de micronutrientes e vitaminas são os fatores mais importantes para a fisiopatologia da doença diagnosticada. É assim que crianças com déficit alimentar de ferro desenvolvem sinais de anemia e irão apresentar inapetência, déficit do crescimento, comprometimento do desenvolvimento cognitivo e diminuição da qualidade de vida; as crianças que apresentam déficit de vitamina A também apresentam sinais e sintomas. Como também o excesso de tecido adiposo e particularmente a localização desses estoques de energia podem ser indicadores de risco de doenças como as cardiovasculares, o diabetes e o comprometimento da expectativa de vida (TRATADO DE PEDIATRIA, 2014, p. 1984).

Ricardo Abramovay (1985, p. 11) aborda que para reconhecer uma boa e uma má alimentação é necessário se fazer duas perguntas. A primeira é: quais são, independentemente dos alimentos que cada povo consome, as necessidades nutricionais do ser humano? E a segunda: quais são os alimentos que podem satisfazer as necessidades nutricionais do ser humano e em que quantidade deve-se consumi-los? Portanto, bem alimentado é quando a energia consumida sob a forma de que os alimentos sejam ao menos equivalente à energia gasta no trabalho do organismo.

É preciso se indagar sobre a alimentação cotidiana das diversas classes sociais. Desta forma, existe a possibilidade de que a própria pobreza faz com que as pessoas se limitem qualitativamente sua cesta de consumo, concentrando suas compras só em alguns produtos? Será que hoje a fome não vem do fato de que as pessoas pobres se alimentam mal?

Buscam-se respostas para essas perguntas no Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF), em que as respostas são negativas a essas questões: os alimentos básicos que entram na mesa dos ricos estão também presentes na mesa dos pobres, como o arroz, feijão, açúcar, óleos, gorduras,

carnes, ovos e leite. Mas se alguém observar o comportamento de uma família pobre durante um prazo mais ou menos longo, verá que esses alimentos estão presentes nas refeições, porém em quantidades insuficientes para uma dieta saudável. Complementando a resposta do ENDEF, dependendo do nível de pobreza, esses alimentos considerados básicos não vão ser encontrados nas refeições desses indivíduos, agravando ainda mais a situação.

Os hábitos ou tabus alimentares exercem um papel desprezível no comportamento nutricional da população brasileira. Não existem no Brasil os que sabem comer e os que não sabem comer. Existem os que podem e os que não podem ter acesso a uma alimentação adequada e suficiente. O fator determinante: quanto mais baixa a renda, mais sérios são os problemas alimentares (ABRAMOVAY, 1985, p. 43).

Um indivíduo poderá ser pobre sem ser afetado pelo problema da fome bastando que sua condição de pobreza se expresse por carências básicas outras que não a alimentação (o instinto de sobrevivência do homem e de todas as outras espécies animais faz com que suas necessidades alimentares tenham precedência sobre as demais). A situação inversa, a ocorrência de fome na ausência da condição de pobreza, ocorre apenas excepcionalmente por ocasião de guerras e catástrofes naturais. Fome e desnutrição tampouco são equivalentes, uma vez que, se toda fome leva necessariamente a desnutrição - de fato, a uma modalidade de desnutrição: a deficiência energética crônica - nem toda deficiência nutricional se origina do aporte alimentar insuficiente em energia, ou, sendo mais direto, da falta de comida (MONTEIRO, 2003, p. 9).

Esse é um ponto crucial para este trabalho. É necessário entender que a fome discutida até aqui vem de um problema estrutural, econômico, político e social, pois a fome atinge o indivíduo que não tem condições, nem possibilidades de comprar um alimento de qualidade e em quantidade para suprir as suas energias diárias. Monteiro (2003) aborda que a pobreza existe sem a fome, mas, a fome não existe sem a pobreza.

Precisa ser desmistificado no Brasil que as manchas de desnutrição ou da fome (quando se fala em fome, evita-se para não tornar um escândalo) se limitam mais a certas áreas do território. A desnutrição e a fome não se materializam apenas no Nordeste ou em algumas áreas da Amazônia e de Minas Gerais. Ela existe em todo o território nacional, tanto nas zonas rurais

como nas urbanas e, por paradoxal que possa parecer, tem aumentado com o processo de modernização do país (ADAS, 1988).

Portanto, a fome é o resultado biológico das falhas do sistema, deixando seu rastro visível por onde passa. Sendo uma doença social, matando muitas pessoas por todo o mundo. A anemia, o marasmo e a cárie são doenças resultantes dos problemas sociais, econômicos e estruturais do território.

É necessário que além de reconhecer a fome como doença, que se reconheça também que aplicar recursos em prol da formação integral do ser humano não constitui gasto, mas sim investimento.

### 3 O CONTESTADO: A TERRA, A GUERRA O MUNDO CABOCLO

FIGURA 03: Caboclos, com o comando de Maria Rosa.



FONTE: Hassis, 2014.

*Quem tem mói, quem não tem mói também, e no fim todos ficarão iguais!*

José Maria

Este capítulo tem por objetivo elucidar os principais episódios da Guerra do Contestado que marcaram o município de Trombudo do Contestado, e também apresentar o município por meio de questões históricas e dados que ainda revelam o reflexo da guerra e o descaso dos Governos Estaduais de Santa Catarina e do Paraná, e do Governo Federal.

### 3.1 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO CONTESTADO

A Guerra do Contestado teve início em 1912 e se findou, teoricamente, em 1916, pois posteriormente teve a limpeza étnica que ocorreu entre os anos de 1917 e 1918. Definidora dos territórios atuais do Estado de Santa Catarina e do Estado do Paraná, para Eduardo Galeano (1986), a Guerra do Contestado foi uma das maiores guerras civis do continente americano, deixando como marca o genocídio de milhares de camponeses pobres.

Com o propósito de entender a formação socioespacial do Contestado, embasou-se em Milton Santos. Segundo o autor, para que a Geografia interprete o espaço humano como o fato histórico, “somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem” (SANTOS, 1979, p. 9). Portanto, a “noção de Formação Econômica e Social é indissociável do concreto, representado por uma sociedade historicamente determinada” (SANTOS, 1977, p. 86). Sendo que:

A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta (SANTOS, 1979, p. 10).

O resgate do passado e suas heranças fazem parte da construção de um espaço, o que nesta pesquisa trata-se de um espaço marcado por uma guerra. Santos (1979) aborda que o modo de produção, a formação social e o espaço são categorias interdependentes.

Quando se fala de modo de produção, não se trata simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material, mas também de seus aspectos imateriais, como o dado político ou ideológico. Todos eles têm uma influência

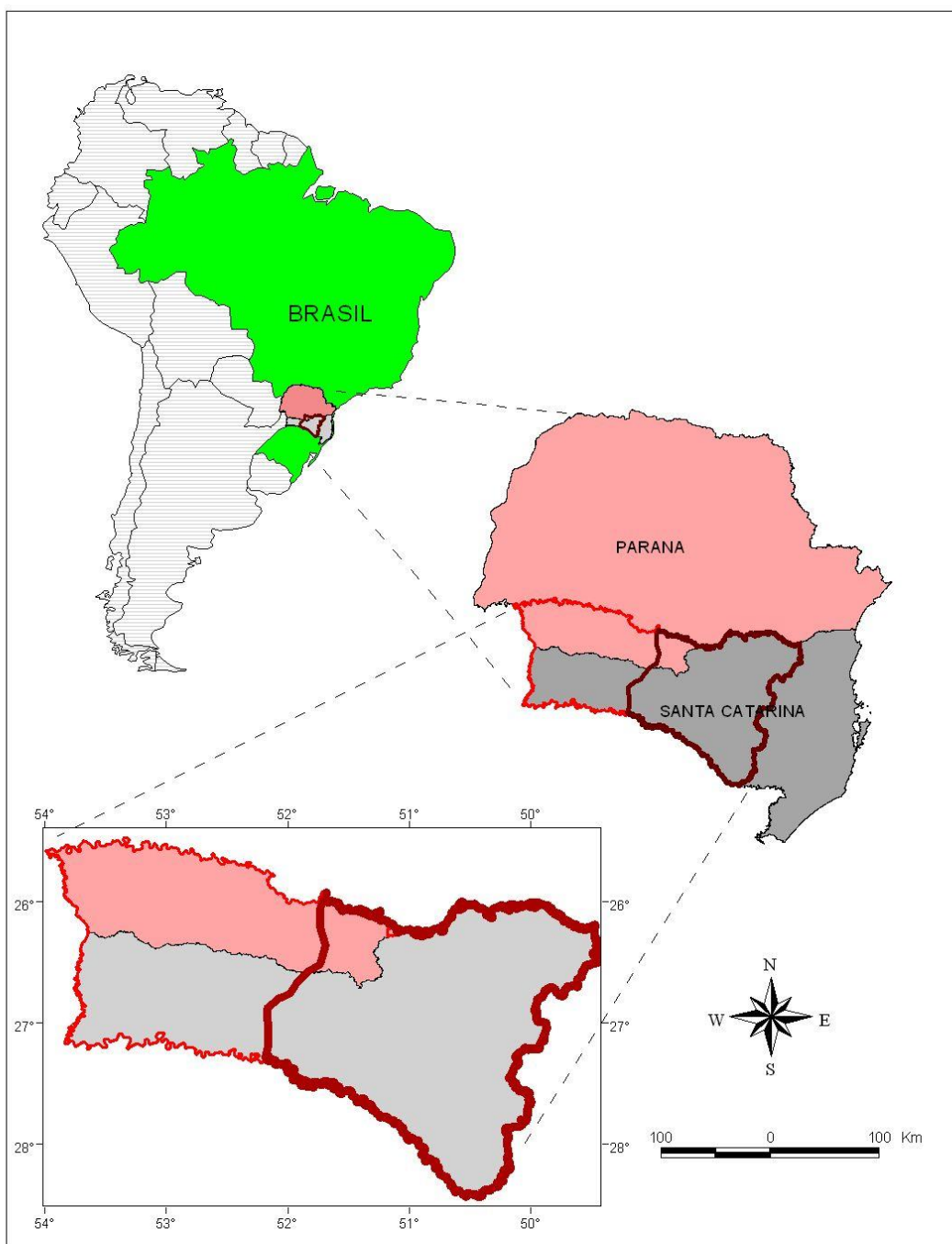
determinante nas localizações e tornam-se assim um fator de produção, uma força produtiva, com os mesmos direitos que qualquer outro fator (SANTOS, 1979, p. 18).

Como pudemos esquecer por tanto tempo esta inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e de espaço inerentes à categoria de formação social? Só o atraso teórico conhecido por essas duas noções pode explicar que não se tenha procurado reuni-las num conceito único. Não se pode falar de uma lei separada da evolução das formações espaciais. De fato, é de formações socioespaciais que se trata (SANTOS, 1979, p. 19).

Os interesses por trás da Guerra do Contestado se basearam nos aspectos econômicos, político e ideológico. Foram várias as causas do conflito armado, pois, na mesma época e no mesmo lugar, ocorreu um movimento messiânico de grandes proporções, uma disputa pela posse de terras, uma competição econômica pela exploração de riquezas naturais e uma questão de limites interestaduais (FRAGA, 2010, p. 139).

A Guerra do Contestado se caracteriza como movimento messiânico. Contava com propostas básicas da crença popular da volta do messias, em que a população revoltosa foi guiada por monges. O mapa 01 apresenta a localização geográfica da Região do Contestado, que engloba os Estado de Santa Catarina e do Paraná.

**MAPA 01:** Localização Geográfica da Região do Contestado.



Fonte: IBGE, Carta do Brasil ao Milionésimo, meio digital, 2003.  
QUEIROZ, M.V., 1981.

Organizado por Nogaroli, M.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA  
ÁREA CONTESTADA  
PALCO DA GUERRA

Mapa 1

**FONTE:** FRAGA, 2017.

A formação territorial brasileira passou por diversas fases. Na chegada do “homem/mulher branco(a)”, o território foi fragmentado em capitanias hereditárias, dividido entre a Espanha e Portugal, tendo a Monarquia como forma de governo. No século XIX, as capitanias se tornaram províncias. Quando foi implantada a República como forma de governo, as províncias se tornaram Estados. Para Queiroz (1981) o território outrora contestado, em seu primórdio de formação, era constituído por índios das etnias kaingang e xocrén. Esse território foi se modificando com o desenvolvimento econômico do território nacional brasileiro.

Segundo Queiroz (1981), em torno do ano de 1700 instalava-se o ciclo do ouro em Minas Gerais, e desta forma, foi necessário tropas de burro para transporte de mercadorias. Na capitania de São Pedro do Rio Grande, que estava sendo conquistada, havia o que seria importante para a abertura das minas:

[...] cavalos e muares em profusão ao preço de arrebatá-los aos indígenas ou laçá-los nos pampas. Para transporte não bastavam os porões dos navios a vela. O trajeto mais curto e mais cômodo, por terra, teria que passar pelos sertões de que falamos (QUEIROZ, 1981, p. 21).

Desta forma, deu abertura às passagens pelo território do Contestado, e conseqüentemente, início para a criação de futuras vilas e cidades. Esses primeiros habitantes foram os ancestrais dos caboclos. Ali estavam estancieiros de origem paulista e portuguesa. Queiroz os descreve como sendo “forros carijós administrados”, e para o governo da época, “andam vadios, e não têm casa, nem domicílio certo, nem são úteis à República”, isto é, eram antigos peões e índios escravos que viviam fugidos.

Naquele tempo, o apossamento de terras garantia a propriedade, pois “a princípio a propriedade da terra não era algo inacessível a grande número, posto que bastava tacar fogo ao campo virgem para ser considerado o dono” (QUEIROZ, 1981, p. 30). A economia girava em torno da questão bovina, e nas vésperas da Independência perceberam que poderiam lucrar também com a erva-mate, algo que anteriormente era um hábito entre os indígenas Guarani ou Carijó.

Os indivíduos preferiam enfrentar os riscos e privações de alguns recursos vivendo na floresta adentro do que se submeter a um trabalho mais ou menos escravo. Alimentavam-se com o que conseguiam retirar da floresta e de suas criações.

Farinha de milho com feijão, quirera com um naco de carne, quando há, eis aí os pratos de todo dia. Escasseia-se a comida, o mate-chimarrão, tomado habitualmente desde manhã cedo, conforta o estomago. [...] Vez ou outra, aparece nas refeições algum palmito, alguma caça e principalmente pinhão. O pinheiral é o paiol dos pobres (QUEIROZ, 1981, p. 37).

Naquela época, regia uma hierarquia social, que segundo Queiroz (1981, p. 43) “de acordo com a terminologia vulgar assim se escalonava a sociedade sertaneja: a) coronéis, b) fazendeiros, c) criadores ou meio-fazendeiros, d) lavradores, e) agregados, f) peões”. O coronel detinha o poder do local, dando as suas ordens, e o restante obedecia.

Durante um longo tempo, a economia foi baseada na criação extensiva de gado, erva-mate e na extração da madeira, material empregado na construção de praticamente todas as residências. Imperava o despotismo dos “coronéis”, senhores das terras e das gentes nelas presentes, estreitamente vinculados por laços de ajuda mútua ao governo do Estado (AURAS, 2001, p. 27).

Segundo Auras (2001), na década de 1840, a província de Santa Catarina começa a reclamar algumas terras. Em 1853, quando o Paraná foi desmembrado de São Paulo e elevado a província, se tem início a disputa pela terra entre as províncias de Santa Catarina e do Paraná.

O Supremo Tribunal Federal decidiu, em acordo de 6 julho de 1904, que toda a área ao sul do rio Iguaçu era catarinense. O Paraná não se conformou e embargou a decisão. Em 1909, o STF recusou os embargos paranaenses e deu mais uma vez ganho de causa a Santa Catarina, defendida pelo futuro presidente da República, Epiácio Pessoa. Rui Barbosa defendeu os interesses do Paraná. Diante de novos embargos interpostos pelo Paraná, que contratou o jurista Inglês de Souza, o STF em julho de 1910, pela terceira vez, manteve o acórdão (FRAGA, 2017, p. 51).

Entre todo esse processo de disputa territorial entre Santa Catarina e o Paraná, estavam os caboclos, que pouco se importavam se pertenceriam ao estado de Santa Catarina ou do Paraná. Eram pessoas simples, a maioria analfabeta. Eles ergueram várias “cidades santas” e nelas fundaram a irmandade, como seu modo concretamente possível de dizer não ao avanço da ordem capitalista (AURAS, 2001).

Ao mesmo tempo, após uma tentativa da Argentina de requerer uma parte das terras pertencentes a Santa Catarina, foi necessário ligar a região sul à região mais central do Brasil para garantir a segurança nacional. Teve-se a ideia de uma estrada de ferro, que ligaria o estado do Rio Grande do Sul a São Paulo, estreitando os laços econômicos.

[...] em setembro de 1889, o engenheiro requereu a concessão para a construção e posterior exploração da ferrovia, que partiria de São Pedro do Itararé e atingiria Santa Maria da Boca do Monte, solicitando os benefícios estabelecidos em lei e fixando uma exigência fundamental: a cessão gratuita das terras marginais, para serem colonializadas (THOMÉ, 1983, p. 48-49).

A linha tronco original, compreendida entre Itararé e Santa Maria, chegava aos anos 1904-1905 (15 anos depois) com apenas 599 quilômetros abertos ao tráfego, quando a concessão original dava o prazo de cinco anos para a conclusão de todos os 1.403 quilômetros. Foi nessa mesma época que o então Ministro da Viação de Obras Públicas, o catarinense Lauro Muller, promoveu a vinda ao Brasil do famoso empreendedor norte-americano Percival Farquhar, que fundou a Brazil Raulway Company, empresa que adquiriu o controle acionário da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (THOMÉ, 1983, p. 53).

O grupo Farquhar solicitou as terras que margeavam a ferrovia, sendo quinze quilômetros do lado direito e mais quinze quilômetros do lado esquerdo, para explorar e colonizar. Essas terras já tinham seus proprietários, sendo eles posseiros ou legalizados pela lei. Todos foram expulsos de suas terras, e isso deixou essas pessoas descontentes com os acontecimentos.

Não é difícil perceber, sob tais condições, a importância que passa a ter para os sertanejos, a presença do monge João Maria que, com o seu falar manso, preenche espaços sociais vazios – a autoridade justa, o médico, o padre, o professor – e anuncia a vinda de novos tempos em que a felicidade, a fartura e a justiça se farão presentes (AURAS, 2001, p. 33).

O monge José Maria<sup>6</sup>, considerado o terceiro monge, era conhecido pelos seus feitos e seguido por seus fiéis. A crença da população crescia cada vez mais. Em 1912, José Maria foi convidado pelos organizadores para a festa do Senhor Bom-Jesus, no lugarejo Taquaruçu, localizado no município de Curitiba, hoje pertencente a Fraiburgo. O monge, que foi muito bem acolhido, passou um tempo por esse local, onde disseminou os seus conhecimentos.

Os caboclos analfabetos, porém, não ignorantes das mudanças que estavam acontecendo, não eram a favor da República, porque junto com essas mudanças, veio o capitalismo ainda mais acentuado. Auras (2001) relata em seus escritos que numa noite, estavam dois tocadores entretendo as outras pessoas e “começava a porfia (disputa) entre dois cantadores e, dado momento, Joaquim Vidal<sup>7</sup> [...] para responder o verso de seu companheiro, terminou com um “viva a monarquia!””, assim todos os que estavam presentes gritaram junto com ele.

Segundo Auras (2001), esse acontecido fez com que o coronel Francisco Albuquerque<sup>8</sup> telegrafasse ao governador de Santa Catarina, comunicando que a população proclamou a monarquia em Taquaruçu, pedindo para que mandasse as tropas para acabar com o reduto.

José Maria, quando soube, resolveu ir para o lado de Irani na companhia de quarenta homens [...] “todos seguiam a cavalo, porém poucos estavam armados. Na verdade, fugiam” (AURAS, 2001, p. 63).

Sob esse clima é que a capital paranaense recebeu a notícia de que os “fanáticos” se estabeleceram em Irani, cuja jurisdição era reivindicada pelo município de Palmas, que pertencia ao Paraná. Para proteger o que julgava ser seu território, o governador Carlos Cavalcanti determinou a partida imediata do

---

<sup>6</sup> Há um paradoxo que surpreende todos os que pesquisam a vida de João Maria: esse “santo” não foi um homem, foram dois que confundiram e entrelaçaram suas vidas para se tornarem apenas um santo. João Maria de Agostini – por onde passou fixou cruzeiros; repousava numa grutinha com um filete de água, onde aconselhava, com rezas, e curava as enfermidades e moléstias por meio de chá de vassourinha; em torno de 1870 desapareceu, quando morreu não se sabe ao certo. O segundo monge São João Maria de Jesus fazia profecias; não aceitava dinheiro, não se agasalhava sob o teto, preferindo as copas das árvores; desapareceu no início do século XX, por volta de 1908. José Maria de Santo Agostinho apareceu por volta de 1911, era caboclo, era “curandeiro de ervas”; o monge organizou o grupo de dirigentes, de caráter político e religioso - “Os Doze Pares de França”; faleceu na primeira batalha da Guerra do Contestado (FRAGA, 2010).

<sup>7</sup> Integrante do grupo que estava acompanhando o monge José Maria.

<sup>8</sup> Fazendeiro e intendente (prefeito) do município de Curitiba.

Regimento de Segurança do Estado, sob o comando do oficial do Exército, Cel. João Gualberto de Sá Filho. Antes de seguir para Palmas, a tropa desfilou garbosamente pelas ruas principais de Curitiba (AURAS, 2001, p. 64).

Em outubro de 1912, o exército a comando de João Gualberto<sup>9</sup> atacou os “fanáticos<sup>10</sup>” em Irani. No final da batalha havia muitos mortos de ambos os lados, mas principalmente do lado do exército. Entre os mortos estavam o monge José Maria e o João Gualberto (AURAS, 2001, p. 64).

Os seguidores do monge se espalharam na esperança da sua volta. A família de Euzébio<sup>11</sup> deu início ao movimento novamente, dizendo que as ordens tinham partido do monge: “no dia em que completar um ano me esperem em Taquaruçu que eu venho com o grande exército de São Sebastião” (QUEIROZ, 1981, p. 110). Em dezembro de 1913, Euzébio, com a sua neta, a virgem Teodora<sup>12</sup>, e seu filho Manoel, levou o povo para Taquaruçu com o objetivo de erguerem uma “cidade santa”. Diariamente, chegavam mais e mais pessoas, que segundo Auras (2001) famílias inteiras traziam mantimentos e seus parques haveres (galinhas, porcos, vacas, cavalos, etc.).

No reduto havia fartura. Quando necessário, o gado para o churrasco era comprado nas redondezas e pago no ato, pois vários féis trouxeram alguns recursos financeiros provenientes da venda do que tinham anteriormente. Alguns caboclos cultivavam alimentos em quintais. Havia um relativo estoque de animais no interior da própria “cidade santa”. Tudo era igualmente repartido entre todos (AURAS, 2001, p. 77).

Os caboclos defendiam a igualdade para todos e era isso que buscavam. Porém a essas alturas, o coronel Albuquerque já tinha conhecimento da presença deles naquele território e já havia solicitado

---

<sup>9</sup> João Gualberto Gomes de Sá Filho, coronel e chefe do Regimento de Segurança enviada pelo Paraná.

<sup>10</sup> Essa era a visão que as pessoas no tempo da Guerra do Contestado tinham dos caboclos; as literaturas mais antigas usam tal termo, mas preferimos utilizar o termo caboclo, por ser o mais adequado.

<sup>11</sup> Euzébio Ferreira dos Santos, fazendeiro, seguidor e fiel do monge, avô de Maria Rosa e pai de Manoel.

<sup>12</sup> Theodora, uma das virgens, talvez a mais importante, seguida de Maria Rosa, dentre outras, costumava ter visões e a partir delas impor aos sertanejos o cumprimento de tais ordens, pois assim era a vontade do Monge. O poder e a inspiração divina de Theodora eram encarados por seu avô, Euzébio Ferreira dos Santos, como um dom merecido, pois só as meninas novas e virgens deveriam ter a graça de ver e de falar com o monge (FELDMAN, 2005, p. 2-3).

providência às autoridades estaduais. Frei Rogério<sup>13</sup> chegou a ir ao acampamento dos caboclos para convencê-los a voltarem para casa e não lutar pelas suas crenças, mas os caboclos se negaram a tal ato.

No final do ano de 1913, as tropas catarinenses e paranaenses atacaram um grupo de fiéis, que segundo Auras (2001), durou pouco tempo o combate entre os soldados de José Maria e os soldados do Estado.

O reduto se organizou e surgiu um novo mediador do monge chamado Joaquim<sup>14</sup>, com uma nova ordem do monge. A mensagem dizia que se todos permanecessem em Taquaruçu – que nesta altura já somava cerca de 600 pessoas – havendo um novo ataque das forças policiais, os fiéis seriam derrotados, assim, eles deveriam então criar um reduto para o lado de Perdizes Grandes, a dezenas de quilômetros de Taquaruçu (AURAS, 2001, p. 83).

Auras (2001) escreve que em janeiro de 1914, Euzébio, o fazendeiro Chico Ventura e dezenas de pessoas dirigiram-se para levantar a “cidade santa” em Caraguatá. Das pessoas que ficaram em Taquaruçu, predominavam mulheres e crianças, pois muitos homens haviam acompanhado Euzébio.

No início de fevereiro de 1914, o reduto de Taquaruçu foi barbaramente atacado sob o comando do capitão Vieira da Rosa, cujas ordens expressas saíram de Florianópolis, a mando de Gustavo Lebon Régis, então Secretário Geral de Santa Catarina. Cerqueira disserta que:

O estrago da artilharia sobre o povoado de Taquaruçu era tremendo: grande número de cadáveres. Calculado por uns 40 e tantos e por outros em 90 e tantos; pernas, braços, cabeças, animais mortos, bois, cavalos, juncavam o chão; casas queimadas ruíam por toda parte. Fazia pavor e pena o espetáculo que então se desdobrava aos olhos do espectador: pavor dos destroços humanos; pena das mulheres e crianças que jaziam inertes por todos os cantos do reduto. De nada lhes serviram as trincheiras feitas de pinheiro, nem as 105 cavidades quadradas que fizeram no chão, onde se metiam para se abrigarem da metralha (CERQUEIRA, 1936, p. 20 - 21).

Quando Euzébio e seus companheiros chegaram a Caraguatá, já com conhecimento do que ocorreu em Taquaruçu, encontraram uma estrutura

---

<sup>13</sup> Natural de Borken, Frei Rogério quando ordenou e recebeu aprovação eclesiástica para a cura de almas, foi enviado ao Brasil em missão. Os doentes a quem tratava o chamavam de paizinho, durante muito tempo o frei fez concorrência a João Maria (QUEIROZ, 1981).

<sup>14</sup> Outro neto de Euzébio,

organizada. Lá estava Maria Rosa<sup>15</sup>, uma menina de 15 anos, filha de Elias de Souza, lavrador da Serra da Boa Esperança, a exemplo de grande parte da “irmandade”, Maria Rosa não sabia ler nem escrever. Alegre, muito esperta, falava com desembaraço, inclusive frente a todos os fiéis (AURAS, 2001).

O deputado Correia de Freitas tentou realizar acordos com as duas partes em conflito, oferecendo dinheiro e doação de terras, mas o que os sertanejos realmente queriam era a igualdade para todos, o fim do coronelismo e o desmanche da Lumber. Para eles, isso só aconteceria com a volta da Monarquia. Esse posicionamento feriu a República, que recebeu como uma ameaça.

[...] os líderes do reduto passaram a exigir, como condição indispensável para a paz, o estabelecimento da “monarquia”, não porque, como já vimos, tivessem partido do conhecimento da especificidade de tal regime, mas porque, se a República representava o poder dos “coronéis”, da estrada de ferro, da Lumber, dos imigrantes, era preciso negá-la.

“Monarquia”, cujo entendimento por parte do caboclo, era difuso, “era uma coisa do céu”. Durante o contestado, houve empenho da própria vida do caboclo para que esta “lei de Deus” vigorasse aqui na terra, entre todos os homens. Não se pregava que tal reino seria vivido em um mundo extraterrestre. Dizia-se sim, que o Exército Encantado (acompanhado por todos os caboclos mortos em combate) retornaria um dia a fim de que, uma vez vencidas as forças repressoras da República (a “lei do diabo”), entre os fiéis vivos e os que já haviam “passado”, fosse estabelecida a nova ordem social, aqui neste mundo renovado. A vida nas “cidades santas” prefigurava essa nova ordenação social instaurada por José Maria (AURAS, 2001, p. 88-89).

Queiroz (1981) e Auras (2001) dissertam que nada foi resolvido com os acordos, então os caboclos se organizam no reduto de Caraguatá, esperando um novo ataque. Os soldados da República iniciaram os ataques, mas, por não terem conhecimento do território em que estavam atacando, os caboclos

---

<sup>15</sup> Maria Rosa era uma adolescente de 15 anos, loura, cabelos crespos, pálida, alegre de extraordinária vivacidade, era analfabeta, mas “falava sem desembaraço”. [...] Andava amiúde com um vestido branco, enfeitado de fitas azuis e verdes e de penas de pássaros, de todos os matizes, em profusão. Era ela quem nas procissões marchava à frente, carregando uma grande bandeira com a cruz verde. (QUEIRÓS, 1981, p. 151). Uma das figuras femininas mais marcantes da Guerra do Contestado. [...] em meio a orações, entrava em transe e discursava dizendo receber ordens do monge José Maria. Durante os tranSES tinha visões de batalhas e, daí em diante, era ela quem definia as ordens recebidas pelo espírito do monge para organizar o comportamento do grupo. Com o passar do tempo, além de líder espiritual, a virgem Maria Rosa se transforma em chefe militar e comandou a retirada estratégica, após a primeira batalha de Taquaruçú, em 1913, para o novo reduto em Caraguatá. (RUBIM, 2008, s/p).

ganharam a batalha. Espalhando as notícias dos bens feitos pelo monge, cada dia que se passava, mais famílias começaram a seguir o movimento e iam residir no reduto.

Uma nova mensagem do monge chegou a Maria Rosa e nela dizia que as forças policiais atacariam novamente, assim, era preciso realizar uma mudança dos fiéis para os campos de Bom Sossego, em Pedras Brancas. E assim fizeram. O Reduto de Bom Sossego foi se desenvolvendo e logo surgiu outro ao norte, no vale do Timbozinho, nomeado reduto de São Sebastião.

Auras (2001) descreve que em abril de 1914, o general Mesquita, que já havia participado da Guerra de Canudos, assume a tropa de combate aos caboclos do Contestado. Iniciam-se as operações e o exército consegue matar alguns caboclos, em um local que achavam ser o reduto de São Sebastião. Assim, o general Mesquita determina levantar acampamento e seguir para Poço Preto, enviando a patrulha de exploração para percorrer a área. Ao regressar, informam que não há mais grupos de caboclos, a não ser de algumas mulheres e crianças. Mesquita considerou dissolvida a Expedição, ficando como tropa de ocupação na área sob o comando do capitão Teixeira de Matos Costa, que estabeleceu o seu 'posto de comando' em Vila Nova do Timbó (AURAS, 2001, p. 98). Os caboclos consideraram a retirada do general Mesquita uma vitória e mais uma conquista da proteção do monge José Maria.

Após muitos posseiros e proprietários perderem suas terras para a construção do patrimônio da Lumber, eles também passaram a aderir ao movimento dos fiéis do monge, passando a residir nos redutos. Não só eles, mas os desempregados da construção da Estrada de Ferro. Toda a região do planalto norte de Santa Catarina estava sofrendo com as ações do grupo Farquhar (a construção da estrada de ferro e uma serraria no município de Três Barras que tinha por objetivo explorar as riquezas lá existentes).

No mês de junho 1914 [...] ocorre mais uma forte adesão ao grupo dissidente de Canoinhas – Aleixo Gonçalves de Lima, capitão da Guarda Nacional, antigo maragato, com larga experiência militar. Aleixo possuía terras localizadas na região de Três Barras, registradas em cartórios catarinenses. Essas terras, entretanto, foram ocupadas e também legalizadas pela família Pacheco em cartórios no Paraná que, uma vez cumprida essa formalidade, vendeu parte delas para Brazil Lumber. Como muitas pessoas sofreram idêntico ou semelhante processo e como era praticamente inútil recorrer

aos tribunais, pegaram em armas e acompanharam Aleixo Gonçalves em sua adesão ao movimento rebelde (AURAS, 2001, p. 104 - 105).

O capitão Matos Costa alegava insuficiência de soldados para proteção dos locais. Matos Costa, em uma viagem para o Rio de Janeiro, conseguiu com o ministério de guerra aumentar o número de policiais com a aquisição de 116 praças.

Os sertanejos realizaram alguns ataques para que arrecadassem o necessário para a irmandade. Esses ataques, frequentes aos pequenos aglomerados urbanos do Contestado, deixaram a população em pânico e receosos com os sertanejos.

O reduto de Bom Sossego era considerado o reduto-mor. Ali se encontrava Maria Rosa quando passou o comando geral para Francisco Alonso de Souza. O rapaz era filho de posseiros e um dos afilhados de João Maria.

No dia 12 de setembro de 1914, o General Setembrino de Carvalho, por nomeação do governo da República, assume o comando da ação repressiva contra os rebeldes (Auras, 2001, p. 114). Setembrino de Carvalho organizou a estratégia que levou os caboclos à morte. Essa estratégia contava em cercar o “inimigo” fazendo-os passar fome e outras necessidades, e em seguida, atacar com homens posicionados seguindo os pontos cardeais - norte, sul, leste e oeste.

Estava previsto apertar continuamente o cerco sobre a área conflagrada, de modo que, dos vários redutos espalhados sobre a região, os caboclos vissem na contingência de abrigar-se apenas em um grande reduto que seria, então e por fim, sitiado pelos quatro destacamentos militares (AURAS, 2001, p. 115).

Baseado nos textos de Auras (2001), Chiquinho Alonso estava realizando ataques perto do ocorrido em Taquaruçu. Vários outros ataques menores foram realizados nesse período por parte dos caboclos, sendo alguns com sucessos, outros com insucesso, tal como quando invadiram Corisco, pelos dois lados e acabaram matando seus próprios companheiros por confundi-los com os vaqueanos do fazendeiro. Setembrino reforça a proteção da estrada de ferro Brazil Railway e autoriza a investida no reduto de Aleixo Gonçalves.

Chiquinho Alonso foi morto em um ataque dos caboclos a uma colônia habitada por imigrantes poloneses e alemães, pois não esperavam que os moradores estivessem bem equipados e preparados para um ataque. Dentre os caboclos que sobreviveram a esse ataque, estava Adeodato Manoel Ramos<sup>16</sup>, considerado peão, que tinha ingressado no movimento no tempo de Maria Rosa, quando estavam no reduto de Bom Sossego (AURAS, 2001, p. 122).

Ao retornar para o reduto-mor, Adeodato se torna o comandante geral dos caboclos. Deodato foi, para alguns, o último líder. Ele era considerado valente, destemido, feroz e dominador. Para aumentar a segurança, ele leva o reduto-mor para quase nove quilômetros acima do vale de Santa Maria (AURAS, 2001, p. 123).

Por uma vasta área espalhou-se o mito de que ali em Santa Maria, em “chão sagrado”, todos seriam imortais. Longe circulou a voz de que em Santa Maria existiam montanhas de beiju e no riacho, ao invés de água, corria leite (QUEIROZ, 1981, p. 206).

Assim como no início do movimento, a alimentação era farta, porém as benzedeiras e curandeiras não davam cabo de um grave problema se alastrava: o tifo. Vinte a trinta corpos de fiéis de todas as idades eram diariamente levados ao improvisado cemitério (AURAS, 2001, p. 125).

Os ataques de Setembrino estavam dando certo. Os caboclos começaram a se apresentar as autoridades de Canoinhas. Setembrino estava tentando convencer Tavares a se entregar, porém ainda não havia conseguido. Não obedecendo as decisões de seu superior, Pedro Nepomuceno, portador das cartas de Tavares, conduziu os caboclos do reduto a se entregarem antes do ataque dos policiais (AURAS, 2001, p. 127). Tavares conseguiu fugir para o litoral sul catarinense. Bonifácio Papudo se apresentou com todos os povos de

---

<sup>16</sup> Adeodato Manoel de Ramos, um negro com nome e sobrenome, era nobre. Quando muitos dos seus eram enterrados com o singelo nome de João Maria Preto, gravado nas carneiras do Contestado, em cruces chanfradas, ele podia ter mais de um nome no sertão, Leodato, Deodato, Liodato; esse homem que “varô” florestas e campos, odiado pelas elites da sua época, sendo a maioria coronéis de fazendas, era também causador de medo no sombrio sertão. Fora jovem do Cerrito, próximo de Lages, para o Trombudo, Santo Antônio do Trombudo, hoje lastimavelmente chamada de Lebon Régis, pagou alto preço por sua ousadia, e escreveram com o sangue do ódio a sua biografia; acusado e condenado, teve uma morte vulgar. No dia 23 de janeiro de 1923, foi morto por um capitão, na Cadeia Pública da capital catarinense (FRAGA, 2015, s/p).

seu reduto, também em Canoinhas. Aleixo não se deixou ser comprado e seguiu firme na sua crença e sua batalha.

A traição que maiores benefícios trouxeram as forças militares foi a de Henrique Wolland, o Alemãozinho, pela qualidade de informações que dispunha. [...] Conhecedor profundo dos sertões, localizou os redutos no mapa de Setembrino e lhe informou sobre a tática de luta dos rebeldes (AURAS, 2001, p. 130).

Nos livros de Queiroz (1981), Auras (2001) e Fraga (ano), nota-se que em virtude da guerra, a fome já estava começando a mostrar sua força para os que se encontravam nos redutos, pois os caboclos já não conseguiam plantar, muito menos comer e nem sair em busca de gados em outras fazendas. Enquanto o destino dos caboclos que se entregavam variava de acordo com o comandante das unidades. Alguns eram postos nas suas atividades anteriores a guerra, outros eram mortos e muitas mulheres foram estupradas.

Auras (2001) descreve que no começo do ano de 1915, Tertuliano Potiguara recebe as ordens de Setembrino para reiniciar as investidas militar. Em torno de duzentos soldados e mais cinquenta vaqueanos formavam o efetivo policial.

A tropa atingiu a Vila Nova de Timbó, antigo centro de operações das forças de Aleixo. A vila estava praticamente destroçada. Potiguara e seus homens prosseguem a incursão tomando rumo ao reduto de São Sebastião. Começaram então, na medida em que subiam o vale do Timbozinho, a enfrentar fortes tiroteios desfechados pelos caboclos, solidamente instalados em algumas guardas. A fuzilaria dos caboclos torna-se incessante na medida em que a tropa se aproxima do reduto. Somente após onze horas de intenso combate, com mortos e feridos de ambas as partes, é que os soldados avistaram a “cidade santa” de São Sebastião. Depois de saquear os pertences dos caboclos, os soldados e vaqueanos queimaram os casebres (AURAS, 2001, p. 135).

As forças policiais investiam cada vez mais ao ataque do reduto de Santa Maria. Por aonde as forças policiais iam passando, deixavam para trás o rastro de casebres queimados, assassinatos, saques e estupros. Em Santa Maria, a fome estava ficando mais visível e perceptível. Segundo Ludka (2016), no decorrer da guerra, calhava a fome conjuntural, em que a população estava

impossibilitada de realizar as plantações e conseqüentemente não havia colheitas.

Paulinho Pereira, que trabalhava como carneador, diz que as crianças, quando as vacas eram sangradas, ficavam de vasilha em punho para aparar o sangue. Certa vez, ele assistiu 'avançar a horda das crianças, cada vez mais famintas, a despedaçar da rês ainda quente, mediante unhas e dentes, o que podiam' (QUEIROZ, 1981, p. 222 – 223).

O sal passou a inexistir. O mel e as frutas silvestres, quando encontrados, e a caça, quando possível, permitiam alguma comida para alguns grupos de pessoas. Ficar vários dias sem alimentar-se passou a ser comum. Couro cru, cavalos e até cachorros passaram a ser vorazmente devorados (AURAS, 2001, p. 136).

Quase loucos de fome, envolvidos em restos de trapos ou inteiramente nus, mostrando todos os ossos sob a pele, mais de 1000 fanáticos se apresentam na Vila de Canoinhas. Nunca o povo dali tinha visto ou sequer imaginado miséria igual. [...] Alguns se atiravam a rês que era sacrificada, arrancavam pedaços de carne crua e comiam sofregamente. Outros bebiam diretamente o sangue que ainda jorrava e depois caíam enfraquecidos, numa sonolência da qual alguns não despertavam. [...] houve homens e mulheres que nem puderam atingir a vila; deixaram-se cair no caminho e ficaram aguardando a morte por inanição (QUEIROZ, 1981 p. 242).

E assim se tem o fim das batalhas. Os miseráveis caboclos mortos, muitos por armas fogo e outros por fome, e a República do diabo (como os próprios caboclos diziam), vence. O ano de 1916 foi marcado pelo fim da Guerra do Contestado e pela assinatura do Acordo de Limites territoriais entre Paraná e Santa Catarina, em que estavam presentes o presidente da República Venceslau Brás, o governador do Paraná Afonso Alves de Camargo e o governador de Santa Catarina Felipe Schmidt, dentre outras autoridades civis e militares.

Carlos Jansson foi um fotógrafo sueco contratado pelo Exército para registrar alguns momentos da guerra. Para Fraga (2012), Jansson permite ver a invisibilidade de um povo que, de certa forma, não existiu. Ele existiu oficialmente para legitimar o processo, mas não existiu na hora da concessão das terras para os estrangeiros. E, terminada a guerra, ele deixou de existir totalmente. Ele foi invisível até o fim da ditadura militar em 1985.

A Guerra do Contestado ainda permanece com muitas interrogações e mistérios para serem desvendados. Fraga (2018) disserta que se deve ao Estado brasileiro, ao Paraná e Santa Catarina, por terem interesses na região (suas elites da época) por conta da entrada do Capital imperialista, a materialização da exclusão e violência na região.

O território em pesquisa é uma peça fundamental para entender a Guerra do Contestado. O município de Trombudo do Contestado possui traços da Guerra até os dias atuais, desde os baixos índices socioeconômicos, a cultura cabocla e a luta para viver. No próximo subcapítulo apresentou-se a história do município, perpassando pelos dados, chegando aos dias atuais, elucidando a pobreza.

### 3.2 TROMBUDO, DA VIDA AO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

A Guerra do Contestado ocorreu em territórios variados, contendo locais que ocorreram batalhas importantes para a construção social, cultural, natural, política e econômica que se apresentam na atualidade, sendo Trombudo do Contestado, um desses territórios. No decorrer deste subcapítulo, serão apresentados esses lugares.

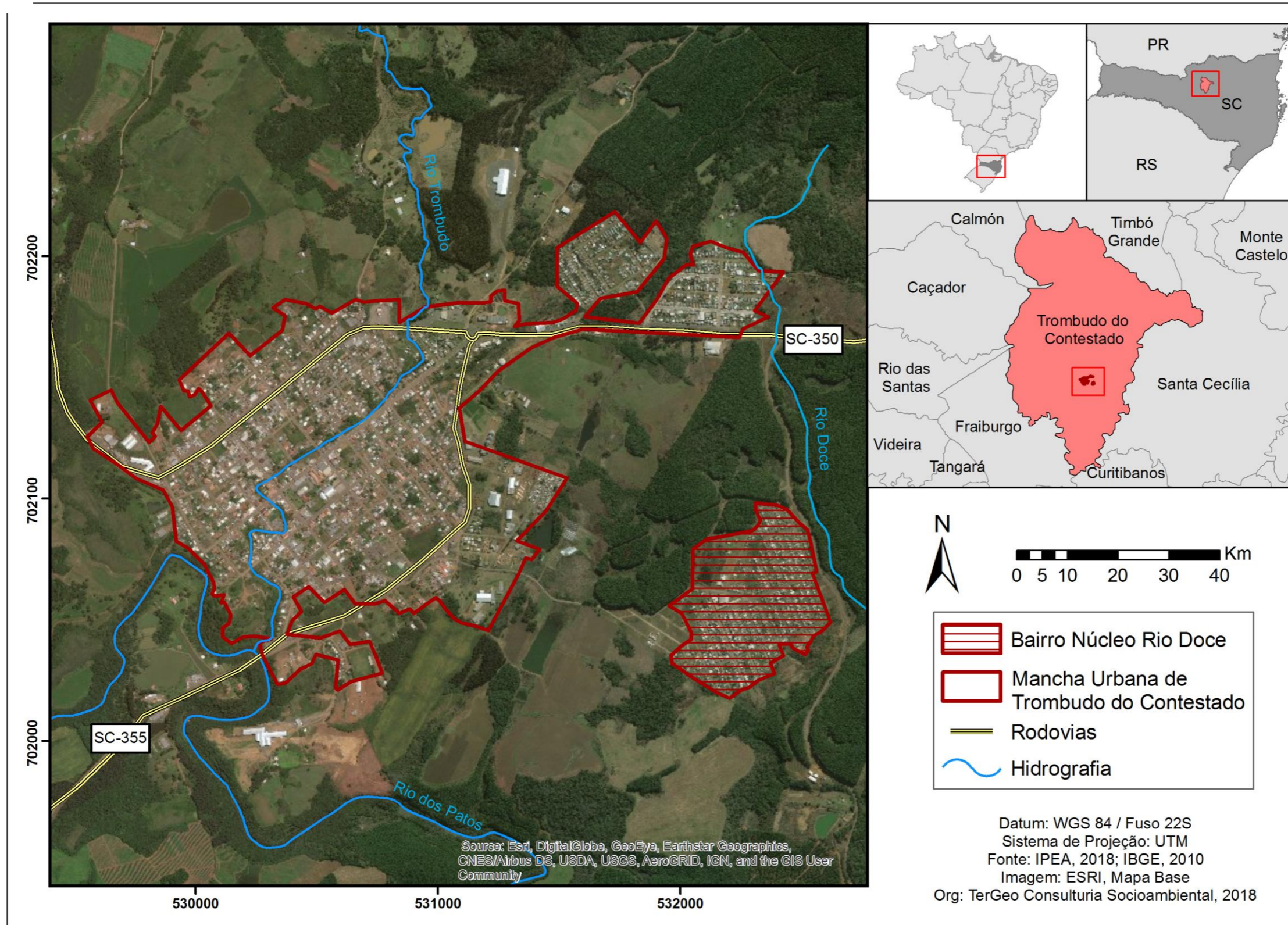
Declarado município em 1958, após o desmembramento de Curitiba, pela lei de nº 380 de 19/12/1958 (IBGE, 2017), Trombudo do Contestado (Lebon Régis) é testemunha material e imaterial da Guerra do Contestado. Geograficamente, está localizado na região Centro Oeste Catarinense, representado no mapa 02, se inserindo na associação dos municípios AMARP (Associação dos Municípios do Alto Rio do Peixe<sup>17</sup>). Segundo o IBGE (2010), o município possui uma área de 940,656 km<sup>2</sup>.

No mapa 02, podem ser notados os municípios limítrofes, além dos rios que foram elementos importantes para a nomenclatura do próprio município no decorrer da história, o bairro em estudo (Núcleo Rio Doce) e as rodovias que perpassam pelo município.

---

<sup>17</sup> Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina são entidades registradas como personalidade jurídica de direito privado, reconhecidas de utilidade pública, sem fins lucrativos e com estatuto próprio, tendo cada uma sua respectiva estrutura. Sua receita provém da contribuição dos municípios filiados. A AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe foi desmembrada da AMMOC, região de Joaçaba, e teve sua fundação e instalação em 18 de outubro de 1968 (AMARP, 2018).

**MAPA02:** Localização do município de Trombudo do Contestado.



**FONTE:** IPEA, 2018; IBGE, 2010.

De acordo com o Atlas de Santa Catarina, realizado pela Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento de Estudos Geográficos e Estatísticos (1991), o município de Lebon Régis encontra-se no Planalto do Rio Iguaçu/Rio Uruguai e tem como características geomorfológicas, dissecações e vales. Adelmir (2017) faz a colocação da presença da Serra do Espigão, que é dividida entre a Serra de Santa Maria e a Serra da Boa Esperança. Esses locais são palcos de grandes batalhas durante a Guerra do Contestado.

Fraga (2018) descreve a história da ocupação e formação socioespacial de Trombudo do Contestado. Para o autor, além dos indígenas que ali ocupavam, outros moradores começaram a chegar por volta de 1895, vindos de várias comunidades catarinenses e paranaenses. Em 1903, foi criado o Distrito de São Sebastião da Boa Vista. Em 1938, o distrito foi elevado à categoria de vila com o nome de Caraguatá, e em 1950, passou a ser chamado de São Sebastião do Sul.

Ao mesmo tempo, na parte sul da região conhecida pelos antigos como Trombudo, formou-se outro núcleo que levou os nomes de Salto do Rio dos Patos, Fazenda do Salto e depois de Santo Antônio do Trombudo. Na junção do Trombudo, que segundo o morador Valdir Ribeiro França, se referia a uma anta macho que possuía uma tromba maior que as outras e também ao santo padroeiro da paróquia até os dias atuais. Esse núcleo foi o mais fácil de progredir, pois era um local de passagem de tropeiros que faziam o caminho Curitiba-Caçador (FRAGA, 2018).

Santo Antônio do Trombudo tornou-se distrito em 1934. Em julho do mesmo ano passou a se chamar Lebon Régis. Em 1938, o distrito de Lebon Régis passou à categoria de vila. Esta vila foi desenvolvendo-se e a população aumentou, e em 19 de dezembro de 1958, os distritos de São Sebastião do Sul e Lebon Régis foram juntados, criando-se assim, o município de Lebon Régis. Em janeiro de 1959, o então governador Irineu Bornhausen instalou o município de Lebon Régis.

Trombudo do Contestado (Lebon Régis), como seu próprio hino revela, “testemunha do Contestado”, vivenciou a guerra de perto, sendo palco de várias batalhas. São várias as marcas que a guerra deixou como herança. Com base no subcapítulo anterior, serão apresentados alguns desses locais.

A Serra da Boa Esperança foi um desses locais. Por ser um caminho muito falado pelo monge aos moradores dos redutos, se tornou um lugar sagrado, onde a população viveria em paz. Seria o paraíso, com água vertendo por todos os lados, a floresta de araucárias predominando na vegetação, e ali viveriam felizes. Inseridos na Serra da Boa Esperança estão o cemitério, a igreja, a gruta do Monge e resquícios da Guerra do Contestado, como se pode observar na figura 04.

**FIGURA 04:** Serra da Boa Esperança.



**FONTE:** PEREIRA, 2018.

Atualmente, foi retirada a palavra “Boa” da nomenclatura dada à Serra, talvez por não ter ocorrido a “coisa” boa que esperavam que acontecesse quando os moradores dos redutos chegassem até lá, ficando apenas a esperança, de existir um amanhã, de conseguir alcançar a paz e a igualdade para todos.

Foi verificado, em trabalho de campo, que a Serra não perdeu apenas a palavra “Boa” em seu nome, mas também boa parte da sua floresta de araucária, que foi substituída pelo “plantation” de pinus em toda a região. A vegetação que produz fruto, alimento para o homem/mulher, para os animais, foi substituída por algo que só retira e não retribui, pois como bem se sabe, o pinus é prejudicial aos solos, além de ocupar uma área que poderia gerar um número maior de empregos caso estivesse produzindo outras culturas.

O Cemitério localizado na Serra da Boa Esperança era um pedaço de terra pertencia a um dos moradores mais antigos do município, Valdir Ribeiro França. O cemitério era um dos locais onde o monge ficava. Valdir relata o que o seu avô conta sobre as palavras do monge em relação a Serra:

“onde São João Maria, plantou uma cruz, a cruz era reta e ela foi entortando, e já tava quase no rumo do sor lá. Diz que ele falou assim: o dia que essa cruz, endireita, vai dar qualquer coisa no mundo, e vocês aqui na Serra da Boa Esperança, tão num bucho de um boi morto, vocês vão sabe muita coisa por notícia. Vai chega um tempo, que o milho que vocês prantam aqui, não vai existi mais, uma criança vai pegar o sabugo e dize: o que é isso aqui? Vai vim uma fome no mundo, o rico não come dinheiro, vocês prantem mais o que de embaixo da terra, que o calor vai ser muito quente” (ENTREVISTA COM VALDIR RIBEIRO FRANÇA, 2018).

Para Valdir, tudo isso que o monge profetizou está acontecendo nos dias atuais. Naqueles tempos de guerra, além de ser um local profetizado a princípio como um paraíso, os caboclos estavam sendo cercados pelos soldados do exército, portanto precisaram utilizar o local como passagem para chegar até Santa Maria (local da batalha final). O Exército fechou todos os caminhos existentes para que os caboclos não passassem, causando um morticínio, formando o cemitério da Serra da Boa Esperança (ver a figura 05). Segundo os relatos de Walter Alves de Moraes, o Exército atirou com um canhão em uma igreja (onde atualmente é o cemitério), matando muitas mulheres e crianças que se esconderam dentro do templo, sobrando apenas o cepo da madeira que fazia parte da construção da igreja. Alguns caboclos conseguiram dar a volta e passar por outros lugares.

**FIGURA 05:** Cemitério da Serra da Boa Esperança.



**FONTE:** PEREIRA, 2018.

No cemitério foram dois troncos enormes e parcialmente queimados que se encontram pouco abaixo do cruzeiro central. Por meio de informações que obtivemos, há duas possibilidades explicativas para os troncos calcinados. Uma diz que os caboclos e as caboclas se encontravam na igreja, cuja base eram os troncos mencionados, e fora bombardeada quando os caboclos se encontravam dentro dela, pelo Exército, explodindo, queimando e mutilando os caboclos e caboclas que estavam no seu interior. Há que recordar que, em tempos de combates nos redutos do Contestado, as igrejas serviam de

refúgio, pois, por serem locais santos, havia a ingenuidade de que não seriam atacados – mas tal estratégia não funcionou bem ao longo da guerra. Os relatos de dezenas de igrejas queimadas com fiéis dentro são impressionantes, e fazia isso o Exército, para baratear os custos da guerra. No entanto, outra versão diz que estavam fazendo uma festa de igreja e que tais ações estavam proibidas pelas lideranças caboclas da guerra – leia-se Adeodato –, naqueles dias, e que, ao saber da referida festa na comunidade, os ditos “jagunços”, em represália, atearam fogo à igreja. De qualquer forma, a igreja da antiga vila da Serra da Boa Esperança, foi atacada, incendiada e queimada durante a Guerra do Contestado, fato que atenta para a violência vivida pelas comunidades do sertão, naquele período. Os dois troncos queimados são tudo o que resta de um passado de violência, insegurança e dor (FRAGA, 2015, s/p).

Próximo à Serra da Boa Esperança, há um crematório e outro cemitério, que são rastros pelo caminho que a guerra deixou. O crematório (ver a figura 06) representa a matança que houve no decorrer da guerra. Ele é constituído de paredões de taipa de tamanhos pequenos, que o Exército construiu para jogar os corpos e assim evitar que o vento apagasse o fogo que os queimava, “é algo simples, um buraco de aproximadamente um metro, onde jogavam os corpos e colocavam fogo junto com a grimpã de araucária e o nó de pinho” (FRAGA, 2018).

**FIGURA 06:** Crematório de Perdizinhas, localizado em Trombudo do Contestado.



**FONTE:** PEREIRA, 2018.

No final da Guerra do Contestado, os caboclos começaram a se apresentar em postos do Exército, e Perdizinha era um desses postos. O destino das pessoas que se entrevam era decidido pelo capitão de cada local. Em Perdizinhas, a decisão foi dizimar os caboclos. Valdir França relata as histórias que seu avô contava:

Ali nas Perdizinhas tinha o capitão que comandava, quando as pessoas chegava ali, ele mandava mata, e o meu avô tinha um compadre dele lá em Santa Cecilia, que era um tar de João Guedes. Esse homem mandou avisar o meu avô que não viesse nas Perdizinhas porque se eles viesse ali, eles iam ser morto, que ele fosse apresentar lá em Santa Cecilia. Daí foram lá, se apresentaram lá e tar, ele dizia o oficiar né, daí diz que o cara passava a mão na cabeça das crianças e dizia: "não, esses daqui nunca foro jagunço" porque eles eram tratados como jagunços né, mas o jagunço mesmo era aquele jagunço dos coroner, que nem tinha os coroners em Curitibaanos, que era os que mandava em tudo. Eles tinham que os jagunços eram os caboclos.

Atualmente, os mais velhos do município de Trombudo do Contestado têm em suas lembranças histórias dos pais e avós que relatam sobre a bodega do seu Elias, dos rios que amanheciam cheios de sangue, do cheiro de sangue com pólvora e histórias como as de Valter e Waldir. Infelizmente, foi a última entrevista dada de Waldir Alves de Moraes, pois ele veio a falecer semanas depois.

Segundo Queiroz (1981), o primeiro ataque contra os caboclos em Taquaruçu obedeceu a um plano traçado por Gustavo Lebon Régis, matando centenas de mulheres, crianças e idosos. Os antepassados da população atual do município foram assassinados pelo homem que recebeu, em homenagem, o nome do município.

Portanto, recuperar o nome digno para os caboclos residentes no município é uma questão de honra e de dignidade. Um território que sofreu e ainda sofre com a herança deixada pela Guerra do Contestado, sendo testemunha das atrocidades cometidas, que deixou como herança a história de um povo e seus ensinamentos. É importante sempre ressaltar a guerra, pois é a prova de um povo que resistiu e que resiste, após a tentativa de serem eliminados, assim como seu modo econômico de subsistência daquela época.

A economia dos caboclos era movimentada na criação de porcos (suínos), levando as criações para vários outros municípios vizinhos. Utilizavam o pinhão para alimentar os porcos, e os porcos serviam como alimento, sendo utilizado desde a carne até a sua banha. Nos relatos de Valter Alves de Moraes, morador antigo da Serra da Boa Esperança, os porcos ficavam sem comer por alguns dias, e no dia de levá-los para o município vizinho, um homem ia à frente jogando milho (como estavam sem se alimentar há alguns dias, seguiam o alimento). Do lado direito e do lado esquerdo, colocavam dois cães para não deixar que os porcos saíssem do caminho, e o restante das pessoas iam atrás. Grande parte da cultura cabocla veio dos indígenas de etnia Xokleng (nos dias atuais são denominados Laklãnõ) e Kaingang, que antes viviam ali. Aprenderam o respeito para com todos, aprenderam a viver sem o eu e o meu, e sim o nosso (FRAGA, 2018).

Antes da chegada dos conquistadores, essas terras, entre o Iguaçu e o Uruguai, já eram habitadas. Nelas viviam os Kaingang, que cultivavam o milho e preferiam levantar aldeias nos campos abertos, e os Xocrén, os quais falavam uma língua pertencente ao mesmo tronco, mas desconheciam o cultivo da terra, e, praticando a coleta e a caça, percorriam em constantes correrias o âmago das florestas de araucárias, que lhes serviam de refúgio e abrigo (QUEIROZ, 1981 p. 19).

Fraga (2015) destaca que o município de Trombudo do Contestado, na década de 1980 e início dos anos de 1990, era a típica cidade do interior do Brasil que corria o risco de desaparecer do mapa devido ao êxodo rural e à falta de perspectivas, além da concentração das terras regionais nas mãos de poucos latifundiários.

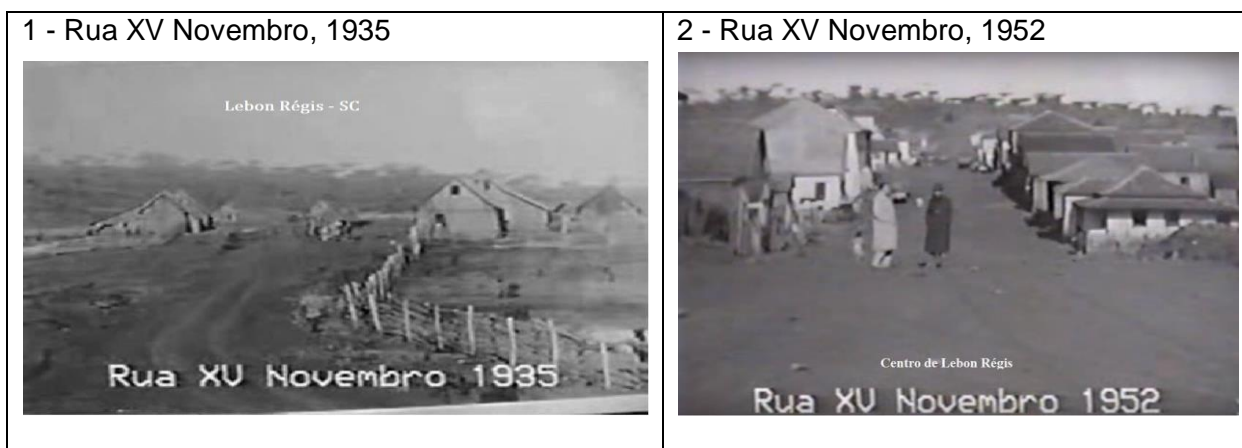
Coincidindo com os relatos dos senhores Valter, Waldir e do filho do antigo proprietário da madeireira Kollross, Gilberto, em que relatam que a Serra da Boa Esperança na década de 1930 até meados de 1980 foi mais desenvolvida que o centro urbano atual do município, a Serra chegou a ter cinema, lojas, mercadinhos, dentre outros comércios, até que chegou o fim das principais madeireiras que começaram a dispensar os empregados e esses trabalhadores ficaram sem ter para onde ir. Fraga ressalta que tais fatos foram modificados com as ações empreendidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o assentamento em muitos latifúndios desapropriados pela

reforma agrária. Isso trouxe vida, desenvolvimento e geração de riqueza para o município que tendia ao desaparecimento (FRAGA, 2010, p. 36). Sobre os resquícios da guerra no município:

[...] fragmentos, a paisagem e o vazio de um passado que pouco estava materializado. A base material está resumida numa geografia que não podemos garantir ser a da década de 1910, pois o espaço é temporal no sentido da sua modificação e múltiplas complexidades. Aquela era uma geografia marcada pelo "físico", pois faltava o humano, principalmente aquele dos tempos imemoriais - a relação têmporo-espacial não parecia completa (FRAGA, 2010, p. 38).

O quadro de imagens, representado pela figura 07, apresenta fotos do município no decorrer da história. As duas primeiras imagens mostram a avenida XV de Novembro em diferentes anos. Em seguida, se tem a imagem 3, que mostra a avenida XV de Novembro nos dias atuais. Na sequência, se tem a imagem dos porcos, que representa uma das economias do município no início da sua construção. Essa foto foi um registro da família de Miguel Peppes do Valle (O primeiro homem que está em pé da esquerda para a direita é Miguel Peppes do Valle e ao seu lado, é sua esposa Maria Aguiar, que eram os proprietários da fazenda Rio Doce. Hoje, a fazenda pertence à Nercina M. do Valle, filha de Miguel).

**FIGURA 07:** Imagens do município de Trombudo do Contestado em diferentes épocas.



3 - Avenida XV Novembro, 2019



4 - Acervo de Nercina M. do Valle



5 - Igreja Matriz, sem datação



6 - Igreja Matriz – Ivani Mello



**FONTE:** Acervo pessoal de Carlos Nedi da Silva.

As duas últimas imagens ilustram a igreja matriz do município de Trombudo do Contestado, sendo que à direita, mostra como a igreja está hoje. Segundo Juliano França (2017), é a única igreja no Brasil com a arte que a compõe (globo terrestre com a técnica de quadriculados). Esse trabalho foi feita por Manoel Francisco Dias na década de 1960.

E assim o município foi crescendo. O quadro de imagens, representado pela figura 07, retrata alguns momentos que o município passou desde a porcada (suínos), que foi algo que fomentou a economia em um dado momento da história, até a construção da igreja, passando pela avenida principal, para que assim, se pudesse ressaltar cada parte que há lembranças da guerra.

Mesmo com tantas tristezas e maldades causadas ao mundo caboclo, esse povo não perdeu a alegria no viver, pois o espírito caboclo permanece. O

mesmo caboclo que dividiu sua comida com o soldado que estava tentando exterminá-lo, continua dividindo seu alimento com quem quer que precise, disseminando sua felicidade por onde passa.

Nota-se esse espírito caboclo nos moradores do Núcleo Rio Doce, que mesmo tendo pouco, compartilham o que têm. Um caso foi relatado durante as entrevistas. O vizinho perdeu a visão e não tinha como se manter e até mesmo realizar as atividades cotidianas, assim o seu amigo/vizinho o ajudou com o que pôde. O entrevistado 8 relatou: “nóis que tem que atender, porque os parentes dele não tá nem aí, muitas coisinha que nóis têm, levemo pra ele”.

No ano de 2018, Trombudo do Contestado foi reconhecida por lei o Coração do Contestado, o que para Fraga (2018), abre grandes desafios futuros para os poderes públicos e a sociedade do município. Os desafios devem estender desde a herança sociocultural cabocla do Contestado até os baixos índices de desenvolvimento humano, que colocam o município entre os mais carentes do estado.

Portanto, o que sobrou de herança dessa guerra para a população de Trombudo do Contestado, que posteriormente recebeu a nomenclatura do (Lebon Régis) do homem que ordenou a matança em Taquaruçu, além de uma cultura rica, foi um esquecimento por parte do estado que causou uma série de consequências como o desemprego, a pobreza que levou a fome, a falta de políticas de desenvolvimento e políticas sociais. O próximo subcapítulo abordou em dados, alguns detalhes socioeconômicos e educacionais do município, mostrando como Trombudo do Contestado foi negligenciado pelos poderes públicos, pois o município está localizado em um dos Estados mais ricos do país.

### 3.3 QUEM “É *LEBON RÉGIS*”: A AMARGA GEOGRAFIA DA FOME COMO HERANÇA

Lebon Régis, do município ao homem que lhe “concedeu” o nome: Gustavo Lebon Régis, era natural de Santa Catarina, especificamente do município de Parati, atualmente Araquari. Segundo Alzira Alves de Abreu (2015), Gustavo tornou-se Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 1912, Deputado Federal em 1915 e foi integrante da Comissão

Demarcadora de Limites entre os Estados de Santa Catarina e Paraná. Devido aos seus feitos, que foi parte importante da demarcação dos limites e da Guerra do Contestado, recebeu em sua homenagem a nomeação de um município com o seu nome. Gustavo Lebon Régis deu as ordens que marcaram significativamente e negativamente o povo caboclo, ordens que mataram centenas de mulheres e crianças. Em uma ocasião, destruiu com um tiro de canhão uma igreja, novamente com crianças, jovens, adultos e idosos.

Esses povos continuam sendo mortos aos poucos, porém ainda resistem. Morrem pelo esquecimento das políticas públicas. Morrem pela pobreza. Morrem pela fome. Morrem por não terem um emprego que lhes proporcionem uma vida digna. Um povo que sobrevive, mas não vive. Um dos municípios mais carentes da Região do Contestado e do Estado de Santa Catarina. Logo, esse território além de ter recebido o nome do senhor que tirou a vida dos seus antepassados, tirando também um pouco da dignidade desse povo, teve como herança da guerra, a pobreza, a fome e o abandono. A seguir serão apresentados alguns dados que comprovam esse abandono governamental para com o povo.

Para compreender melhor a população, é necessário verificar o seu fluxo no decorrer das décadas anteriores. Na tabela 02 verifica-se a população residente no município desde 1960 até 2010. O município, após sua emancipação em 1958, já contava com mais de cinco mil habitantes, sendo que os dados em relação aos habitantes da área urbana e rural não foram encontrados. Entretanto, com as falas dos moradores Walter e Valdir (citados no subcapítulo anterior), pode-se notar um número significativo de moradores na área rural nos anos que antecederam as décadas de 60 e 70, pois os locais que mais empregavam naquela época eram as serralherias que se encontravam no interior do município. Com o final das atividades serralheiras, após já terem desmatado as florestas de araucárias que haviam sobrado, algumas serralherias se retiraram do município e outras passaram a utilizar o pinus, apesar de ser uma madeira inferior às outras já utilizadas.

**TABELA 02:** População de 1960 até 2010, separados por área urbana e área rural.

<b>Número populacional de acordo com os censos de 1960 até 2010</b>						
<b>Anos</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Total</b>	5.616	4.886	8.595	10.492	11.682	11.838
<b>Urbana</b>	s/i	s/i	s/i	4.415	6.980	7.522
<b>Rural</b>	s/i	s/i	s/i	6.077	4.702	4.316

**Fonte:** Censos demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Adaptado pela autora.

Obs.: s/i – Sem Informação

As décadas de 1960 e 1970 foram o auge das serralherias no município, porém não era uma atividade que necessitava de muita mão de obra, o que pode ser constatado na fala de Gilberto Kollros:

No início eram serradas somente araucárias destinadas à exportação, via porto de São Francisco. Por volta dos anos 1968, contava com aproximadamente 40 colaboradores. A geração de energia era própria. Havia uma caldeira a vapor para a indústria e uma usina hidroelétrica para a energia da casa. O auge da empresa, que se dominava Eduardo Kollros FI (em 1974 foi alterada para Madeireira Esperança Ltda.), foi por volta dos anos 1970, passando a produzir madeira serrada de imbuia, destinada também à exportação, mas tendo um enorme consumo nacional para a fabricação de móveis, principalmente nas cidades de Rio Negrinho e São Bento do Sul (planalto norte catarinense) (GILBERTO KOLLROS, 2018).

Já na década de 1980, o número de habitantes praticamente dobrou, se coincidindo com a instalação dos acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). De 1991 a 2010, o número de habitantes cresceu e se manteve oscilando em pequenas quantidades. A projeção do IBGE para o ano de 2017 foi de 12.113 habitantes. Segundo os Mattos (2019), essa oscilação da população ocorre devido às atividades agrícolas do município que ocorrem em períodos de safras, mas não há emprego o ano todo, portanto as pessoas vão para trabalhar, e depois que o emprego termina, algumas permanecem residindo no município e outras vão para outras localidades em busca de novas oportunidades de trabalho.

É de suma importância realizar a descrição da distribuição da população no território para que se possa entender como que as situações estão interligadas. Em 2010, a população lebon-regense contava com 11.838 habitantes, enquanto a população do Estado de Santa Catarina contava com

um total de 6.248.436. Desses 11.838 habitantes lebon-regenses, 7.522, (63,54%) da população, viviam na área urbana, enquanto 4.316 (36,46%) viviam na área rural do município, gerando uma densidade demográfica de 12,59 hab/km<sup>2</sup>, com expectativa de vida ao nascer em média de 73,4 anos. Já no Estado de Santa Catarina, 5.247.913 (83,99%) habitantes viviam na área urbana, enquanto 1.000.523 (16,01%) estavam na área rural (PNUD, 2010; IPEA, 2010).

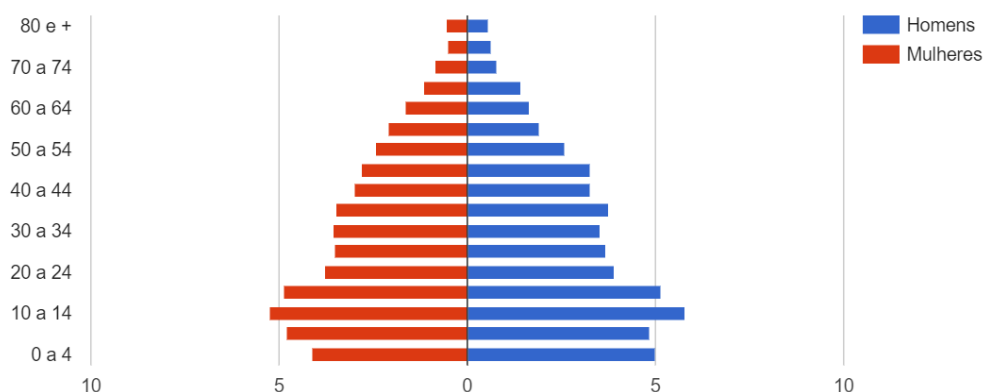
A qualidade de vida da população é medida pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), também pelo IDMS (Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável) que são levantamentos organizados por órgãos como o IBGE, FECAM, PNUD, entre outros.

Segundo PNUD (2010), no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Lebon Régis só fica à frente de 7 municípios no Estado de Santa Catarina, ocupando a posição de 286º com 0,649, considerado um índice médio. O IDHM é composto pela média de três dimensões distintas – longevidade (0,806), renda (0,632) e educação (0,537). Enquanto o Estado de Santa Catarina tem um IDH de 0,744, considerado o terceiro melhor do país, ficando atrás apenas do Distrito Federal e do Estado de São Paulo (IBGE, 2010).

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS), Lebon Régis encontra-se com média de 0,489, que é considerada baixo, já que o índice é composto por dados sociocultural, econômico, ambiental e político institucional. O Estado de Santa Catarina, que é classificado como um dos melhores no IDH do Brasil, está com um nível de 0,593, sendo considerado médio baixo (IDMS, 2018).

Desse contingente populacional, há uma classificação por faixa etária (0 até mais de 80) e sexo (feminino e masculino) que geralmente é representado por pirâmides etárias, e elas são divididas em base (0 a 19 anos), corpo (20 a 59 anos) e topo (mais de 60 anos). Em uma análise geral da pirâmide etária apresentada na figura 08, verifica-se uma quantidade populacional maior em sua base, em seu corpo uma quantidade estável em ambos os sexos e o topo estreito, significando que a população mais idosa do município está em menor quantidade, portanto se tem uma natalidade significativa, porém uma expectativa de vida baixa.

**FIGURA 08:** Pirâmide Etária do município de Lebon Régis.



**FONTE:** PNUD e Ipea, 2010.

Através dessa pirâmide, é possível inferir dados sobre o potencial produtivo de uma dada sociedade – a população em idade ativa, isto é, apta ao exercício de atividade -, os intervalos de idade que representam uma carga – crianças, adolescentes e velhos -, aqueles em idade de procriar, etc. (DAMIANI, 2002, p. 59).

Observando atentamente a pirâmide etária da figura 08, extrai-se que a taxa de mortalidade infantil não é tão alta, o que pode ser verificado pelo IBGE (2014), que se tem em média 24,69 óbitos (por mil nascidos vivos). A taxa de fecundidade em 2010 era de 3,1 filhos por mulheres (IBGE, 2010). Porém, a população que integra a base da pirâmide não consegue chegar ao topo por vários fatores, entre eles estão a educação e o trabalho, que levam essas pessoas a migrarem. Por fim, o município de Trombudo do Contestado apresenta um crescimento vegetativo mediano.

A população também tem classificações econômicas que se denominam PEA (População Economicamente Ativa), que se divide entre as pessoas ocupadas e as desocupadas, e PEI (População Economicamente Inativa).

Para o IBGE, PEA se “compreende as pessoas que tinham trabalho na semana anterior à entrevista, empregados, trabalhadores por conta própria, empregadores e pessoas que trabalharam sem remuneração em ajuda a membros da unidade familiar (ocupadas) e pessoas que estão desempregas a procura de novos empregos (desocupadas)”. Também para o Órgão Governamental, PEI são as pessoas que estão fora da força de trabalho com

idades inativas, ou seja, crianças, adolescentes e idosos. Para Damiani (2002), a população ativa são aquelas pessoas que estão empregados ou que no momento estão desempregados, mas já tiveram um emprego, e a população inativa são as pessoas que não exercem qualquer profissão, devido à idade, doença, abstenção voluntárias, etc.

Segundo o PNUD, Ipea e FJP (2010), a população lebon-regense maior de dezoito anos e que estava classificada como PEA ocupada chegava a 66,5% e a classificada como desocupada era de 3,7%, enquanto a PEI estava com 29,8% da população. O percentual de pessoas classificadas como inativas é um valor considerável, pois esses indivíduos são as crianças, adolescentes, idosos, doentes e pessoas dependentes de outras, o que para Damiani, 2002, p. 59:

O volume da população em idade dependente anuncia a emergência de investimentos demográficos – escolas, hospitais, etc. – em detrimento de investimentos produtivos, reproduzindo ritmos lentos de crescimento econômico.

No ano de 2010, 45,69% da população economicamente ativa trabalhava no setor agropecuário, 18,64% no setor de serviços, 15,93% na indústria de transformação, 8,59% no comércio, 2,62% no setor de construção, 0,35% nos setores de utilidade pública e 0,07% na indústria extrativa (PNUD e Ipea, 2010).

Com relação à educação, segundo o PNUD (2010) e Ipea (2010), 53,96% da população de 25 anos ou mais possui o ensino fundamental incompleto, mas é alfabetizada, 15,14% da população possui o ensino fundamental incompleto e é analfabeta, 13,14% possui o ensino fundamental completo, mas o ensino médio incompleto, 14,22% possui o ensino médio completo e o ensino superior incompleto, e apenas 3,54% da população possui o ensino superior completo.

O município de Trombudo do Contestado conta com sete (7) escolas, sendo municipais e estaduais, do ensino infantil até o ensino médio e as escolas do assentamento e do faxinal (INEP, 2018). A Educação é um dos componentes para se medir o IDH e o município de Lebon Régis se destaca por ser um dos menores. No ano 2000, o município estava com a média de 0,276 e no último censo, realizado no ano de 2010 (dez anos depois), sua

média passou para 0,537, tendo um aumento significativo, porém ainda baixo, sendo perceptível a falta de políticas voltadas para a educação da população.

Os elementos quantitativos até o momento são baixos, porém nos últimos anos se teve uma melhora importante. A tabela 03 aborda números sucedidos dos últimos três censos. Os itens de um a quatro desta tabela tratam da questão de moradia e os três últimos, tratam sobre a pobreza, todos referentes à fragilidade que a vida humana está exposta.

**TABELA 03:** Vulnerabilidade social da população Lebon-regense.

	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	61,39	82,43	91,15
% da população em domicílios com energia elétrica	63,92	88,58	98,00
% da população em domicílios com coleta de lixo	86,97	80,73	99,26
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	38,13	59,26	91,02
% de vulneráveis à pobreza	73,11	66,20	44,49
% de extremamente pobres	17,61	15,63	5,76
% de pobres	43,21	41,80	19,27
% de crianças extremamente pobres	24,66	25,30	8,42
Índice de Gini	0,47	0,56	0,45

% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	64,07	47,02
---	---	-------	-------

**FONTE:** PNUD e Ipea/adaptado pela autora, 2010/2018.

Mais de 44% da população encontra-se vulnerável à pobreza, 19,27% são pobres e 5,76% extremamente pobres. 8,42% das crianças residentes no município são consideradas extremamente pobres, isso significa que boa parte dessas pessoas vive com menos de 170 reais por mês ou até mesmo 85 reais.

Um item da tabela 03, que se refere à taxa de extremamente pobres das crianças, mostra que 8,43% estão em situação de extrema pobreza, sobrevivendo com menos que o mínimo para viver com dignidade, inibindo assim, essas crianças de terem uma alimentação para sanar suas necessidades calóricas diárias, inibindo de terem uma vestimenta adequada para o cotidiano e também de comprarem coisas que almejam. Todavia, isso não inibe o fato de que o município teve um desenvolvimento ao longo de vinte anos, pois em 1991, 73,11% dos habitantes estavam em situação de vulnerabilidade em relação à pobreza, em 2000, diminuiu 6,91% e em 2010 a queda foi de 21,71% a menos de pessoas vulneráveis a pobreza. A maior queda desse número se deu praticamente no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no qual se teve políticas criadas em função da população mais pobre, criando programas como o Programa Fome Zero, que continha projetos de capacitação do indivíduo a projetos de distribuição de renda.

Domicílios com água encanada e com banheiro é algo que todos deveriam ter, porém um pouco mais de 90% da população possui. Já a energia elétrica chega a 98% da população e a coleta de lixo a 99% da população. Porém há informações vindas de Mattos (2019), que as questões relacionadas ao saneamento básico praticamente inexistem no bairro Núcleo Rio Doce. Segundo ele, foram construídos 150 metros de tubulações para o escoamento da rede pluvial apenas no mandato do ex-prefeito Milton Sebastião.

Nas entrevistas, se teve relatos como o da (o) entrevistada (o) 7: “energia é rabicho, e água cada um tem a sua”. A (o) entrevistada (o) 6 disse

que: “*Não tenho energia elétrica, água tem, se não corta, num consigo paga*”. A (o) entrevistada (o) 5 relatou: “*nóis temo, só que é rabicho né, graças a Deus demorou, mas nós conseguimos né. Água nós pega do vizinho né, como ele não usa só nós pagamo*”.

Assim, percebe-se que a falta de uma rede de esgoto, água encanada e energia elétrica são fatores que afetam a saúde dos moradores e os colocam em risco de vida. É possível visualizar na figura 09 uma das ruas do bairro NRD que não há fiação elétrica para a distribuição de energia para as residências, além da falta de saneamento básico e asfalto na rua, o que comprova as falas dos moradores sobre essas questões básicas para ter uma vida digna e com o mínimo de qualidade.

**FIGURA 09:** Rua do bairro Núcleo Rio Doce.



**FONTE:** PEREIRA, 2018.

Trombudo do Contestado é um município pequeno, porém com muitos problemas socioeconômicos que precisam ser minimizados com programas de

transferência de renda e de capacitação criados pelo Governo, sendo que até o momento, o mais difundido é o Programa Bolsa Família (PBF).

O PBF recebeu muito destaque em âmbito nacional e internacional e tem como objetivo principal sanar a extrema pobreza, a pobreza e a fome, contribuindo assim para a inclusão social de milhões de famílias brasileiras. O programa é uma das ramificações do Projeto Fome Zero, atende cerca de 13,8 milhões de famílias em todo o país, contando com o auxílio do Cadastro Único como forma de instrumento de identificação. Atuando em um conjunto variado de benefícios, o PBF atua no alívio das necessidades básicas do indivíduo, transferindo renda de acordo com as diferentes características de cada família (PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, UMA DÉCADA DE INCLUSÃO E CIDADANIA, 2013).

Graziano da Silva, em 2010, elaborou um organograma denominado de círculo vicioso da fome. O círculo vicioso da fome desencadeia o desemprego, logo a queda do poder aquisitivo, assim, há uma redução da oferta de alimentos, que gera mais desemprego, levando maior queda do poder aquisitivo, e posteriormente maior redução na oferta de alimentos, e assim consecutivamente.

Para que não ocorra o círculo vicioso da fome, é necessário a segurança alimentar de toda a população brasileira, sendo indispensável uma mudança no modelo econômico, pois esse modelo acarreta a exclusão social, sendo que no processo de inserção de um novo modelo econômico, é fundamental inserir ações emergenciais para baratear a alimentação para a população de baixa renda, e ações emergenciais visando assistir diretamente aquela parcela da população que já sofre com a fome e que pode vir a ser comprometida se isso não for feito (PROJETO FOME ZERO, 2001, p. 10).

Logo, a fome no Brasil possui três dimensões. A primeira dimensão se refere ao âmbito da insuficiência de demanda, advinda da concentração de renda, dos níveis elevados de desemprego e do baixo poder aquisitivo dos salários pagos à maioria da classe trabalhadora. Já a segunda dimensão, segue na incompatibilidade dos preços atuais dos alimentos com o baixo poder aquisitivo da maioria da população. E por fim, mas não menos importante que as anteriores, a terceira dimensão, que diz respeito à exclusão do mercado de trabalho da parcela mais pobre da população.

Para romper com o círculo da fome, foi preciso criar políticas que abrangessem tanto as esferas municipais e estaduais, quanto à esfera federal. Políticas essas que visassem uma melhoria da renda da população, barateamento da alimentação, um aumento na oferta de alimentos básicos, e algumas ações especificadas tais como as cestas básicas, cupom de alimentos, merenda escolar e outras, essas melhorias deveriam levar a população em uma segurança alimentar.

O Programa Fome Zero tinha como propostas as Políticas estruturais, as Políticas específicas, as Políticas locais e as Políticas para as áreas rurais. As Políticas estruturais englobavam a política de geração de emprego e aumento da renda, intensificação da reforma agrária, previdência social universal, bolsa escola e renda mínima, incentivo à agricultura familiar. A Política específica envolviam o programa cupom de alimentação, a ampliação e redirecionamento do PAT, doações de cestas básicas emergenciais, combate à desnutrição materno-infantil, manter estoques de segurança, ampliação da merenda escolar, garantia de segurança e qualidade dos alimentos, programas de educação alimentar e educação para o consumo. As Políticas locais abrangem programas municipais de segurança alimentar, programas locais para as regiões metropolitanas e propostas locais para áreas urbanas que não são metropolitanas (pequenas e médias cidades). E por fim, as Políticas para as áreas rurais.

O Programa Bolsa Família surge da necessidade de mudanças nessas novas políticas criadas:

A criação do Programa Bolsa Família (PBF) tem origem na unificação de outros programas não contributivos, a saber: Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio-Gás e Bolsa Alimentação, todos criados no período 2001- 2003. Ao se constituir o Programa Bolsa Família, não apenas se racionalizou o provimento de um mecanismo de transferência de renda na sociedade brasileira, como também se consolidou uma forma de benefício não vinculado aos riscos inerentes às flutuações do mercado de trabalho, uma forma de enfrentar o problema da pobreza para parcela da população trabalhadora ou não. Os critérios de elegibilidade do PBF dependiam da condição de renda das famílias e, entre as condicionalidades para sua permanência no programa, estava o cumprimento de certas tarefas relacionadas à frequência escolar e aos cuidados com a saúde de seus membros. Em suma, o PBF revelou-se importante mecanismo – que se soma a outros,

inclusive de natureza jurídica diferente, como o próprio BPC – de distribuição de renda exterior aos mecanismos de mercado (Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios, 2010, p. 09).

O foco do PBF são as famílias em estado de vulnerabilidade. É importante salientar que nem todas as pessoas que estão cadastradas no Cadastro Único recebem benefício.

Como e quais são os critérios para receber o benefício? Segundo o Art.1º O Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 18. O Programa Bolsa Família atenderá às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$ 170,00 (cento e setenta reais) e de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), respectivamente”.

“Art. 19 - I - benefício básico, no valor mensal de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), destinado às unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza; II - benefício variável, no valor mensal de R\$ 39,00 (trinta e nove reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 195,00 (cento e noventa e cinco reais) por família, destinado às unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza; III - benefício variável vinculado ao adolescente, no valor mensal de R\$ 46,00 (quarenta e seis reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 92,00 (noventa e dois reais) por família, destinado às unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição, adolescentes com idade de dezesseis a dezessete anos matriculados em estabelecimentos de ensino; V - benefício para superação da extrema pobreza, cujo valor será calculado na forma do § 3º, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família que apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III do caput igual ou inferior a R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) per capita (Decreto nº 8.747, de 5 de maio de 2016).

As exigências cobradas dos beneficiários são aquelas que todos nós deveríamos e temos obrigação legal de cumprir. O capítulo três da Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação seja “dever do Estado e da

família” e que o ensino fundamental é obrigatório. Em compensação, a saúde não é obrigação legal por si própria, mas é recomendada pela política de saúde a todos os cidadãos, qualquer que seja sua renda ou classe social (BOLSA FAMÍLIA 2003-2010: AVANÇOS E DESAFIOS, 2010, p. 37).

Para que a família receba o benefício, é necessário que as crianças e/ou os adolescentes estejam matriculados e tenham assiduidade da escola, sendo que as crianças de até 15 anos devem ter 85%, e os adolescentes devem ter até 75% de frequência.

Os beneficiários devem ter também assistência à saúde. A pessoa que recebe o benefício deverá ter as vacinas em dia, e para as crianças de até 7 anos, deve ser feito um acompanhamento das vacinações, do peso e da altura pelo menos duas vezes ao ano. Para as gestantes, é necessária a realização do pré-natal.

Caso haja o descumprimento das “regras”, será realizada uma análise do que ocorreu. Caso a criança esteja doente, com fraturas no corpo, ou a escola está inacessível naquele momento, o MDS não tomará nenhuma providência, porque nenhuma providência é cabível. Mas se essas faltas não forem justificadas, será enviada uma carta ao beneficiário e também um aviso a ser lido na tela do terminal bancário quando o favorecido for retirar o benefício.

Quando a família recebe o aviso e mesmo assim a criança continua faltosa, sem a justificativa, novamente é enviado um aviso da mesma forma do anterior, e se mesmo assim a frequência da criança continuar abaixo de 85% e não houver justificativa, na próxima rodada será enviada outra carta, dois meses depois, e outro aviso eletrônico será postado e o benefício será temporariamente bloqueado. No entanto, o valor que foi bloqueado poderá ser sacado no mês seguinte. Se caso a criança ainda continuar com frequência abaixo de 85% na terceira vez de verificação, além de novos avisos, o benefício será suspenso por um mês. Desta vez, o benefício não sacado não poderá ser sacado posteriormente. Na quarta rodada será banido por dois meses sem receber o benefício, e na quinta e última rodada, o benefício será cancelado e outra família receberá a bolsa. Quando o motivo do descumprimento for caso de polícia (exploração sexual, abusos de diversos tipos), a medida cabível é o acionamento dos serviços sociais ou policiais (BOLSA FAMÍLIA 2003-2010: AVANÇOS E DESAFIOS, 2010, p. 39).

Mais de 700 famílias recebem o Bolsa Família. Segundo o MDS (2018), o programa consegue cobrir cerca de 65% das famílias pobres do município de Trombudo do Contestado (Lebon Régis), sendo considerado abaixo da meta de atendimento. A figura 10 aponta as quedas da distribuição do benefício no município em estudo, contando de janeiro de 2018 até dezembro de 2018.

**FIGURA 10:** Histórico de valores repassados às famílias beneficiárias do PBF no município de Lebon Régis nos últimos 12 meses.

Mês	Qtd famílias	Valor
dezembro de 2018	670	R\$ 92.945,00
novembro de 2018	695	R\$ 97.487,00
outubro de 2018	705	R\$ 101.245,00
setembro de 2018	693	R\$ 99.327,00
agosto de 2018	738	R\$ 106.903,00
julho de 2018	731	R\$ 107.041,00
junho de 2018	719	R\$ 99.975,00
maio de 2018	778	R\$ 107.398,00
abril de 2018	773	R\$ 105.852,00
março de 2018	813	R\$ 110.356,00
fevereiro de 2018	816	R\$ 110.682,00
janeiro de 2018	824	R\$ 111.150,00

**FONTE:** MDS, 2019.

No ano de 2018, 154 famílias perderam o benefício. Os cenários para o ano de 2019 são ainda piores, pois o novo governo declarou que haverá mais cortes. Para muitos, o PBF é a “saída” para quando não conseguem uma renda no final do mês. A (o) entrevistada (o) 7, residente do bairro Núcleo Rio Doce, declarou: *“como diz o outro, é um dinheiro que é pouquinho, mas chega no fim do mês, você tá desempregada, “ah não tem aquele pouquinho pra receber, sabe”, então, se chegar a cortar é uma coisa complicada, não vou dizer se quiser cortar corta, não, eu pra mim não quero que corta né, Deus me livre, mas se chegar a cortar vai ficar mais difícil, mas a gente dá um jeito, porque quem tem filho não dá pra abaixar a cabeça né, os passarinhos querem beber água, então né”*.

A assistência social e o CRAS, que são os órgãos que acompanham essas famílias, buscam se aliar a outros setores tais como Conselho Tutelar, delegacia, saúde, escolas e outros, para que os projetos de desenvolvimento consigam atingir seus objetivos. Há um projeto de Serviço de convivência e fortalecimento de vínculo, que atende em torno de 90 crianças no bairro Núcleo Rio Doce, que é considerado o bairro mais pobre do município, seguido do bairro Santa Terezinha e o bairro Abraão Santos Maciel, que é continuação do bairro Nossa Senhora de Lourdes.

O município de Trombudo do Contestado se destaca pela presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) contando com sete (07) assentamentos, sendo eles, com os seus respectivos números de famílias que os habitam: Rio Timbó, 43 famílias; Córrego do Segredo I, 15 famílias; Córrego Segredo II, 26 famílias; Rio dos Patos, 50 famílias; Rio Água Azul, 26 famílias; Conquista dos Palmares, 32 famílias; Eldorado dos Carajás, 19 famílias, segundo o INCRA (2017). Ao todo, são 211 famílias que conseguiram uma parte de terra para sobreviver, sendo que dessas famílias, segundo o INCRA 2016, apenas sessenta (60) indivíduos recebem o Bolsa Família.

O Governo criou algumas políticas além do Programa Fome Zero e do Bolsa Família. Essas políticas visam atender especificamente essas famílias que vivem no meio rural, sendo políticas desenvolvidas pelo Ministério Social e Combate à Fome (MDS), junto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criando o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de aquisição de alimentos (PAA), dentre outros programas. Esses programas se resumem em auxiliar o pequeno produtor com as suas produções, dando-lhes financiamento e suporte para plantação, colheita e venda. Boa parte do que produzem é vendido para os programas, que levam uma alimentação mais saudável para as escolas, hospitais, e outras entidades públicas.

O PAA dentro dos assentamentos possui, segundo o INCRA (2017), sessenta e quatro (64) pessoas cadastradas, porém não há informações de como essa política está em funcionamento no município. Não se teve resposta da assistência social sobre o programa. A única declaração sobre o PAA foi da (o) funcionária (o) da escola localizada no bairro NRD, que nesta pesquisa receberá um nome fictício de Jozelina, onde diz que: “*tem uma cooperativa, e*

*os agricultores entregam na cooperativa, fazem um contrato e tem que cumprir, tem que entregar. Levam pão poucas vezes, mas vai, bolachinha, tem as verduras, feijão a cooperativa também traz, dentre outros”.*

A economia do município de Trombudo do Contestado gira em torno da agropecuária e comércio, recebendo destaque para a lavoura permanente de maçã, e lavouras temporárias de cebola, tomate, milho, alho, feijão, batata-inglesa, fumo, soja, tomate e trigo (IBGE, 2007). O que não se pode esquecer, é que muitas dessas plantações, no decorrer dos anos, foram substituídas pelos pinus. A tabela 04 mostra dados mais recentes do censo agropecuário, apresentando as lavouras que receberam mais destaques no município que colaboraram para movimentação da economia. Todas são lavouras que utilizam mão de obra em quantidade alta apenas uma vez ao ano, portanto não geram empregos o ano todo, logo os funcionários que desempenham suas funções em uma dessas lavouras terão que buscar o sustento em outros locais.

**TABELA 04:** Lavouras que se destacaram no município de Lebon Régis.

<b>Principais lavouras em Lebon Régis</b>	
<b>Lavoura</b>	<b>Toneladas por ano</b>
Alho	1.092,900
Cebola	13.691,751
Tomate	13.436
Maçã	14.065

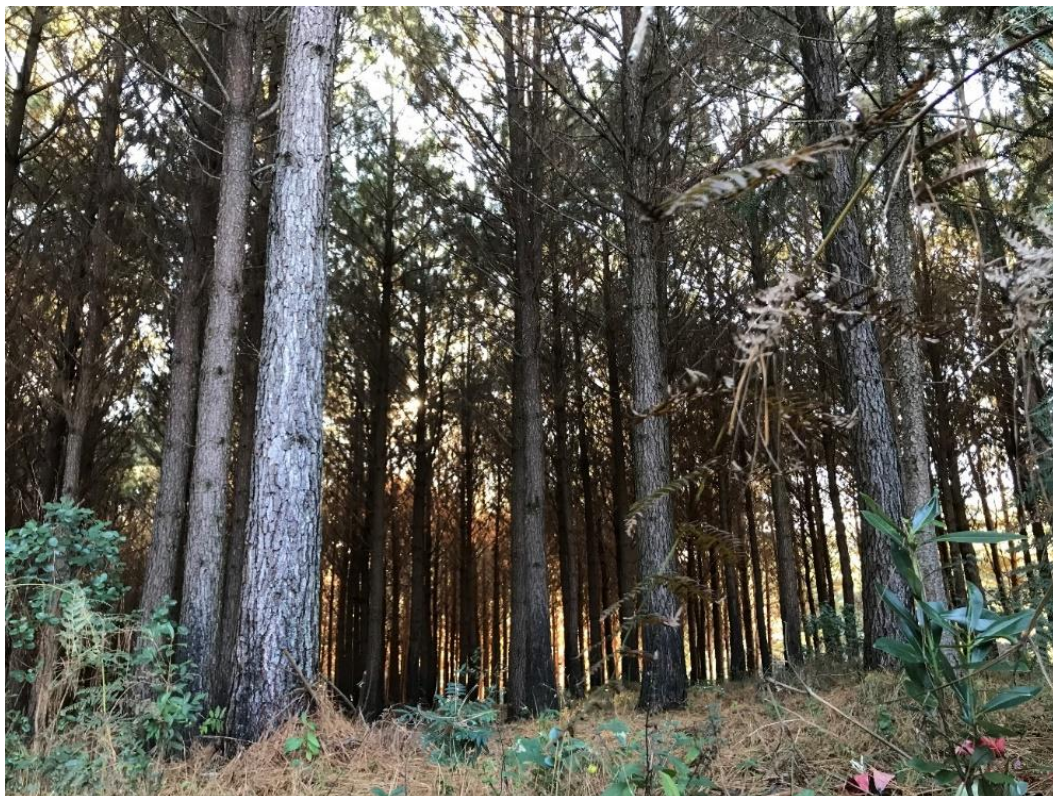
**Fonte:** IBGE, 2018.

Em entrevista, os moradores relataram que alguns trabalhadores vêm de outros municípios e até mesmo de outros estados para trabalhar nessas lavouras temporárias e acabam não conseguindo voltar mais para o local de onde vieram, permanecendo no município sem emprego, vivendo em condições precárias. Ficam nessa condição até que chegue a próxima colheita e consigam um dinheiro momentâneo. *“Gente que não consegue serviço lá em Caçador, lá não sei aonde, vem pra cá. Vem à procura de emprego, aqui tem coisas temporário né”.*

As plantações de pinus não estão discriminadas na tabela do IBGE, porém é um cultivo que se destaca na lavoura, como destacou Ademir

(funcionário da prefeitura). A figura 11 ilustra uma plantação de pinus localizada atrás do cemitério de Perdizinhas.

**FIGURA 11:** Plantação de pinus, atrás do cemitério de Perdizinhas.



**FONTE:** PEREIRA, 2018.

Como já dito no subcapítulo anterior, a economia do município de Trombudo do Contestado girava, no início, em torno das serralherias. Após as serralherias explorarem ao máximo os pinheiros e em seguida a imbuia, até não ter mais essas árvores para explorarem, começaram a explorar e a replantar o pinus. A figura 12 ilustra o que sobrou da serraria Kollross, que atuou no município por mais de duas décadas. A figura apresenta o portal da madeira com destaque para dois troncos de imbuia, sendo que atualmente, a empresa não atua mais em Trombudo do Contestado e sim em Mafra/SC. O espaço serve agora para os cuidados de uma dezena de gado e uma atividade ou outra. Atualmente no município não tem serralherias de porte grande,

ficaram algumas de porte pequeno e a empresa PCN<sup>18</sup>, que trabalha com papéis e embalagens.

**FIGURA 12:** Portal da antiga instalação Serralheria Kollross, localizada na Serra da Boa Esperança.



**FONTE:** Pereira, 2018.

Trata-se de um município pequeno com muitos problemas socioeconômicos, sendo que ainda há resquícios negativos da Guerra do Contestado, o que deve ser revertido. Os dados quantitativos apresentados evidenciam uma mudança positiva, porém em relação à questão qualitativa que se buscou conhecer através de entrevistas, não se tem o mesmo cenário. O assunto se torna mais intenso quando se escuta os moradores. Portanto, no próximo capítulo foi feita uma abordagem específica do bairro Núcleo Rio Doce, considerado o bairro mais miserável do município de Trombudo do Contestado.

---

<sup>18</sup> PCN é o nome da empresa, localizada em Trombudo do Contestado. Ela se destina a fabricação de papelão para embalagens de produtos.

#### 4. O AMARGO DA FOME NO BAIRRO NÚCLEO RIO DOCE DO TROMBUDO

FIGURA 13: Pessoas famintas, na Vila de Canoinhas.



FONTE: Hassis, 2014.

Muito mais grave do que a erosão da riqueza do solo, que se processa em câmara lenta, é a violenta erosão da riqueza humana, é a inferiorização do homem provocada pela fome e pela subnutrição (Josué de Castro em Geopolítica da Fome, 1961 p. 73).

Este capítulo tem por objetivo apresentar o bairro Núcleo Rio Doce, localizado do município de Trombudo do Contestado/SC (Lebon Régis), de modo que foi realizado um levantamento sobre o bairro, desde a sua formação territorial até os dias atuais, por meio de entrevistas com os moradores, com a assistência social, com a assistência de saúde e funcionários da prefeitura municipal, detectando a pobreza e a fome que assola os moradores do bairro.

#### 4.1 QUE DOCE É ESSE

O bairro Núcleo Rio Doce (NRD) é o território desta pesquisa. O bairro está localizado no município de Trombudo do Contestado (Lebon Régis), no Estado de Santa Catarina. NRD é o maior bairro do município e foi fundado na administração do então prefeito Raulino Bonatti no ano de 1991. Recebeu esse nome porque o rio Doce passa na lateral leste do bairro (no anexo A está a lei de criação do bairro). Um dos objetivos iniciais da criação do bairro foi o de retirar a favela existente no bairro Santa Terezinha, mas isso não ocorreu. Os habitantes mais vulneráveis permaneceram e outro local com vulnerabilidade social se formou, originando o bairro Núcleo Rio Doce (ENTREVISTA COM ADAIR MATTOS, 2019).

No mapa 02 da página 60, observa-se a distância do bairro em relação à área urbana do município, o que dificulta algumas atividades dos moradores do bairro. Segundo Adair Mattos (2019), essa distância ocorreu pelo fato de que nos objetivos iniciais para a construção do bairro estava a implantação de uma área industrial, um parque de exposição e por fim, um residencial de baixa renda.

Apesar da criação do bairro ter ocorrido em 1992, a distribuição das casas se iniciou em 1997. Não se tem registros de quais foram os critérios utilizados para doação das casas para as famílias. Na figura 14, observa-se a preparação do terreno para iniciar as construções.

**FIGURA 14:** Terraplanagem do terreno do bairro Núcleo Rio Doce.



**FONTE:** Acervo pessoal de Adair Mattos, s/d.

Adair (2019) relata que, a princípio teve o cadastro das famílias com baixa renda residentes no município, e em seguida os preenchimentos das fichas cadastrais (ver anexo B). O primeiro lote de casas foi entregue nos meses de janeiro e fevereiro de 1997, e o segundo lote de casas em março de 2002. Na figura 15 estão ilustradas as primeiras casas construídas, sendo que elas eram de blocos de concretos e possuíam banheiro em seu interior. Assim, se dava início à formação do bairro Núcleo Rio Doce.

**FIGURA 15:** Primeiras casas construídas no bairro Núcleo Rio Doce.



**FONTE:** Acervo pessoal de Adair Mattos, s/d.

Atualmente, o bairro NRD conta com 535 matrículas registradas (Adair, 2019), com um total de 2.117 moradores, sendo que 468 são crianças de 0 a 9 anos, segundo a enfermeira responsável pelo bairro Cristiane Scussiato. O bairro possui uma Unidade Básica de Saúde, uma escola de Ensino Infantil, uma escola de Ensino Fundamental I e um local de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

O bairro NRD não possui pavimentação em suas ruas e as casas encontram-se em situações precárias. Dias e Oliveira (2012, s/p) descrevem o bairro:

Ao que tudo indica, a rotina dos moradores alterna momentos de tensão e violência com uma calma decorrente da falta de opções de comércio e lazer que, aliado a paisagem de poucas ruas pavimentadas, sem calçadas e arborização, conferem ao lugar um cenário de desleixo e pobreza muito semelhante, nestas características, aos bairros residenciais de baixa renda dos centros urbanos. A diferença fica por conta da localização – no limite urbano e do tamanho dos terrenos, que no Núcleo do Rio Doce são significativamente maiores do que nos

grandes centros urbanos e abrigam hortas e animais domésticos conferindo uma paisagem “rural-urbana”.

Na atualidade, o número de moradores do bairro NRD está aumentando, como já foi dito pelo entrevistado Adair Mattos, que isso ocorre devido aos empregos temporários. Mas para Jozelina, isso ocorre também pelo aumento dos familiares com casamentos:

Ali dá pra notar o aumento do bairro. É o seguinte, já andei pesquisando isso aí também, é assim, uma família tinha duas moças e um rapaz, o que aconteceu, o meio deles ali é né, namoraram com um ali do Doce, emendaram uma casinha, ali já formou um casal, o outro casal já emendou outra casinha atrás da casa da mãe, ali já tiveram filho, assim que tá crescendo a população. Tem bastante gente que vem de fora, mas a maior parte que já notei isso aí, já vi porque eu vou nas ruas, saio ali sabe, vou nas casas, então o aumento é por isso. Às vezes a guria de quatorze anos se junta com fulano, daí engravida e não dá certo, mas já faz um puxado, uma peça, pode notar que tem bastante casa que tem os galinheirinhos, eu falo galinheirinhos (risos), e é isso aí, gente que não consegue serviço lá em Caçador, lá não sei onde, vem pra cá. Vem à procura de emprego, aqui tem coisas temporário né.

Esse aumento dos moradores no bairro acaba causando moradias irregulares, porque a maioria desses indivíduos não tem condições socioeconômicas (ver a figura 16). Em visita ao bairro, notou-se a falta energia elétrica e água em algumas residências, assim como banheiros no interior das casas. O bairro não possui farmácias e áreas de lazer, e as pessoas buscam conforto nas igrejas, uma vez que elas estão presentes em grande quantidade.

**FIGURA 16:** Habitações do bairro Núcleo Rio Doce, no município de Trombudo do Contestado.



**FONTE:** Pereira, 2018

O bairro NRD possui um minimercado para atender a população que tem condição de comprar mercadorias, e as melhores residências estão na rua principal do bairro, porém ainda não possui asfalto, assim como o restante do bairro, conforme é possível visualizar na figura 17, e uma pequena serralheria quase nas últimas ruas do bairro. Quando os moradores precisam de serviços que o comércio do bairro não pode oferecer, eles “descem para a cidade” – esse é o termo que utilizam para se designar aos bairros mais centrais do município -, e assim a população sobrevive.

**FIGURA 17:** Rua principal do bairro Núcleo Rio Doce.



**FONTE:** SILVA, 2019.

Segundo a secretária da Assistência Social Nilcéa do Vale Rocha Hanna, trabalham no bairro duas equipes técnicas da Secretaria de Assistência Social, o CRAS, composta por assistente social e psicólogo, além do trabalho realizado pelos profissionais da APAE e do Judiciário. Nilcéa explica que o município conta apenas com a Atenção Básica, que se trata do atendimento à população via PAIF (Programa de Atenção Integral à Família) e é desenvolvida pelo CRAS. Apesar do Município não possuir CREAS, o serviço é ofertado através da equipe técnica da gestão (HANNA, 2019). A secretária da Assistência Social não soube responder quais são os tipos de trabalhos desenvolvidos pelas pessoas moradoras do bairro NRD que estão empregadas.

Com relação aos problemas enfrentados pelos moradores do bairro, não se teve respostas da Assistência Social, porém a enfermeira responsável pelo bairro, Cristiane Scussiato, fez a colocação dos assaltos, uso de drogas, os cães de rua, a falta de saneamento básico, as estradas sem pavimentação e a falta de transporte para o centro da cidade. Para Adair Mattos, os maiores problemas dos moradores estão ligados às questões sociais, à falta de saneamento básico, à pavimentação (já citados pela Cristiane), aos banheiros (em boa parte das residências não possuem banheiro no interior), às áreas de lazer e oportunidade de trabalho, citando como exemplo “costureira, pequena indústria e outros” que teria como objetivo empregar a comunidade no local.

A assistência social foi questionada sobre o índice e os tipos de violências que acontecem no bairro NRD, e a resposta dada foi: “não possuímos a referida informação, sugerimos que realize a busca no Site do IBGE” (HANNA, 2019). É importante ressaltar que as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística são municipais e não trazem dados dos bairros. Para Jozelina (2019), que mesmo sem ter dados, a violência é constante. Ela destaca as questões relacionadas às drogas e também à violência para com algumas mulheres e crianças. *“Daí as crianças, tem também assim, pais que batem nas mães, nem é pai, a maior parte é padrasto, daí bate na mulher, as crianças já não são filhos dele e acaba apanhando também”*.

Há projetos de saúde sendo desenvolvidos no bairro, que segundo Scussiato (2019), tem o Projeto Atividade Física que visa incentivar a prática de atividades físicas, porém teve pouca adesão da população; tem o Grupo de Tabagismo, com o objetivo de cessar com o tabaco e os resultados foram ótimos e muita adesão; a Horta Comunitária, que tem por objetivo promover a alimentação saudável, sendo que o projeto ainda está em andamento; o Grupo de Saúde mental que visa reduzir uso de antidepressivos, mas teve pouca adesão; Grupo de gestantes, que prepara gestante para o parto, amamentação e cuidados com o filho. Esse projeto teve muita adesão e ótimos resultados; e também há um projeto de distribuição de verduras, mas esse não é da Unidade Básica de Saúde.

Segundo o site da prefeitura de Trombudo do Contestado (Lebon Régis) (2019), o atual prefeito Douglas Mello negociou a instalação de uma

unidade do Serviço Social do Comércio (Sesc) no município, o que se realmente acontecer, será um grande passo para o desenvolvimento social da população, porém é necessária a realização da inclusão dos indivíduos de classe social mais baixa, pois o Sesc, apesar dos seus benefícios, tem alguns pontos negativos, como a exclusão de alguns grupos da sociedade, como descreve o colunista Daniel.

[...] o Sesc tem todo o clima de lugar classe média de novela da Globo. Limpo, asséptico, os funcionários uniformizados e servis, uma boa ação vez ou outra – como abrir um dia para uma turma de escola pública – e a quase ausência de negros entre os clientes do lugar. Na verdade, há alguns negros, os que se deram “bem na vida” (segundo a lógica da meritocracia canalha brasileira), o que não há – fora da área de serviços – são pessoas pobres, diversidade social – e mesmo cultural. Aí ouço de meus colegas de classe elogiarem o Sesc por ele ser “popular”, porque os ingressos são baratos – e assim a elite brasileira descolada vai forjando sua noção de povo [...] (GORTE-DALMORO, 2017, s/p).

Para Jozelina, a instalação dessa unidade não atingirá o bairro NRD:

“Diz que é para vir o Sesc, mas é para o centro, mas assim, tudo que é projeto que vem não abrange lá (NRD), tem que ser uma coisa específica para o bairro. Doce é excluído, já tem aquela coisa né “não eles não têm o potencial pra isso”, então assim, o que é o serviço deles, cebola, alho, diarista. Só que acaba a safra, às vezes ali três meses passam até melhor, de repente (não tem mais). Não tem diária para todos, mas assim, tem muitos que é preguiça mesmo, tem muitos que já desenvolveu aquele tipo de vida né, não se encoraja, já acostumou”.

Nota-se nesta fala, em que a entrevistada tenta mostrar como o bairro Núcleo Rio Doce é invisível e como as pessoas já construíram uma imagem negativa e generalizada dos moradores do bairro, que a Jozelina também possui uma imagem já construída desses indivíduos, a imagem de que são indivíduos preguiçosos e acostumados a viver com pouco, sendo essa, a percepção generalizada que a população do município tem dos moradores do bairro. Para Goffman (1988), a estigmatização é uma marca física ou abstrata que diferencia o normal do anormal. A marca origina a “percepção” de que o

outro é inferior, incapaz e inapto, e a partir daí ocorre uma ação de estigmatização.

O próximo subcapítulo trouxe os relatos dos moradores em relação à situação de empregos, de moradia do bairro NRD e como conseguem sanar as suas necessidades básicas.

## 4.2 A TERRA, A CASA E O PÃO

Este subcapítulo tem o objetivo de mostrar como os moradores do bairro Núcleo Rio Doce conseguiram suas residências e como conseguem o alimento de cada dia, além de apresentar como são as atuações do poder municipal para minimizar a pobreza da população local. O subcapítulo contém entrevistas com moradores e funcionários públicos da assistência social, da saúde e da prefeitura.

A princípio, é necessário entender a atuação do programa Lar Legal, quando no ano de 2016 foram realizadas 535 escrituras de terrenos no bairro NRD no mandato de Ludovino Labas. O Programa Lar Legal surgiu como:

Um processo de intervenção pública, que tem por objetivo legalizar as áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a legislação ambiental, urbanística, civil e registral (loteamentos irregulares e clandestinos), cujos moradores não possuem o reconhecimento formal de sua posse (títulos de propriedade emitidos pelo cartório de registro de imóveis) (GOVERNO DE SANTA CATARINA, s/d).

O programa Lar Legal é destinado a pessoas que possuem cadastro no Cadastro Único (CadÚnico) e que recebem uma renda familiar de até três salários mínimos. Lebon Régis (Trombudo do Contestado) foi a terceira cidade de Santa Catarina a ser beneficiada pelo Programa Lar Legal (AGÊNCIA AL, 2016).

O bairro NRD possuía muitas residências irregulares que foram regularizadas pelo programa Lar Legal. Tal fato se deve à chegada de novos moradores à procura de emprego, que segundo Adair (2019), em função de o município ser economicamente agrícola “necessita de mão de obra não especializada para trabalhar nas lavouras, sendo que esses serviços são temporários”. Ainda complementa que “por esse motivo, essas pessoas de

outros municípios ficavam no bairro e como não foi dado o devido direcionamento do bairro, o pessoal foi invadindo o restante do bairro” (MATTOS, 2019). Esse processo dos indivíduos saírem de seus municípios em busca de empregos em outros locais se caracteriza como desterritorialização e reterritorialização. Para Haesbaert, as desterritorializações são baseadas em quatro aspectos:

[...] numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), “técnico-informacional” (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-cultural). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distancia, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida (HAESBAERT, 2002, p.132).

O que os fazem processos com relações complexas. “A desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra [...]” (HAESBAERT, 2002, p. 133).

Quando esses indivíduos, que já passaram pelo processo de desterritorialização e reterritorialização, chegam ao bairro NRD e se deparam com outros indivíduos que passaram pelo mesmo processo que eles e outros que são naturais do local, uma multiterritorialidade marcante no bairro materializa-se.

A existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2004, p. 344).

Em busca de um presente e um futuro melhor, uma parcela das pessoas que chega a Trombudo do Contestado (Lebon Régis) se direciona ao bairro NRD, e quando se finda as colheitas de “cebola, tomate, feijão, alho, milho, soja, exploração de madeira “pinus” e outros” (ADAIR, 2019) esses

indivíduos ficam desempregados, sem ter de onde “tirar renda”. Alguns conseguem emprego em outros municípios, como é o caso do(a) entrevistado(a) 5:

[...] nem me fale de emprego - esposo responde – tô trabaio pra lá de Taquara Verde, porque aqui não tem serviço, só eu trabaio, vou na segunda e volto na sexta, dá 90km, trabaio derrubano pinus, a renda lá é boa. [...] esposa - Essa casa nós compramo do meu pai, na verdade nós pagamo por mês. – Por que morar em Lebon e não onde há o trabalho? – é muito longe né, não conhece ninguém né, e aqui tem, que nem eu pelo menos, tem minha mãe e meu pai aqui né, que mora aqui na frente, o resto da família moram em Santa Cecília, ele tem família que mora aqui também [...].

Outros não têm a mesma “sorte” ou condições de trabalhar por questões de saúde, como é o caso do(a) entrevistado(a) 8:

[...] é complicado emprego, tem as temporadas, não trabalho. Vontade a gente tem, mas a costa não deixa, sou encostado por enquanto. Mora 7 pessoa em casa e uma tá grávida. Situação tá complicada e é geral, então não adianta corre pra lá e pra cá [...].

Para o(a) entrevistado(a) 7, quando não é temporada de colheita, o que resta são os “bicos”, e quem tem o auxílio do Bolsa Família utiliza para sobreviver:

[...] conseguir serviço? Impossível. Aqui se vive de tomate, na safra de tomate você trabalha, faz seis meses ali tranquilo, você tem como sobreviver, passou esses 6 meses, você tem que lutar porque não é fácil, você tem que lutar com tudo que você puder, tudo na honestidade sabe?! Não fazer bagunça. E passar apertado, é uma coisa que se passa muito, nós aqui, eu pelo menos, passo bem apertado, porque não é fácil sabe?! Então, nessa época agora que não tem serviço, porque ainda nem começou, eu tenho o bolsa família, que é o que consigo sobreviver até conseguir alguma coisa. Então serviço, é uma coisa que não se consegue fácil, a necessidade é uma coisa que passa e bastante [...].

A dificuldade de se ter um emprego fixo, que garanta uma renda constante, causa danos às famílias que podem ser compreendidos através dos conceitos de Amartya Sen (2010), em que o autor disserta sobre a pobreza como inadequação de capacidade e pelo baixo nível de renda, que estão

vinculadas devido ao fato de que a renda é um meio de obter capacidade, e as capacidades serviriam para aumentar o potencial produtivo do indivíduo, suscitando um poder para gerar mais renda. Um exemplo disso é que quando, em tese, o indivíduo possui condições financeiras de investir em um curso (seja técnico, de graduação, de informática, de inglês, etc.) terá mais chances de conseguir um emprego que lhe garantirá uma renda, proporcionando assim, novos investimentos.

Analisando as condições socioeconômicas do bairro NRD e as entrevistas até o momento, já se nota que os indivíduos possuem um nível baixo de renda, inibindo suas capacidades. Portanto, segundo os conceitos de Sen (2010), esses indivíduos são definidos como pobres (ver figura 18).

**FIGURA 18:** Residência no bairro Núcleo Rio Doce.



**FONTE:** PEREIRA, 2018.

A pobreza para José Graziano da Silva (2003) não é algo apenas estatístico e/ou biológico, não é “só” o não ter acesso aos bens de consumo, mas sim a privação de cidadania, ou seja, “é consequência estrutural de um

modelo de desenvolvimento que gera privilégios e privações à medida que se expande, ou se retrai, sem regulação social” (SILVA, 2003, p. 50).

Para Santos (2013, p. 45):

A sociedade urbana é dividida entre aqueles que têm acesso às mercadorias e serviços numa base permanente e aqueles que, embora tendo as mesmas necessidades, não estão em situação de satisfazê-las, devido ao acesso esporádico ou insuficiente de dinheiro. Isso cria diferenças quantitativas e qualitativas de consumo.

Quando questionado sobre a alimentação, alguns dos entrevistados declararam que a renda que conseguem no decorrer do mês não é suficiente para se alimentar corretamente, como é o caso do(a) entrevistado(a) 2:

Mas credo, não dá nada, farta e bastante, porque você vê, faz sete anos que sou viúvo(a), não consegui aposentadoria. Recebo 41 reais de bolsa família, pra nós que somos mais pobres, já digo, nós sofre.

Entrevistado(a) 3:

Não, não dá, todos os dias não dá. Faço compra com a pensão do piá, 250 que eu compro de comida não dá. Que nem eu falo pro piá, vamo segurando porque se chega no caixa vamo ter que devolve, não pode comprar o que tem vontade, eu pego o dinheiro dele, levo ele no mercado de novo, e digo pra ele, pegue alguma coisa, mas não pegue muito também. Porque daí ele recebe né, daí dá dó né, ele gosta de comer uns negocinhos diferentes de vez em quando né.

Entrevistado(a) 7:

É só o básico, porque o pobre não tem aquele negócio de comprar aquilo não, você compra o básico pra você viver, sabe, dando pra sobreviver tamo de pé. A dificuldade vem e vorta, às vezes chega apertada no último ali, mas a gente dá um jeitinho e vamo viver. Agora que é cruel aqui é, aqui é um lugar muito difícil de viver [...].

Esses relatos revelam a fome no bairro Núcleo Rio Doce, mesmo a enfermeira afirmando que não há fome entre os moradores do bairro. Quando questionada sobre os problemas nutricionais dos moradores, ela respondeu que apenas alguns idosos apresentaram alguns problemas. Contradizendo a enfermeira, a professora Jozelina, da escola Núcleo Rio Doce, apontou que:

[...] as crianças chegam lá (na escola) e já começam a perguntar pra gente: “prof, que horas vai ser o lanche? Quantos minutos faltam?” Das 8 horas que a gente entra até 15 para as 9h que é o lanche, tem crianças que perguntam dez vezes pra você né: “prof, o que tem de lanche?” Quando a cozinheira vem para contar os alunos, eles já perguntam: “o que é o lanche hoje? Que horas vai sair?” Se ela diz que vai atrasar um pouquinho, eles começam: “ah, mas eu tô com fome”. Sabe, então assim, é uma coisa que no geral. Nas salas dos 5ºs anos que eu trabalho, eu digo que são uns 80% das crianças que vêm nessa situação de não comer nada em casa, de perguntar que horas vai sair o almoço/ lanche.

E ainda apresenta relatos de situações extremas:

[...] um dia, um menino disse assim: “professora, a minha irmãzinha, a mãe levou ela no médico porque ela não caminha”, aí eu perguntei: “quantos anos ela tem?”, e ele respondeu: “tem três anos e meio”. Sabe, daí eu digo assim: “vou falar com a gurua da APAE pra elas levarem ela lá pra ver”. Aí foram lá com a assistente social na casa, eles viram, fizeram uma pesquisa em cima daquela família, sabe o que ela dava para a criança desde que nasceu? Ela não cozinhava um feijão, um arroz, talvez porque não tinha mesmo sabe, a sujeira era fora do comum, ela dava um pouquinho de leite misturado com água. Aquela criança tava com o ossinho saltado, ela não tinha força para caminhar, então ali nós vimos que era da alimentação mesmo. Daí até, acredito que essa criança foi para Casa Lar, foi acolhido ali uns dois meses, aquela criança que, foi para APAE fizeram fisioterapia, estimulação, falta estimulação também né, a criança começou a caminhar [...].

Segundo os conceitos de fome apontados nesta pesquisa, basicamente possuem duas formas de entendimento. A primeira é entendida como a ausência diária de uma alimentação adequada, em que as pessoas morrem lentamente por causa do grande número de doenças que as assolam, provenientes da falta de vitaminas (ver a tabela 01 na página 40). A segunda seria provocada por uma ruína brutal, como guerras, desastres naturais, dentre outros (Ziegler, 2002). É notável a incorporação do primeiro tipo de fome citado acima, a fome estrutural definida por Ziegler (2002) e pela FAO, em que o papel do Estado-Nação é imprescindível. Para Ludka (2015, p. 50), uma criança pode apresentar um corpo aparentemente bem alimentado, com peso correspondente ao das crianças de sua idade, porém pode estar corroída pela má nutrição – estado perigoso que, com a falta de calorias, pode levar à agonia e à morte.

Os poucos relatos apresentados neste subcapítulo, que foram coletados em trabalhos de campo, é uma demonstração da realidade vivenciada por moradores do bairro NRD, e permitem comprovar a existência da fome no território.

Até o momento, notam-se alguns problemas sociais que o bairro Núcleo Rio Doce tem, como a dificuldade do acesso à renda, às moradias inadequadas, e a ocorrência da violência, do uso de drogas ilícitas, da falta de higiene, da fome, da falta de saneamento básico, dentre outros. Por esses motivos, criou-se uma “rotulação” dos outros moradores do município de Trombudo do Contestado com relação aos moradores do bairro Núcleo Rio Doce. Assim, o próximo subcapítulo traz algumas considerações com relação a essas “rotulações” e como o bairro se tornou um território estigmatizado.

#### 4.3 O DOCE SENTIDO: O TERRITÓRIO ESTIGMATIZADO

Este subcapítulo tem por objetivo mostrar o quanto o território do bairro Núcleo Rio Doce é estigmatizado pelo restante da população do município e como essas ações inibem as poucas oportunidades que esses indivíduos têm.

Em um contexto geral, as pessoas têm uma visão negativa em relação ao bairro Núcleo Rio Doce, por esse bairro estar localizado em uma área mais pobre do município, de um território considerado estigmatizado, adjetivo esse, que no dicionário Aurélio é definido como algo negativo, rotulado. O sociólogo Loïc Wacquant desenvolveu uma pesquisa sobre estigmas territoriais e como eles causam inúmeros efeitos nas comunidades. O autor disserta que:

Em primeiro lugar, o sentimento de indignidade pessoal que ele carrega assume uma dimensão altamente expressiva da vida cotidiana, que colore as relações interpessoais e afeta negativamente as oportunidades nos círculos sociais, nas escolas e nos mercados de trabalho. Em segundo, observa-se uma forte correlação entre degradação simbólica e o dismantelo ecológico dos bairros urbanos: áreas comumente percebidas como depósitos de pobres, anormais e desajustados, tendem a ser evitadas pelos de fora, “assinaladas” pelos bancos e corretores de imóveis, desdenhadas pelas firmas comerciais e ignorados pelos políticos, tudo isso colaborando para acelerar-lhes o declínio e o abandono. Em terceiro, a estigmatização territorial origina entre os moradores, estratégias sociófobas de evasão e

distanciamento mútuos e exacerba processos de diferenciação social interna, que conspiram em diminuir a confiança interpessoal e em minar o senso de coletividade necessário ao engajamento na construção da comunidade e da ação coletiva (WACQUANT, 2005, s/p).

É possível observar esses três pontos levantados por Wacquant no território do Doce, no relato do(a) entrevistado(a) 8, em que diz: “*nóis apanhemo porque num temo recurso*”, e também na fala de Jozelina, quando ela diz que: “*tem alunos que terminaram o 5º, 6º ano e saíram dali (do Doce), conseguiram estudar. Aqueles lá estão bem, não estão no Doce mais, fizeram alguma coisa que saíram né*”. Assim, os próprios moradores já criaram o estigma de que é preciso não residir no bairro para ter uma vida melhor. A localização afastada do bairro também se encaixa na descrição do autor citado acima, pois apesar do município ser pequeno, o bairro é visto, por uma parte da população, como “depósito de pobres”.

É o caso das crianças que saem da escola do Ensino Fundamental I (do 1º ao 5º ano), que está localizada no bairro NRD, e vão para a escola do Ensino Fundamental II (6º ao 9º), que está localizada no centro da área urbana do município. Na escola do Ensino Fundamental II estudam os que “moram na cidade”. Segundo os relatos de Jozelina, essas crianças sofrem pelo fato de morar em um bairro mais carente:

[...] ninguém se mistura com eles. Os outros provocam eles, daí eles se reúnem em grupinho. É onde dá machucado direto, porque os da cidade começam a dizer sabe, “fulano é do Doce, neguinho do Doce”. Eles têm o apelido de neguinho do Doce, já tem esse apelido aqui na cidade. Eles ficam irritados é claro, porque tem uns bem ruins de lida [...] já não sentam perto porque dizem que eles fedem fumaça (os moradores possuem fogões a lenha, pois alguns não tem condições financeiras para comprar o botijão de gás) (Grifos da autora).

Para Paiva (2007, p. 78), essa classificação dos moradores implica na criação de um espaço marcado pelos sentimentos de indignidade pessoal, pois as formas de representar e sentir o mundo social estão relacionados não apenas à sua dimensão classificatória, mas também à sua dimensão de representação incorporada, que passa a fazer parte do imaginário dos próprios moradores locais.

A forma como essas crianças e também os adultos são tratados, devido ao local em que residem, causa sérios problemas nas relações sociais. Ao adicionar os problemas econômicos e tantos outros problemas pessoais que passam, essas pessoas acabam entrando em depressão ou algum vício como o alcoolismo, entre outros, ou colocam as suas forças no que definem como divino. Isso explica o fato de o bairro conter muitas igrejas protestantes (ver figura 19), retratando uma conexão com os anos anteriores e no decorrer da Guerra do Contestado, em que faltavam as forças do Estado para o auxílio dos moradores, e por isso, eles colocavam suas esperanças nos Monges, sendo algo lhes proporcionavam força para continuar seguindo a vida.

**FIGURA 19:** Igrejas protestantes no bairro Núcleo Rio Doce



**FONTE:** SILVA, 2019.

A “fama” criada, “*porque ali tem os grupinhos de gangue, vamos dizer assim né*”, é generalizada por todo o bairro, é como se todos fossem membros das “gangues”, e como se essas “gangues” só existissem dentro do bairro NRD e não nos outros bairros. Talvez os moradores dos outros bairros do município não percebam o quanto estigmatizam o território do Doce em suas falas, pois isso já se tornou algo “comum”. Entretanto, é algo que “afeta diretamente as oportunidades dos moradores no contexto da cidade, não restando a eles, aparentemente, alternativa diante de algo consumado” (Paiva 2007, p. 80).

Para Paiva (2007), os territórios estigmatizados classificados como perigosos e violentos implicam na redução das diferenças sociais, em que ninguém pode ser inocente até que o outro tenha plena certeza disso. Um exemplo são as crianças da escola, que segundo a Jozelina: “*tinha uma diretora da escola, e ela rotulava as crianças. Ela dizia assim: “já tem cara de marginal, veio aqui tem que fazer isso”. Nós fizemos um abaixo assinado e tiramos ela. Nós estamos lá para tirar esses rótulos*”.

Também foi verificado em trabalho de campo que o território do bairro NRD possui múltiplos territórios, em que há casos de moradores que possuem condições financeiras melhores do que outros. É notável essa segregação no bairro pelas construções das casas, sendo que algumas são feitas de alvenaria, outras com madeiras e algumas se assemelham a barracos. Dentro desses territórios existem os estigmas entre os moradores, estigmas de “*um bairro que é bem cruel*”.

Mesmo com os poucos empregos que o município possui, sendo a maioria dos empregos temporários, os moradores do Doce são tidos praticamente como “vagabundos”:

[...] o pessoal do Doce são muito é vagabundo, não é esse o termo, eles não querem trabalhar sabe, eles querem moleza. Vão lá, ficam uma hora ou duas, aí você não pode se firmar, “eu tenho tantos funcionários, preciso desse tanto”, vão trabalhar uns 4, 5 dias e não vão mais, daí o pessoal não chama porque agora é obrigado fichamento, aí ficham e “desficham”. É caro fazer toda a documentação, eles pagam o salário do trabalhador, mas lá tem que pagar o escritório, contabilidade né, então eles não querem mais o pessoal daqui.

Josué de Castro (1984) aborda que a falta de nutrientes no corpo humano causa um mau funcionamento no organismo, aumentando assim a probabilidade do indivíduo não ter ânimo para desempenhar as atividades cotidianas, diminuindo a durabilidade e qualidade da própria vida, afetando o psicológico, a capacidade de trabalhar, entre outros. Sendo assim, o fato de alguns indivíduos não conseguirem desempenhar suas atividades, pode ter uma explicação científica e não apenas suposições. É indispensável uma averiguação mais profunda que demanda a união de diferentes áreas, como a saúde, a educação, assistência social, e outras, para que se possa dar um diagnóstico mais preciso e uma resposta palpável que não os estigmatize mais.

Os rótulos criados para as pessoas vedam a possibilidade desses indivíduos serem vistos como seres humanos que têm sentimentos, dores, vontades, medos, amores e problemas, sendo que são essas pessoas que ajudam os vizinhos mesmo tendo pouco, como é o caso do(a) entrevistado(a) 6, que perdeu a visão e até o dia da entrevista, a assistência social não tinha ido ajudá-lo, sobrevivendo com a ajuda de seus vizinhos. Escorrendo lágrimas de seus olhos, disse: *“como diz, tô aqui levando a vida, é o zoto me ajudando, um traz arroz, outro feijão, outro cozinha. A gente estranha não enxergar né”*.

Por fim, além das condições socioeconômicas e moradias insalubres, esses moradores precisam provar constantemente que não fazem parte de gangues, ou que não estão nessas condições por escolha própria. São “obrigados” a ouvir que não trabalham porque recebem o Bolsa Família, porém alguns são impossibilitados de trabalhar, isso quando há onde trabalhar. Para alguns moradores, o benefício é um complemento que ajuda, como relata a(o) entrevistada(o) 7: *“oia, eu não digo que eu viva por isso sabe?! Ah eu num vou trabalhar porque tenho bolsa família (ironia), mas se chegarem cortar eu dou meus pulo, que fica mais difícil fica”*. Até quando precisam de ajuda para a cesta básica vinda da assistência social precisam provar que não estão mentindo. Segundo relatos da(o) entrevistada(o) 7:

[...] mais olha, eu vou te contar uma coisa, eu não sou de andar pedindo, não por orgulho, porque eu tenho duas perna e duas mão e sou sadia pra trabaia, mas se depender daquelas assistência social, você vai morrer de fome, porque ali, se você não tive com o zóio no fundo de fome, eles não te dão nada. Não te dão nada porque daí eles têm que vim fazer visita, ver

quantos fios você tem, porque no caso se você vai lá, é porque precisa, não porque você vai lá mentindo. Eu tive uma experiência assim e não é fácil, eu fui lá, se fosse pra eu ir mentir lá não tinha ido. Se depender de lá, morre de fome, eu dou meus pulos e não peço, não sou mais que ninguém, mas não peço.

Para a(o) entrevistada(o) 8:

[...] desci lá e disse “olha, eu não sou de pedi, mas hoje eu quero, porque eu num sei roubar, nunca pedi nada, mais hoje eu preciso”. Mai daí eu tinha que ir lá na delegacia tirar tudo o que foi levado aqui pra eis pode me dá uma coisa. Que nem eu disse pra elas: “seis acha que eu vim aqui pa menti, eu não vim aqui pa menti, falo a verdade”. Eu tive que ir lá tirar um atestado da polícia pra eu poder pega as coisas ainda, veja bem como é a situação aqui pra nós. Nos outro lugar num acontece, que nem eu tive em Caçador por 8 meis, tava mal de emprego, não conseguia, daí fui lá leva minha carteira, daí ela disse: “então cada meis você vem aqui busca”. Lá tem, eis não escoi as pessoa, eles olha a carteira, mas aqui eis não pede. Que nem eu digo, isso aqui é uma coisa nosso, que eles mandam, só que não tem, tem mais é escoído as pessoa, que nem nós aqui, somo uma turma, somo desempregado né, então, as veiz vai lá e tem que passa 3, 4 veiz pra trazer uns quilinhos.

Não se teve respostas da assistência social quanto aos critérios utilizados para a distribuição das cestas básicas. Novamente se vê o descaso do poder público e a rotulação dos moradores do bairro.

É importante que aconteça uma reeducação da população, tanto das pessoas que ocupam cargos públicos para saberem lidar com a população mais carente sem estigmatizá-la, quanto da população discriminada, para que os moradores do bairro NRD possam ter mais oportunidades, sejam respeitados e não se sintam coagidos pelo restante da população do município, tendo assim, a sua liberdade de estudar, de trabalhar e de viver uma vida com dignidade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se nesta pesquisa identificar e compreender a fome no bairro Núcleo Rio Doce que está localizado no município de Trombudo do Contestado/SC (Lebon Régis). O território é marcado pela Guerra do Contestado (1912- 1916), uma vez que sustentou as principais batalhas entre os caboclos e a República, restando vestígios físicos e simbólicos, como o cemitério na Serra da Boa Esperança, o Crematório de Perdizinhas, as grutas do Monge, as rezas, o uso de ervas como o chá de vassourinha, dentre outros, assim enriquecendo e fortalecendo a cultura do ser caboclo. Este Território, que outrora foi tão disputado em guerra, agora é esquecido pelas forças do poder público, marcado pela pobreza e pela fome.

A fome assola a sociedade desde os primórdios do tempo, mas Castro (1961 p. 79) deixa claro que “demonstrar que a fome, apesar de constituir fenômeno universal, não traduz uma imposição da natureza. [...] não são as condições naturais que conduzem os grupos humanos à situação de fome, e sim certos fatores culturais, produto de erros e defeitos graves das organizações sociais em jogo”. Portanto, a fome não é consequência de uma baixa produção de alimentos, mas das condições financeiras da população, em que poucos têm muito, e muitos têm pouco.

A fome determinada pela inclemência da natureza constitui um acidente excepcional, enquanto que a fome como praga feita pelo homem constitui uma condição habitual nas mais diferentes regiões da Terra: toda terra ocupada pelo homem tem sido por ele transformada em terra da fome (CASTRO, 1961 p. 79).

A fome detectada no bairro núcleo Rio Doce é definida como fome estrutural (Ziegler, 2002), que é referente à estrutura - ou a falta de estrutura - do governo, é inerente a sociedade, sucede pela falta de alimentos que acarretam em diversas consequências, tais como doenças e até à morte.

Havia expectativa de um progresso na área alimentar brasileira, porém o que houve foi um retrocesso no segundo dia do ano de 2019, o qual o presidente extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que trabalhava em defesa da manutenção das políticas públicas de

combate à fome e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Em nota de repúdio ao ato do atual presidente do Brasil, a Associação Brasileira de Nutrição (Asbran) relembra que foi em um dos debates promovidos pelo CONSEA que surgiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que tem como um dos objetivos promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

Ressaltando que o PAA é um programa que atende o município de Trombudo do Contestado e a escola do bairro Núcleo Rio Doce, em que a maior parte da população está vivendo em situação de pobreza, e isso inibi, em alguns casos, a possibilidades de uma alimentação adequada e de qualidade. Possivelmente, (comprovado por relatos no decorrer do trabalho) algumas crianças só terão aquele alimento ou será o único alimento de qualidade consumida no decorrer do dia.

Constatou-se que há falta de preparo com relação à assistência social em alguns momentos, justificado pelo grande número de famílias em situação de pobreza no município e tendo poucas assistentes sociais para atender a todos. Porém, o fato de não saberem responder questões sobre o PAA, sobre as questões de violência no bairro NRD, sobre possíveis trabalhos exercidos pelos moradores do bairro e até mesmo um levantamento do número de moradores e de crianças que residem no território, que são fatores imprescindíveis para a elaboração de novos projetos de assistência aos moradores e até mesmo para a distribuição de cestas básicas, mostra o despreparo das assistentes sociais. A ignorância dessas questões corrobora para que não se atinja os objetivos de uma sociedade menos desigual e da promoção do bem-estar físico, psicológico e social dos indivíduos, pois não sabem ou não quiseram informar as reais situações vivenciadas pela população.

Por ser um bairro com vulnerabilidade social onde uma parcela da população, infelizmente, foi afetada pela violência e pela droga, assim como em todo o território municipal existe a violência e o uso de drogas, generaliza-se essa imagem e percepção para com todos os moradores do bairro, e assim, todos os moradores recebem variados tipos de preconceitos e de adjetivos como preguiçosos, bandidos, neguinhos do doce, sendo uma questão racista e social que está implícita na sociedade.

Algumas pessoas tentam minimizar essas questões. Porém mesmo sem saber, e talvez sem querer, essas pessoas apresentam em suas falas o estigma do bairro e dos moradores, colocando isso como natural. É necessária uma mudança nos hábitos de suas falas, mas primeiro, é mais necessária ainda, uma mudança em suas compreensões e visões do ser humano, porque antes de serem criminosos, drogados, e outros, essas pessoas são seres humanos, que sentem fome, frio, sede, amor e tristeza, ou seja, são como qualquer outra pessoa. Sendo assim, é preciso julgar menos e ajudar mais.

A função da escola se torna fundamental, sendo não somente o local de ensino e aprendizado, mas também aonde muitos vão para se alimentar e ter o carinho que os(as) professores(as) podem oferecer. Portanto, é preciso que tenham profissionais de qualidade, que estejam preparados para lidar com a realidade vivenciada pelas crianças, pois como citado acima, são crianças que não se alimentam corretamente, que possuem lares desestruturados e algumas convivem diariamente com a violência doméstica.

Esses profissionais precisam desconstruir a imagem que se construiu dos moradores do Doce, principalmente em se tratando de crianças, pois pode ser um processo que causará traumas, inibindo que prossigam estudando, e quanto maior for a chance dessas crianças estudarem, de terem acesso a uma educação básica de qualidade, maiores serão as chances de se afastarem da violência e da pobreza. Além dos programas de transferência de renda, é necessário um investimento na educação e na saúde do município para que se obtenham bons resultados no que tange a amenização da pobreza e conseqüentemente da fome.

Um dos problemas colocados como justificativa da pobreza do bairro foi a migração em épocas de colheitas. Portanto, é o momento de começar a responsabilizar esses produtores e criar regras e leis, para que as pessoas que trabalham tenham o mínimo de condições para viver, além de que, esses produtores, contratem pessoas que já residem no município e estão desempregadas, ensinando-os e preparando-os para que possam exercer as funções, pois se tem mão de obra no município, não é necessário buscar mão de obra em outras localidades para deixarem esses moradores desamparados.

Diante dessa conjuntura, uma opção seria a implementação de cursos preparatórios para os moradores, mas é necessária a inclusão do bairro NRD,

pois em uma das falas nas entrevistas, explanou-se sobre a exclusão do bairro de alguns projetos. Cursos como empreendedorismo social, corte e costura, informática, dentre outros ofertados por instituições que se pode fazer parcerias e que podem ser implantadas no município.

No momento de finalização desta pesquisa, tivemos a notícia da conquista da instalação de uma unidade do Sesc no município de Trombudo do Contestado. Espera-se que se utilize desse instrumento para a inclusão das crianças e adolescentes do bairro Núcleo Rio Doce, para que possam ter oportunidades num futuro próximo e distante, e assim, não se distanciem das escolas e nem sofram bullying por terem condições socioeconômicas diferentes do restante da população. Que um fogão a lenha possa servir de exemplo e orgulho e não de vergonha. Que ser chamado de “neguinho do doce” se torne algo que cause indignação à população. Que as pessoas aprendam o respeito e o amor ao próximo.

Dados como o de saneamento básico retirados de sites governamentais se divergem do que foi encontrado em campo e nas entrevistas. Um exemplo é o próprio bairro NRD, que não possui rede de esgoto e muitas residências só têm energia e água porque dividem ilegalmente com os vizinhos.

O básico para ter uma vida digna está sendo retirado da população, pois parte das moradias são precárias e grande parte das famílias não possui renda para se alimentar corretamente. O bairro NRD se caracteriza como um território econômico, político, cultural e natural, onde as relações dos indivíduos com o meio são constantes e as relações de poder se sobressaem ressaltando os problemas socioeconômicos. Mas, mesmo diante disso, é um povo que não deixa de acreditar na sua cultura, não perdem a fé no monge, nem a vontade de sentar em torno de uma fogueira que queima o pinhão que irá alimentá-los e contar as histórias dos antepassados que lutaram bravamente na Guerra do Contestado.

Depois de mais de 100 anos o bairro Núcleo Rio Doce é retrato atual da Guerra do Contestado, uma população cabocla a mercê da própria sorte, esquecidos pelo poder público buscam esperança na fé em algo maior, aguardando uma nova revolução, em busca de seus direitos.

O cenário brasileiro é triste, e para muitos sem esperança, pois cada dia se perde um direito. O fato é que, quem realmente pode mudar a vida dessas pessoas, que são os políticos eleitos por nós, do prefeito ao presidente, que detêm o poder de mudar para melhor a vida de cada pessoa que não sabe se terá alimento da próxima refeição, são os que decidem o futuro de cada brasileiro. Todavia, parte desse poder está na mão dos poderosos, sendo governado pela elite e para elite, para grandes empresas e para o capital, enquanto que os famintos só pensam em não “*abaixar a cabeça, os passarinhos (os filhos) querem beber água*”, a fome assola não é por falta de produção de alimentos, e sim pela má distribuição, não apenas dos alimentos, mas de renda, que está concentrada numa pequena parcela da população.

Apesar de tantos direitos perdidos, e a humanidade parecer insana e perdida, ainda tenho esperança, pois aprendi com os caboclos a não desistir, e assim seguiremos todos juntos. O Contestado vive.

## BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é a fome**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. 116 p.

ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

ADAS, Melhem. **A fome, crise ou escândalo?** 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1988. 103 p.

AL, Agência; ESPINOZA, Marcelo. **Mais 535 famílias são beneficiadas pelo Programa Lar Legal no Meio-Oeste**. 2016. Disponível em: <[http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia\\_single/mais-535-familias-sao-beneficiadas-pelo-programa-lar-legal-no-meio-oeste#!prettyPhoto](http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/mais-535-familias-sao-beneficiadas-pelo-programa-lar-legal-no-meio-oeste#!prettyPhoto)>. Acesso em: 02 dez. 2018.

AMARP. **Conheça a Associação dos Municípios do Alto Vale Do Rio do Peixe**. 2018. Disponível em: <<https://www.amarp.org.br/>>. Acesso em: 05 set. 2018.

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela Doin de. **A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia**. In: Ambientes: estudos de geografia. (org) Lúcia Helena de Oliveira Gerardi. Rio Claro: Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia teórica – GETEO, 2003. p. 235-248.

Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios / organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Lúcia Modesto. Editora Brasília: Ipea, 2010. 2 v. (344p.).

BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO. **Asbran repudia medida do governo que altera Losan**. 2019. Disponível em: <<http://www.asbran.org.br/noticias.php?dsid=1850>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN Institucional**. 2019. Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

CAPARRÓS, Martín. **A Fome**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

CASTRO, Josué de. **Fome: um tema proibido**: Últimos escritos de Josué de Castro / Ana Maria de Castro (org). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 239 p.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CASTRO, J. **O Livro Negro da Fome**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

CASTRO, Josué de. **A alimentação brasileira á luz da geografia humana**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa do estudante do Brasil, 1953.

CASTRO, J. **Geopolítica da Fome: Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo**. 6ª ed. v.1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

CERQUEIRA, Alves. **A Jornada de Taquarussú (feito guerreiro)**: contribuição ao estudo da História Militar. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1936.

CLAVAL, P. **O território na transição da pós-modernidade**. In: Revista Geographia. Ano 1 – nº2, 1999.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO, 1974, Roma. **Declaración Universal Sobre la Erradicación del Hambre y la Malnutrición**. Roma: ONU, 1974. RES 3348 (XXIX). Disponível em: Acesso em: 12 agosto 2017.

DIAS, Vera Lucia Nehls; OLIVEIRA, Gustavo Moresco de. **HABITAÇÃO EM PEQUENAS CIDADES: O CASO DE LEBON RÉGIS/SC/BRASIL**. Disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/55.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2018.

DELEUZE, G; GUATTARI F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 4. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Ed.34, 1997.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 4ª ed. – São Paulo: Global Editora, 1981.

FELDMAN, Sergio Alberto. **Virgens Messiânicas**: A Participação Feminina e Imaginário Religioso no Movimento do Contestado 1912-1916. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.

FLORIANÓPOLIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **PARECER COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA Procedimentos do Plano Estadual de Regularização Fundiária**. 2017. Disponível em: <[https://www.amavi.org.br/sistemas/pagina/setores/planejamentoterritorial/arquivos/2017/Lar\\_Legal\\_Parecer\\_ALESC.pdf](https://www.amavi.org.br/sistemas/pagina/setores/planejamentoterritorial/arquivos/2017/Lar_Legal_Parecer_ALESC.pdf)>. Acesso em: 02 dez. 2018.

FRAGA, N. C. **Contestado em Guerra: 100 anos do Massacre in sepulto do Brasil**. Florianópolis: Ed. Hemisfério Sul, 2012. FRAGA, N. C. **Contestado, o território silenciado**. Florianópolis: Insular, 2009.

FRAGA, N. C. **Contestado, o território silenciado**. Florianópolis: Insular, 2009.

FRAGA, N. C. **Vale da Morte: O Contestado visto e sentido. Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná**. Blumenau: Ed. Hemisfério Sul, 2010.

FRAGA, N. C. **Território e silêncio. Contributos reflexivos entre o empírico e o teórico**. In: FRAGA, N. C. (Org). **Territórios e Fronteiras - (Re)Arranjos e Perspectivas**. Florianópolis: Editora Insular, 2011.

FRAGA, N. C. **Serra da Boa Esperança, geografias de um território revisto e (re)sentido do Contestado**. Disponível em: <http://desacato.info/serra-da-boa-esperanca-geografias-de-um-territorio-revisto-e-resentido-do-contestado/>. Acesso em 05 set. 2018.

FRAGA, N. C. **Coração do Contestado: o reconhecimento e os desafios de um município catarinense, palco central da Guerra do Contestado**. 2018. Disponível em: <http://desacato.info/coracao-do-contestado-o-reconhecimento-e-os-desafios-de-um-municipio-catarinense-palco-central-da-guerra-do-contestado/>. Acesso em: 05 set. 2018.

FRAGA, Nilson Cesar. <https://www.clickriomafra.com.br/noticias/noticia-do-leitor/coracao-do-contestado-o-reconhecimento-e-os-desafios-de-um-municipio-catarinense-palco-central-da-guerra-do-contestado/>. 2018. Disponível em: <https://www.clickriomafra.com.br/noticias/noticia-do-leitor/coracao-do-contestado-o-reconhecimento-e-os-desafios-de-um-municipio-catarinense-palco-central-da-guerra-do-contestado/>. Acesso em: 04 dez. 2018.

FAO. **State of Food Insecurity in the World: Measuring different dimensions of food insecurity**, 2013.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais**. Interthesis - Ufsc, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.1-55, 28 jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604>. Acesso em: 06 agosto 2017.

GORTE-DALMORO, Daniel. **Precisamos falar (criticamente) sobre o Sesc**. 2017. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/gestao-publica/precisamos-falar-criticamente-sobre-o-sesc/>. Acesso em: 28 abr. 2019.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2ª ed. Contexto. São Paulo, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda**. Editora Terra Livre, São Paulo, v. 1, n. 18, jan. /jun. 2002, p.37- 46.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2004.

Heimbürger DC. **Desnutrição e avaliação nutricional**. In: Fauci AS, Kasper DL, Longo DL, Braunwald E, Hauser SL, Jameson JL, Loscalzo J, editores. Harrison Medicina Interna. 17. ed. Rio de Janeiro: Mc Graw Hill; 2009. p.450-4.

HASSIS, Fundação (Org.). **Arte e história da Guerra do Contestado**. Florianópolis: Tempo Editorial, 2014. 92 p.

IBGE. **Censo Demográfico de Santa Catarina**. 1970. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd\\_1970\\_v1\\_t20\\_sc.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t20_sc.pdf)>. Acesso em: 05 set. 2018.

IBGE. **Censo Demográfico de Santa Catarina**. 1980. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd\\_1980\\_v1\\_t4\\_n21\\_sc.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n21_sc.pdf)>. Acesso em: 05 set. 2018.

IBGE. **Censo Demográfico de Santa Catarina**. 1960. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd\\_1960\\_v1\\_t15\\_p1\\_sc.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t15_p1_sc.pdf)>. Acesso em: 05 set. 2018.

IBGE. **Censo Agropecuário**. 2017. Disponível em: <[https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo\\_agro/resultadosagro/index.html](https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html)>. Acesso em: 05 set. 2018.

IBGE. **Lebon Régis**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/lebon-regis/panorama>>. Acesso em: 05 set. 2018.

INCRA. **Superintendência Regional Santa Catarina - SR 10 Assentamentos - Informações Gerais**. 2017. Disponível em: <[http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod\\_sr=10&Parameters\[Planilha\]=Nao&Parameters\[Box\]=GERAL&Parameters\[Linha\]=1](http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=10&Parameters[Planilha]=Nao&Parameters[Box]=GERAL&Parameters[Linha]=1)>. Acesso em: 05 set. 2018.

INSTITUTO DA CIDADANIA. **Projeto Fome Zero**. 2001.

Instituto Interamericano de Cooperação Para a Agricultura. **IICA, FAO y Antigua y Barbuda firman acuerdo para erradicar hambre y pobreza en el país**. Disponível em: <<http://www.iica.int/pt/countries/brasil>>. Acesso em: 11 out. 2017.

IPEA. **Dados do Atlas de desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 09 de agosto de 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

LUDKA, Vanessa Maria. **Contestado, a fome e a pobreza com permanência da guerra: cenário paradoxo no Sul do Brasil**. / Vanessa Maria Ludka. 2016.

MONTEIRO, C. A. **A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil**. Estud. av. vol.9 no.24 São Paulo May/Aug. 1995.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos da Educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

NOSSA L; JUNIOR C. **Esquecida, região vive clima de miséria**. Jornal Estado de São Paulo, São Paulo, 11 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,esquecida-regiao-ainda-vive-em-climade-miseria,834527>. Acesso em: 15 jul. 2018.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. **CONTINGÊNCIAS DA VIOLÊNCIA EM UM TERRITÓRIO ESTIGMATIZADO**. 2007. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6330/1/2007-DIS-LFSPAIVA.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2019.

Plano Diretor de Lebon Régis - **LEI COMPLEMENTAR Nº 68/2010 - DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010**. 2010. Disponível em: [https://static.fecam.net.br/uploads/800/arquivos/1228337\\_Plano\\_Diretor\\_de\\_Lebon\\_Regis\\_\\_SC.pdf](https://static.fecam.net.br/uploads/800/arquivos/1228337_Plano_Diretor_de_Lebon_Regis__SC.pdf). Acesso em: 26 nov. 2018.

RADANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia de trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013.

PROJETO FOME ZERO. **Uma Proposta de Segurança Alimentar para o Brasil**. IC (2001).

Programa Bolsa Família: **uma década de inclusão e cidadania** / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília: Ipea, 2013. 494 p.: gráfs, mapas, tabs.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RÉGIS, Lebon. **Prefeito de Lebon Régis cumpre agenda em Florianópolis em busca de melhorias para o desenvolvimento social e para a segurança pública da população**. 2019. Disponível em: <https://www.lebonregis.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaltem/19525/codNoticia/537755?fbclid=IwAR0095eXdTKijJ3OA2QYLGvUibYEA2fCsg0t0ZDzfrPzQn3eidExocTtbA>. Acesso em: 13 jun. 2018.

ROMÃO, Maurício Costa. **Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil**. In: CAMARGO, José Márcio; GIAMBIAGI, Fábio (Org.). *Distribuição de renda no Brasil*. 2º ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

RUBIM, Sergio. **As mulheres no Contestado**. *Brasil cultura*, 2012. Disponível em: < <http://www.brasilcultura.com.br/sociologia/as-mulheres-no-contestado>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

SAQUET, Marcos Aurélio. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SANTA CATARINA. **Guerra do Contestado: 100 anos de memórias e narrativas**. Florianópolis, 2013.

SANTA CATARINA. SISTEMA DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL. **Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios Catarinenses - 2018**. 2018. Disponível em: <<https://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2018>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002a.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3. ed. São Paulo: Usp, 2013.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERVICE, United States Department Of Agriculture National Agricultural statistics. **Agricultural Statistics Annual**. Disponível em: [https://www.nass.usda.gov/Publications/Ag\\_Statistics/2003/index.php](https://www.nass.usda.gov/Publications/Ag_Statistics/2003/index.php)>. Acesso em: 20 out. 2017.

THOMÉ, N. **O trem de ferro: a ferrovia do contestado**. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

TRATADO DE PEDIATRIA: **Sociedade Brasileira de Pediatria** / organizadores Dioclécio Campos Júnior, Dennis Alexander Rabelo Burns. -- 3. ed. -- Barueri, SP: Manole, 2014.

VÍA CAMPESINA. Soberanía alimentaria un futuro sin hambre. In: **FÓRUM DE ONG PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA**, 1996, Roma. Declaración dirigida a la Cumbre Mundial de la Alimentación. Roma, Itália, 1996. Disponível em: Acesso em: 12 agosto 2017.

VINHAS DE QUEIRÓS, Maurício. **Messianismo e conflito social**. São Paulo: Ática, 1981.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2ª ed., 2005.

ZIEGLER, Jean. **A fome no mundo, explicada a meu filho**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ZIEGLER, J. **Destrução em massa geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez, 2013.

ZIEGLER, Jean. **El derecho a la alimentación, Informe del Relator Especial sobre el Derecho a la alimentación**. Nova York: ONU, 2007. (A/62/289). Disponível em: Acesso em: 12 agosto 2017.

ZIEGLER, Jean. **Informe del Relator Especial sobre el Derecho a la alimentación**. Nova York: ONU, 2008. (A/HCR/7/5). Disponível em: Acesso em: 12 agosto 2017.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A – Roteiro para as questões realizadas aos moradores do bairro Núcleo Rio Doce

- 1 - Quantas pessoas residem da casa?
- 2 - Você trabalha?
- 3 - Existe muitas possibilidades de emprego em Lebon Régis?
- 4 - Caso não tenha emprego fixo, como mantém as necessidades básicas das pessoas que residem na casa?
- 5 - Com a renda que conseguem no mês da para se alimentar bem todos os dias?
- 6 - Recebe o Bolsa Família?
- 7 - Recebe ajuda do município, como cesta básica?

Ao aplicar as questões para os moradores optou-se por deixá-los contar a suas situações vivenciadas no cotidiano, para que falassem o que sentissem a vontade de falar, por exemplo sobre o Bolsa Família nem todos os entrevistados citaram, pois no mês em que foi realizado as entrevistas estava ocorrendo muitos cortes do Programa.

## APÊNDICE B – Roteiro de questões aplicadas para a Secretaria de Assistência Social

- 1 - Quantas assistentes sociais possui o município? Quantas trabalham no bairro Núcleo Rio Doce? Como funciona o atendimento aos moradores do município? E do bairro Núcleo Rio Doce?
- 2 - Qual o total de moradores do bairro Núcleo Rio Doce? Quantos são crianças?
- 3 - Quantos moradores estão desempregados? Quantos estão empregados?
- 4 - Quais são os trabalhos que os moradores realizam?
- 5 - Quais os maiores problemas enfrentados pelos moradores do bairro?
- 6 - Existe distribuição de cesta básica?
- 7 - Quais são os critérios para a cesta básica?
- 8 - Quantas cestas básicas vocês distribuem em todo o município? E no Núcleo Rio Doce?
- 9 - Como está distribuído a verba que vem para a assistência dos moradores?  
- As escolas recebem alimentos dos programas PAA ou PNAE? Caso recebam, como funciona?
- 10 - Quais são os métodos para diminuir a pobreza do bairro Núcleo Rio Doce?
- 11 - Existe algum projeto para o bairro?
- 12 - Qual a taxa de violência do bairro? Quais são os principais tipos de violência?
- 13 - Quais são os programas de distribuição de renda que atendem o município? Existe algum de geração de emprego?
- 14 - Está tendo cortes no bolsa família?
- 15 - Como funciona a porcentagem que é passada para assistência social, em cima do total do que é produzido pelo município?

APÊNDICE C – Roteiro de questões aplicadas para a Enfermeira do Bairro Núcleo Rio Doce


- 1 - Qual o total de moradores do bairro Núcleo Rio Doce? Quantos são crianças?
- 2 - Quais os maiores problemas enfrentados pelos moradores do bairro?
- 3 - Quais os principais problemas de saúde apresentados pelos moradores? Existe a possibilidade de ser devido as condições de saneamentos básicos que o bairro não possui?
- 4 - Existem adultos e crianças com problemas nutricionais, tais como a desnutrição?
- 5 - Quais os projetos que estão sendo aplicados no local? Caso tenha algum, quais os objetivos? Há resultados? Quais são?
- 6 - Existe fome no Doce? Se existe, qual faixa etária é mais afetada?
- 7 - Como funciona o atendimento das assistentes de saúde para com os moradores?

## APÊNDICE D – Roteiro de questões aplicadas para o funcionário da Prefeitura

- 1 - Como foi a distribuição dos lotes do bairro Núcleo Rio Doce?
- 2 - Quais eram os critérios utilizados para doação de um lote a uma família?
- 3 - Como e quando ocorreu a entrega das chaves das casas?
- 4 - As casas eram de madeira ou de alvenaria? Possuíam banheiro no exterior ou no interior da residência?
- 5 - Quais eram os objetivos iniciais do bairro? Por que foi planejado com uma distância do restante do núcleo urbano?
- 6 - Quais os principais problemas no bairro Núcleo Rio Doce?
- 7 - Existem projetos para o desenvolvimento do bairro e do município?
- 8 - Qual o número total de moradores do bairro Núcleo Rio Doce?
- 9 - A que se deve a chegada e saída dos moradores do bairro (do município em geral)?
- 10 - Qual o principal setor que movimenta a economia do município?
- 11 - O que movimentava a economia do município nas décadas de 1980 e 1990?
- 12 - Qual o impacto de se ter assentamentos do MST no município?
- 13 - Qual a importância da questão cultural (Guerra do Contestado) para o município?

## ANEXOS

### ANEXO A – Lei de criação do bairro Núcleo Rio Doce.

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS**

LEI Nº 640 de 05 de junho de 1992.

"CRIA E DELIMITA NÚCLEO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RAULINO BONATTI, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 114 da Lei Orgânica do Município:

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º / - Fica criado e delimitado um núcleo Urbano no Município de Lebon Régis no lado sul do atual perímetro urbano, da cidade, denominado Núcleo Rio Doce, local onde será instalado o Parque de Exposições, Lotes Industriais, Loteamento Popular e o Horto Florestal.

Artigo 2º / - A área superficial total do Núcleo Urbano é de 390.225 m<sup>2</sup> (trezentos e noventa mil, duzentos e vinte e cinco metros quadrados), que faz parte do Patrimônio do Município de Lebon Régis, distante 1,5 Km do atual perímetro urbano.

Artigo 3º / - As delimitações do Núcleo Urbano ora criado são as seguintes:

Ao Sul: 447,34 metros com Aurino Spautz, AZ 145º26'02".  
471,22 metros com Rio Doce, AZ66º55'04".

Ao Norte: 189,64 metros com Ernesto Mello, AZ 256º23'39".  
54,72 metros com Benoir A. Moreira, AZ 254º46'39".  
253,95 metros com SC 457, AZ 204º44'16".  
171,58 metros com Tamon Nakayama, AZ 291º13'06".  
111,21 metros com Tamon Nakayama, AZ 193º43'10".

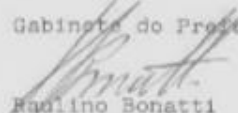
Ao Oeste: 115,88 metros com Ernesto Mello AZ 164º10'15".  
55,98 metros com Benoir A. Moreira AZ 161º58'10".

Ao Leste: 810,38 metros com SC 457 AZ 310º09'38".

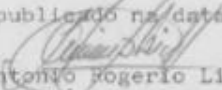
Artigo 4º / - Os habitantes do Núcleo Urbano ficam com as mesmas obrigações e direitos dos habitantes do atual perímetro urbano.


Artigo 5º / - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de junho/1992

  
Raulino Bonatti  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra.

  
Antonio Rogerio Lidke  
SECRETÁRIO

  
LEBON RÉGIS - SC  
A 122°12'24" DO PARALELO

ANEXO B – Exemplar de Ficha de Cadastro para terrenos ocupados da prefeitura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA


TERRENOS OCUPADOS DA PREFEITURA ADM. 1997/2000

FICHA DE CADASTRO 134


MUNICÍPIO: Lebon Régis - SC

BAIRRO/LOCALIDADE:  loteamento N. Rio Doce

IDENTIFICAÇÃO:

NOME: 

DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO


RG: 

C.P.F.: .....

TÍTULO ELEITORAL: .....

ESTADO CIVIL: SOLTEIRA

NOME DO CONJUGE: .....

DATA DE NASCIMENTO:  IDADE: 23

PROFISSÃO: DO LAR SALÁRIO: .....

EMPRESA ONDE TRABALHA: .....


ENDREÇO: RIA 01 LOTEAMENTO N. RIO DOCE

QUANTOS FILHOS: 02 QUANTOS TRABALHAM: 00

COMPROU O LOTE: .....

GANHOU O LOTE: LOTE - 21 Quarta LC

LEBON RÉGIS-(SC), 21 DE JANEIRO 1997

  
assinatura

## ANEXO C – Autorização de Adair Da Silva Mattos

Eu Adair da Silva Mattos, brasileiro, portador do RG n [REDACTED], autorizo a acadêmica Mariana Pereira da Silva, estudante de mestrado do curso de Geografia, da Universidade Estadual de Londrina, a utilizar as informações por mim prestadas via e-mail para a elaboração de sua dissertação, que está sendo orientada pelo Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga.

Lebon Régis-SC, 26 de Fevereiro de 2019



ADAIR DA SILVA MATTOS  
ENTREVISTADO

## ANEXO D – Autorização de Nilcéa do Vale Rocha Hanna

—

Eu Nilcéa do Vale Rocha Hanna entrevistada na Secretaria de Assistência Social do Município de Lebon Régis, autorizo a acadêmica Mariana Pereira da Silva, Estudante de Mestrado do Curso de Geografia, da Universidade Estadual de Londrina, a utilizar as informações por mim prestadas via e-mail para a elaboração de sua dissertação, que está sendo orientado pelo Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga.

Lebon Régis, 01/03/2019.

Nilcéa do Vale Rocha Hanna

---

Secretaria de Assistência Social

## ANEXO E – Autorização de Cristiane Antunes Scussiato

05/03/2019

Gmail - Questões sobre a saúde



Mariana Pereira <marianaps39@gmail.com>

---

### Questões sobre a saúde

---

**Cristiane Scussiato** [REDACTED]  
Para: Mariana Pereira <marianaps39@gmail.com>

30 de janeiro de 2019 16:24

Eu Cristiane Antunes Scussiato., autorizo a acadêmica Mariana Pereira da Silva, estudante de mestrado do curso de Geografia, da Universidade Estadual de Londrina, a utilizar as informações por mim prestadas via e-mail para a elaboração de sua dissertação, que está sendo orientada pelo Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga.

*Enf?? Cristiane Scussiato  
Prefeitura de Lebon R??gis/SC  
E.S.F. N??cleo Rio Doce  
(49)3247.0570*

---

**De:** Mariana Pereira <[marianaps39@gmail.com](mailto:marianaps39@gmail.com)>

**Enviado:** quarta-feira, 30 de janeiro de 2019 15:27

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

## ANEXO F – Autorização de Ronievon Webber de Moraes

Eu, Ronievon Webber de Moraes, autorizo a acadêmica Mariana Pereira da Silva, estudante de mestrado do curso de Geografia, da Universidade Estadual de Londrina, a utilizar as informações prestadas por meu pai (Walter Alves de Moraes), para a elaboração de sua dissertação, que está sendo orientada pelo Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga.

05/03/2019

Gmail - Autorização



Mariana Pereira <marianaps39@gmail.com>

---


### Autorização

**webbermoraes** <[REDACTED]>  
Para: Mariana Pereira <marianaps39@gmail.com>

26 de fevereiro de 2019 22:16

Boa Noite, querida amiga acadêmica, Mariana, segue em anexo a autorização, para você usufruir da melhor maneira que você quiser as falas de meu pai, agradeço de coração, abraço confirmar recebimento.

---

 **autorizacao mariana contestado, Walter.docx**  
13K

## ANEXO G – Autorização de Valdir Ribeiro de França

05/03/2019

Gmail - Autorização de entrevista



Mariana Pereira <marianaps39@gmail.com>

---

### Autorização de entrevista

---

Rodrigo Mait [REDACTED]  
Para: Mariana Pereira <marianaps39@gmail.com>

3 de março de 2019 19:48

Boa Noite! Desculpe a demora, não sei se você precisava em algum formato específico então mandei 3, em necessidade de anexação.

---

De: Mariana Pereira <marianaps39@gmail.com>  
Envia: [REDACTED]  
Para: [REDACTED]  
Assunto: Autorização de entrevista


[Texto das mensagens anteriores oculto]

---

#### 3 anexos

 **autorização.pdf**  
5K

 **autorização.rtf**  
17K

 **autorização.txt**  
1K

Eu Valdir Ribeiro de França, autorizo a acadêmica Mariana Pereira da Silva, estudante de mestrado do curso de Geografia, da Universidade Estadual de Londrina, a utilizar as informações prestadas por mim, para a elaboração de sua dissertação, que está sendo orientada pelo Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga.

## ANEXO H – Autorização de Carlos Nedi Veiga da Silva

---

carlos black <[redacted]>  
para eu >

ter, 5 de mar 22:45 ☆ ↶ ⋮

Eu Carlos Nedi Veiga da Silva, autorizo a acadêmica Mariana Pereira da Silva, estudante de mestrado do curso de geografia, da Universidade Estadual de Londrina, a utilizar as informações prestadas por mim, para elaboração da sua dissertação, que está sendo orientada pelo Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga.

---